

CICLO DE ESTUDO: MESTRADO

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

A representação dos povos autóctones africanos no *Boletim Geral das Colónias* (1933-1945)

Rannyelle Rocha Teixeira

M

2016



Rannyelle Rocha Teixeira

A representação dos povos autóctones africanos no *Boletim Geral das Colónias* (1933-1945)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo(a)

Professor(a) Doutor(a) Maria Conceição Meireles Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016

A representação dos povos autóctones africanos no *Boletim Geral das Colónias* (1933-1945)

Rannyelle Rocha Teixeira

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo(a)

Professor(a) Doutor(a) Maria Conceição Meireles Pereira

Membros do Júri

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutora Maria Conceição Meireles Pereira

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	7
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1- O ORGANISMO E O SEU ORGÃO DE PROPAGANDA – BREVE ENQUADRAMENTO.....	18
1.1 A AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS.....	18
1.2 O <i>BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS</i>	25
2- A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA COLONIAL DO ESTADO NOVO.....	27
2.1 A POLÍTICA COLONIAL DO ESTADO NOVO E A QUESTÃO DOS INDÍGENAS: MARCOS FUNDAMENTAIS.....	31
2.2 MODELO DA POLÍTICA COLONIAL.....	36
2.3 CONJUNTURAS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS.....	43
3- REPRESENTAÇÕES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.....	47
4- REPRESENTAÇÕES DO NEGRO AFRICANO.....	65
4.1 DESIGNAÇÕES.....	65
4.2 TRAÇOS FÍSICO-PSICOLÓGICO.....	76
4.3 TRAÇOS CULTURAIS.....	84
5- REPRESENTAÇÕES DOS AUTOCTÓNES E O TRABALHO.....	96
6- O NATIVO E A RELIGIÃO CRISTÃ.....	110
CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139

Agradecimentos

Os nossos sonhos de nada valeriam sem a dedicação de muitos.

Aos meus pais, Iraci e José, que nunca limitaram meus passos e, principalmente, meus sonhos. O abraço de vocês faz com que tudo ganhe sentido mesmo quando tudo parece estar perdido.

Aos meus irmãos, Rayla e Rayllan Bruno, pelos vários sorrisos, afetos e abraços. A reciprocidade do nosso amor vale por tudo que tenho a agradecer a cada um de vocês.

Ao Rodrigo Miguel pelo apoio que tem dado a mim em todos os aspectos da minha vida durante esses anos em que compartilhamos tantas histórias, em que compartilhamos do respeito, da amizade, do afeto, do amor. Minha eterna gratidão por todo seu esforço em proporcionar tamanhas alegrias.

A minha família que escolhi e que fui acolhida de todo coração no Porto – Bia, Cláudia, Manu, Malena e Mary. Vocês foram (e continuam sendo) a minha base mais sólida durante todo o tempo longe que vivi fora do Brasil. A nossa família me encorajou a seguir este caminho mesmo nos momentos mais difíceis.

A Dra. Conceição Meireles Pereira que foi a primeira pessoa que me orientou não apenas na realização desta dissertação, mas mostrou os primeiros passos que me tornou capaz de chegar até aqui. Tudo começou por a troca de um simples e-mail e que hoje faz parte do divisor de águas da minha vida não apenas academicamente, mas, sobretudo, como ser humano em todas as formas mais impossíveis que um dia pensei em atingir. Suas palavras de incentivo e por tudo que fez por mim estarão guardados, afetuosamente, em meu coração.

Resumo

O presente trabalho debruça-se sobre as representações dos povos autóctones das colônias portuguesas em África na revista de propaganda colonial do Estado Novo, *Boletim Geral das Colónias*, no período selecionado entre 1933-1945. O objetivo é analisar a forma como as relações entre colonizadores e colonizados foram apresentadas nesse órgão publicado pela Agência Geral das Colónias, e como o olhar do colonizador perante o colonizado se revelou como instrumento de grande utilidade para o regime, legitimando uma identidade e um destino imperial que ultrapassaria uma ideologia racista e preconceituosa, que foi veiculada de forma a justificar a superioridade civilizacional, política e cultural de Portugal em relação aos habitantes das suas colônias.

O que se pretende, na verdade, é evidenciar as novas possibilidades de análises das representações dos diferentes povos indígenas africanos que emerge a intenção de “lusitanizar” as sociedades tradicionais (pela destruição das suas seculares instituições) e inculcar valores ocidentais, concretamente a cultura portuguesa, da língua aos códigos ético-morais.

O *Boletim Geral das Colónias* com seu olhar estadonovista, por meio da sua produção de conhecimento, passa a expor suas colônias portuguesas, influenciando o exotismo e alteridade dos povos autóctones. A obra do colonizador possibilita a esse novo “português”, através da assimilação de um padrão civilizacional e cultural que Portugal lhe conferiu, deixar de lado seu “primitivismo” e, assim, sair da “barbárie” na qual estava inserido.

Palavras-chave:

Representação da colonização portuguesa

Propaganda colonial

Estado Novo

Colônias portuguesas em África

Abstract

The present work addresses the representations of the indigenous peoples of Portuguese colonies in Africa in the magazine of colonial advertising of the New State, *Boletim Geral das Colónias*, between 1933-1945. The objective is to analyze the way the relations between colonizers and colonized were presented in the magazine and to show how the colonizer's point of view in relation to the colonized revealed to be a very useful tool for the regime, legitimizing an identity and an imperial destiny that would exceed a racist and sometimes prejudicial ideology, that was published in order to demonstrate the civilizational, political and cultural superiority of Portugal in relation to the inhabitants of their colonies.

The aim, in fact, is to demonstrate the new possibilities of analysis of the representations of the different African indigenous peoples that emerged with the intention to “lusitanizar” traditional societies (for the destruction of their secular institutions) and inculcate Western values, namely the Portuguese culture, the language of ethical and moral codes.

The *Boletim Geral das Colónias*, with its New State point of view, through their faithful production of knowledge, begins to present their Portuguese colonies, influencing the exoticism and otherness of indigenous peoples. The attitude of the colonizer enables this new “Portuguese”, through the assimilation of a high civilizational and cultural pattern that Portugal gave him to set aside his “primitivism” and so, out of barbarism in which he was inserted.

Keywords:

Colonial propaganda

New State

Portuguese colonies in Africa

Representation of Portuguese colonization

Lista de ilustração

Figura 1: Sumário antecedido de página publicitária.....	28
Figura 2: Aldeias e tipos Dimbas.....	69
Figura 3: Raparigas Hingas.....	70
Figura 4: Tipo Kwanyama.....	77
Figura 5: Tipo de mulher Manjaca.....	78
Figura 6: Tipos Humbis.....	79
Figura 7: Canto – Ingue Ingonyama.....	85
Figura 8: Raparigas nyanekas pouco antes da festa de iniciação “Ehiko”	87
Figura 9: Rapariga Cuanhama - penteado de mulher casada.....	88
Figura 10: Missão Católica do Munhino – A festa Minhota em plena África.....	114
Figura 11: Missões do Espírito Santo - Angola.....	116
Figura 12: Escola rural em Caconda – Angola.....	117
Figura 13: Missões do Espírito Santo em Angola – Padre Goepp e seus doentes	119
Figura 14: Colaboradores das Missões Católicas.....	129

INTRODUÇÃO

A África com todo seu enigma e fascínio ascendeu a curiosidade e a inquietação sobre a vontade de querer estudar aquilo que teria sido pensado e escrito em Portugal, em determinada fase da sua história, a respeito das suas possessões ultramarinas nesse continente. O presente estudo não procura apenas analisar as representações dos povos autóctones numa publicação periódica oficial, embora seja esse o seu principal foco, mas também adentrar nesse mundo que se vinha desenrolando por meio do contato entre colonizadores e colonizados, numa multiplicidade de aspectos de teor político, social, cultural e econômico, num momento particularmente sensível em Portugal, concretamente entre 1933 e 1945, que correspondem à fase inicial do regime do Estado Novo e final da II Guerra Mundial.

Na verdade, as colônias portuguesas no Ultramar em África eram uma fonte inesgotável de momentos vitoriosos e heroicos que, ao momento em que foram resgatados para a contemporaneidade, projetavam Portugal como um verdadeiro Império colonial e, assim, reafirmavam toda uma vocação civilizacional indiscutível da sua identidade. Dessa maneira, a ideia que se faz do Outro passa a ser (des)construída, no momento em que se lida com a sua alteridade, promovendo iniciativas com a intenção de domesticar tais diferenças. O discurso prevalecente é o de quem estuda e observa em detrimento do que é observado e estudado.

Efetivamente, a análise que se faz do Outro, no caso o colonizado, teria que ser representada de forma que reunisse as razões que justificassem a missão portuguesa em suas colônias, tendo em conta a fonte histórica utilizada. Desse modo, tais representações deveriam, portanto, beneficiar o colonizador português, em detrimento dos que não eram capazes de se governar. Na verdade, esse ato de civilizar exercido pelo colonizador não era visto como proveito para elevar seu próprio ego, mas sim para garantir que, ao civilizar, o colonizador era responsável em apresentar e oferecer um mundo melhor ao colonizado. A relação superioridade *versus* inferioridade de um determinado povo em relação a outro coloca-se em evidência no momento em que determinados indivíduos se julguem superiores e com o direito de dominar os que concebem como atrasados na escala civilizacional.

O presente trabalho procura evidenciar como a utilização da propaganda política visa legitimar uma ideia, uma ideologia, um comportamento, uma cultura, um povo. Conduz a interpretações que passam a se impor como corretas, levando a um discurso montado e reproduzido de forma a comprovar que aquele que se assume como superior tem razões para tudo quanto faz.

O objeto de estudo da presente investigação assenta nos discursos e representações veiculadas pelo *Boletim Geral das Colónias* em relação aos povos nativos dos territórios coloniais africanos sob tutela portuguesa e, consequentemente, as próprias representações dessa colonização no tocante à relação colonizador/colonizado. Esta publicação periódica foi selecionada por vários motivos: foi publicada no período que se pretendia estudar; era uma publicação oficial de propaganda colonial do regime; contém numerosas referências às temáticas da colonização, das relações entre colonizador e colonizado, das representações do negro africano; apresenta plena acessibilidade, pois está disponível *online*, condição fundamental para um trabalho que se iniciava na FLUP, durante o ano letivo do Curso de Mestrado em História Contemporânea, mas seria desenvolvido no Brasil, durante o segundo ano do Curso, através de orientação via e-mail. O primeiro contato com a fonte se deu por meio da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fizemo-lo por razões de facilidade no acesso às revistas, além de podermos encontrá-la integralmente digitalizada na internet. Em seguida, utilizamos essa fonte por meio de equipamentos digitais. Estes recursos e técnicas permitiram explorar o objeto de forma mais coesa e aprofundada, pois numa primeira fase procedeu-se à seleção da fonte e posteriormente à análise das informações nela contidas.

Apenas um parêntese para explicar que, a par do *Boletim Geral das Colónias*, foram também utilizadas obras que foram publicadas na mesma época e versavam matérias afins, isto é, a ideologia colonialista. É o caso da obra de Rodrigues Júnior, *Aventura do Mato e colonização dirigida*, onde o autor analisou os procedimentos realizados no território moçambicano relativamente à sua colonização mais recente. Para este autor, “é obrigação nossa elevar o nível de vida do indígena, afastando-o cada vez mais do seu primitivismo, de modo que possamos ter nêles um colaborador consciente e não um animal de carga” (RODRIGUES JÚNIOR, 1945: 187).

Circunscrito o *corpus* documental, definiu-se uma metodologia de exploração da fonte, privilegiando as unidades de contexto que são compostas por uma ou mais palavras sobre o tema, vistas como palavras “chaves”, permitindo identificar os conceitos constituídos em unidades de registro para garantir uma melhor seleção e organização dos artigos que seriam analisados. Isso nos permitiu organizar os elementos apurados, com base em suporte informático, por uma questão de facilidade, economia de tempo e eficácia no tratamento. De acordo com as análises feitas a partir do *corpus* documental, Bardin (2004) nos possibilitou entender que o *corpus* resulta da junção de um conjunto de documentos a ser submetido a procedimentos analíticos: observámos i) o critério da representatividade, pois todos os títulos

foram rastreados, depois selecionados e finalmente analisados; ii) a homogeneidade na escolha de conceitos comuns em que de certa maneira um pudesse complementar o outro facilitando uma homogeneidade dos artigos estudados; e, por fim, iii) a pertinência em relação ao enquadramento histórico em que foram produzidos os artigos.

No que se refere à temática sobre as representações culturais e raciais nas colônias portuguesas em África, existe uma produção bibliográfica abundante, designadamente publicada nos últimos tempos, pelo que passamos a apresentar o estado da arte, embora de forma sumariada. Podemos começar por referir a obra de Luís Cunha e Rosa Cabecinhas, *Colonialismo, identidade nacional e representações do 'negro'* (2003); segundo esses autores, o Estado Novo tinha como objetivo central o de organizar as sociedades que eram consideradas primitivas exigindo uma conceptualização da civilização por partes daqueles que não a possuíam. Enfatiza a missão que Portugal desenvolveu no Ultramar, como portador dos valores da civilização face aos povos autóctones. Essa basicamente seria uma das ideias chave do Estado Novo, que ganhou força no Ato Colonial de 1930. Ainda segundo Cabecinhas e Cunha, para esses nativos o colonizador exercia de forma muitas vezes agressiva a missão de converter, ensinar e proteger. Impondo uma língua e uma fé diferentes das nativas, o processo de alteridade cultural e social desse povo se modificou. Na construção da alteridade do negro está o uso de termos pejorativos como “preto” e “selvagens”. O chamar de “preto” é uma forma de prevalecer sua cor; algumas expressões remetem ainda para a esfera de animalidade, ou seja, era comum serem chamados de “guerreiros selvagens”, “filhos da mata”, além de que as imagens do negro eram comumente associadas ao macaco.

Segundo a obra de Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo: o luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, o Estado Novo foi um período de essencial importância, já que é nesse momento que novos projetos políticos passariam a ser implantados nas colônias por meio do Ato Colonial. Essa nova conjuntura externa e interna marca a quebra com a orientação republicana e reflete certo anseio perante o desejo das grandes potências pelos territórios coloniais portugueses.

A obra de Jorge Vala, *Expressões do Racismo em Portugal*, analisa a relação entre colonizadores e colonizados. O racismo aparece como protagonista social no momento em que ganha força na tentativa de determinar as relações entre os povos de culturas diferentes. A cor, por exemplo, passa a determinar os espaços de cada indivíduo dentro de uma sociedade determinista. Para Jorge Vala, no momento em que diferentes culturas entram em contato, o choque cultural pode se manifestar com maior intolerância à incongruência em relação às crenças. É comum pensar que a especificidade da cultura e da história colonial, assim como a

miscigenação de portugueses com outros povos, contribuiu para essa hierarquização dentro da sociedade, agindo em determinadas ocasiões de forma discriminatória desfavorecendo os grupos minoritários.

Em suma, todas as obras que nos remetem para a contextualização das representações dos povos autóctones, das relações entre colonizador e colonizado, no período em questão, enriquecem o estudo pretendido. O relacionamento entre colonizador e colonizado foi um processo considerado por muitos estudiosos como lento, violento e, muitas vezes, devastador devido às exigências de uma nova cultura imposta por quem coloniza e à permanência e inércia de hábitos culturais por parte de quem é colonizado. Esses impasses, naturalmente, dificultaram a introdução passiva dos colonos no seio das sociedades coloniais.

O *Dicionário de História de Portugal*, organizado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, e o *Dicionário de História do Estado Novo*, dirigido por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, oferecem numerosas entradas de grande pertinência e relevância para o estudo em questão (“África”, “Acto Colonial”, “Estatuto dos indígenas”, “Ideologia colonial”, etc.).

Em decorrência das leituras que passaram a ser cada vez mais objetivas e dirigidas, procuramos considerar tanto a quantidade quanto a qualidade das informações, em função da pertinência da problemática e em função de um quadro teórico-metodológico que pautasse conclusões necessárias e precisas, tendo cuidado para evitar a dispersão que o tema poderia suscitar.

De tudo que foi absorvido no processo preliminar de investigação, ou seja, a definição do objeto e pertinência do estudo e a seleção documental e bibliográfica, passámos à enunciação das problemáticas, principais linhas condutoras da futura investigação:

- De que maneira o *Boletim Geral das Colónias* evidenciou a ideologia colonial portuguesa relativamente ao seu processo colonizador e às suas relações com os povos autóctones?
- Como se posicionou o sentimento de superioridade dos portugueses face aos povos nativos das suas colónias – sobretudo o negro africano?
- Quais as atitudes de “afastamento” e “proximidade” entre os colonizadores e os colonizados?
- Em que medida esses povos foram vistos como obstáculos ou coadjuvantes da colonização?

- Alteridade enquanto objeto de estudo: como se identificam as representações de identidade (portugueses) e alteridade (nativos)?
- Que representações se encontram na fonte relativamente aos nativos face ao trabalho?
- Como foram aí representadas as missões cristãs?
- Em que aspetos se materializou a propaganda colonial estadonovista no *Boletim*?

À medida que a exploração da fonte principal foi avançando, sentimos a necessidade de elaborar uma lista dos artigos selecionados e respetivos autores, na maioria portugueses, mas também estrangeiros, embora alguns textos não apresentem autoria. Esta lista, ao sistematizar dados bio-bibliográficos sobre os autores, ganhou relevância por permitir compreender melhor o contexto de produção dos textos selecionados, constituindo o anexo único da presente dissertação.

No Capítulo 1 procura-se analisar e compreender a Agência Geral das Colónias e o *Boletim Geral das Colónias*. O estudo tanto do organismo (a Agência) quanto do seu órgão de propaganda (o *Boletim*) possibilitou um aprofundamento dos elementos essenciais que visava, sobretudo, entender os mecanismos de difusão da propaganda colonial na primeira fase do Estado Novo português. Aliás, a criação desses veículos de propaganda justificava-se pelo desenvolvimento dos meios de comunicação informativa e política no período de entre guerras. O *Boletim* produziu e legitimou um discurso que propiciou o caminho para o domínio colonial na África, além de funcionar como um atrativo da tão necessária emigração branca para essas paragens.

No Capítulo 2, ainda na fase de contextualização, pretende-se expor de forma sucinta as principais linhas ideológicas e políticas do projeto colonial do Estado Novo. Era fundamental conhecer a política colonial traçada nos primeiros anos do regime autoritário e colonialista. Portugal, sendo um dos mais importantes países coloniais da época, foi se ajustando para a legitimação do seu poder sobre o Outro – nesse caso, o negro. Dessa maneira, todas as ações levavam a afirmações tanto de força quanto de identidade, não apenas perante o colonizado, mas, sobretudo, diante das grandes potências coloniais. A construção da política colonial durante o Estado Novo, ou seja, seu discurso e a sua prática política possibilitaram formar uma consciência e uma unidade imperial, com reformulações do seu próprio sistema colonial.

Desde logo, o Ato Colonial, trazendo medidas inovadoras nos quadros legislativo, ideológico e político português, fornecendo algumas ideias de cunho nacionalista.

No Capítulo 3 inicia-se o aprofundamento das análises das problemáticas enunciadas na presente pesquisa, sendo nesse momento que o *Boletim* constitui o *corpus* documental privilegiado. Através do *Boletim Geral das Colónias* é possível perceber a natureza e abundância das representações da colonização portuguesa. O discurso insiste no pioneirismo expansionista e colonizador de Portugal de forma a criar-lhe uma atmosfera (ou mística) repleta de esplendor e de vitórias, onde as virtudes do lusitanismo se manifestam e evidenciam o seu legado à humanidade, tornando-o particularmente capacitado para lidar com povos não europeus; esta foi a maneira encontrada para legitimar uma ação civilizadora pela proteção em relação aos povos autóctones, entendidos como “raças inferiores”. O que se verifica é a constante valorização da ação portuguesa que, ao primeiro contato com os povos indígenas, teria que pôr em prática os princípios apostados em civilizar os nativos, retirando-os do estado de “barbárie” e de “selvageria” em que viviam.

A postura lusitana adotada em suas colônias africanas é transmitida no sentido de fomentar orgulho, não apenas do seu passado, mas também do seu presente, pois à medida que era vivenciada essa realidade os caminhos e suas vivências se entrecruzavam. A colonização portuguesa teria herdado princípios essenciais do seu passado glorioso, possibilitando mobilizar os novos colonos convocados a atuarem em seus territórios ultramarinos no século XX. Os nativos, entretanto, assumiam uma posição de inferioridade em relação aos portugueses. O seu exotismo não correspondia aos fundamentos que estavam associados à existência multicultural dos povos, mas sim a uma realidade cultural e socialmente diferente em relação aos padrões civilizacionais impostos pelos portugueses.

É, contudo, neste espaço de outras identidades, de outras culturas que a representação do negro africano surge no *Boletim Geral das Colónias*, como é possível constatar no Capítulo 4. Torna-se clara e visível a ambivalência da construção discursiva dos portugueses sobre os nativos, mas que são genericamente vistos como inferiores, desprovidas de saberes, com dificuldade em se relacionar com os povos “civilizados”, se bem que esta fosse a sua única via de “salvação”. Também nesse capítulo os traços psicológicos, físicos e culturais dos povos autóctones ganham notoriedade.

No Capítulo 5 aborda-se a relação do nativo com o trabalho, aliás um dos principais objetivos da colonização em geral. Esse aspecto da vida indígena resultou da necessidade de aproveitar e explorar a mão de obra nativa em proveito do colonizador português. Esse capítulo pretende mais do que sinalizar posicionamentos, procura esclarecer a forma como a

imagem do nativo foi moldado pelo colono, e como o tratamento dos artigos expostos no *Boletim* possibilitou informações inerentes ao trabalho que era produzido pelos nativos nas colônias portuguesas. O contato entre nativos e colonos visava a adaptação dos autóctones às atividades económicas que os colonizadores pretendiam fomentar, recorrendo à abundante mão de obra local, adaptada ao meio e ao clima.

O Capítulo 6 debruça-se sobre o nativo e a difusão da religião cristã, matéria abundantemente representada no *Boletim Geral das Colónias*. As missões católicas e seus objetivos proselitistas, mas sobretudo amplamente civilizacionais ganham destaque, cumprindo o desiderato de converter, ensinar e proteger o indígena, mas também de edificar a unidade do Império e a conformação com os preceitos ideológicos do regime.

Esta dissertação pretende essencialmente contribuir para a visibilidade destas questões, apresentando ainda o *Boletim Geral das Colónias* como um manancial inesgotável de informação sobre o Império português, que respondeu de forma satisfatória às interrogações (e angústias) iniciais sobre o tema, chamando a atenção para as histórias por trás das possessões ultramarinas portuguesas em África. E isso proporcionou uma contribuição válida e coesa ao nosso trabalho.

1- O ORGANISMO E O SEU ÓRGÃO DE PROPAGANDA – BREVE ENQUADRAMENTO

1.1 A Agência Geral das Colónias

A Agência Geral das Colónias foi fundada em 30 de Setembro de 1924, na dependência da Direção Geral dos Serviços Centrais do Ministério das Colónias, “com funções de procuradoria dos governos coloniais e de informação junto da opinião pública metropolitana e ultramarina” (CASTELO, 1999: 62). Visava, portanto, preencher uma lacuna de informação e de divulgação sobre as colónias no período final da Primeira República. A criação deste departamento de propaganda justificava-se pelo desenvolvimento dos meios de comunicação nos primeiros anos do século XX, prenunciando já o que haveria de ser a sociedade de informação, umas décadas depois desse evento. Aliás, a propaganda surgira como uma estratégia importante para o desenvolvimento das parcerias comerciais, mas sobretudo foi utilizada pelas instituições dos principais países do mundo como ferramenta principal para a divulgação das afinidades e iniciativas nacionais e internacionais.

Em 3 de Outubro de 1924, Armando Cortesão¹ tomou posse como Agente Geral das Colónias, tornando-se o primeiro responsável a dirigir as demandas de informação sobre as colónias portuguesas. A sua função consistia na tentativa de procurar compensar o tempo perdido relativamente ao trabalho de divulgação já feito pelas outras potências colonizadoras europeias, no sentido de criar condições materiais e humanas que pudessem responder às exigências das populações coloniais e dispor não somente de uma rede própria, mas também de um corpo de funcionários competentes e preparados para as atividades reclamadas por essas populações.

Para a divulgação das possessões ultramarinas, as potências europeias recorriam a todo o tipo de material para salientar as possibilidades desses novos mundos, desde conferências, congressos, documentários, feiras, exposições, periódicos, folhetos, entre outros meios. Nas primeiras décadas do século XX, todos os países tinham desenvolvido mecanismos sofisticados de propaganda que conseguiam, numa altura crítica de rivalidade imperial, que a opinião pública não ficasse imune às medidas fomentistas desses países nos trópicos.

¹ Armando de Freitas Zuzarte Cortesão foi engenheiro, investigador e historiador colonial. As suas contribuições no *Boletim* versaram principalmente questões sobre a Guiné.

A criação da Agência Geral das Colónias estava inserida, portanto, em um movimento pela divulgação das riquezas e dos valores tropicais, sendo também procuradora e intermediária dos Governos de cada uma das colónias ultramarinas espalhadas pelos diversos continentes. Assim, esta instituição tornou-se uma base nuclear que visava a produção e socialização da ideologia colonial. A sua sede localizada na Rua da Prata, em Lisboa, próximo do Ministério das Colónias, bem como do mercado financeiro; ficava em frente ao Banco Nacional Ultramarino, que trabalhava com a rede financeira de quase todas as colónias, menos de Angola, pois esta tinha como representante o Banco de Angola.

A Agência carecia de funcionários e de instalações. As obras de adaptação no edifício escolhido iniciaram-se em Junho de 1925, tendo-se arrastado por um período de algumas semanas, e, depois do Agente-geral, o primeiro funcionário só foi nomeado quase três meses depois, a 29 de Dezembro de 1924, tendo sido destacado para este organismo o condutor de 1ª classe Afonso Pacheco de Sampaio, que na Agência passará a exercer as funções de chefe da 2ª Secção, departamento ligado à venda e ao fornecimento de materiais e alimentos às diversas possessões ultramarinas (GARCIA, 2011: 137).

A Agência Geral das Colónias foi, nos seus primórdios, estruturada em quatro divisões – Informações, Procuradoria, Propaganda e Contabilidade. Assim, na 1ª Secção funcionavam os serviços de Informações, que tratavam dos pedidos de esclarecimento que chegavam à instituição por meio do Ministério da tutela, referentes às possessões ultramarinas, os quais deviam ser respondidos. Esta 1ª Secção encarregava-se de fornecer mensalmente, em cada número do *Boletim*, os resumos estatísticos do movimento migratório para as colónias. Tratava também de venda de publicações editadas sobre cada colônia, como cartas geográficas, anuários, relatórios estatísticos, trabalhos técnicos e até mesmo obras de história, geografia e literatura destas regiões.

No que diz respeito à 2ª Secção – Procuradoria – foi a primeira a ter um funcionário exclusivo, estando incumbida de um dos assuntos que mais preocupava a Agência no pós- I Guerra: as reparações a pagar a Portugal pela Alemanha, conforme definido pelo Tratado de Versalhes em 1919. Responsabilizava-se ainda pela representação das colónias, além do conserto e envio de vapores para os territórios de Cabo Verde, Angola e Timor, e por tudo o que dissesse respeito ao contrato e aquisição de máquinas e outros materiais eram necessários à construção civil. Igualmente, assumia o dever de vistoriar as obras dos edifícios ligados à Agência Geral das Colónias.

A 3ª Secção, eminentemente ligada à propaganda, organizou diversas atividades com vista a manter elevado o sentimento de Além-Mar, tais como exposições, feiras, visualização

de vitrines com a divulgação de objetos e produtos coloniais. Assim, organizaram-se sob a sua responsabilidade exposições temporárias de produtos e artefatos de cada uma das colônias, que constituíram uma reserva de mostruários que a Agência teria futuramente disponível para enviar para qualquer outra exposição que visasse a divulgação de Portugal nos trópicos. Para além das exposições temporárias, se divulgaram publicações e prospectos publicados pela própria Agência e por outras instituições, tanto portuguesas como estrangeiras, sobre os territórios ultramarinos, tendo a produção e a venda de cartas geográficas constituído um êxito assinalável para a divulgação toponímica destas regiões. Esta seção procedeu à produção de folhetos e prospectos de divulgação e propaganda de cada uma das oito colônias que pudessem dar a conhecer de uma forma atraente aspectos ligados à agricultura, caça, pecuária, geografia, meteorologia, história. Esta forma de atrair, e difundir de forma mais completa as potencialidades coloniais a cada um dos interessados que pretendesse ali estabelecer-se, funcionava também como publicidade para motivar quem tivesse ficado impressionado com a beleza das paisagens e o exotismo das populações locais. Integrava-se nesta seção o “Serviço de recortes de publicações periódicas nacionais e estrangeiras interessando a nossa vida colonial”².

A 4ª Seção dedicava-se exclusivamente aos assuntos de contabilidade e, nesta matéria, foram publicados dados curiosos relativos às contas da instituição, logo no primeiro número do *Boletim*.

Ao longo do seu meio século de existência, período praticamente coincidente com a vigência do Estado Novo, a Agência passou por várias reformas, mas afirmou-se desde logo “como um dos principais espaços de produção e divulgação da ideologia colonial” estadonovista (CASTELO, 1999: 62). Essa vocação ficou clara logo em 1932, com a atuação do ministro das Colônias, Armindo Monteiro (que tutelou aquele Ministério entre 1931 e 1935), sendo considerado o ideólogo da “mística imperial”. Foi ele que nomeou Júlio Garcez de Lencastre como Agente Geral das Colónias, cargo em que foi empossado a 4 de Abril de 1932, ainda no Governo do general Domingos de Oliveira. De acordo com o discurso que proferiu no ato de posse, a nova filosofia política para o país teria que passar por um aperfeiçoamento da máquina administrativa e pela criação de órgãos capazes de compreender a ideia da unidade do império colonial e de cumpri-la integralmente. Para Garcez de Lencastre, a Agência era uma instituição que deveria, antes de tudo, ser um veículo de

² “Serviço de recortes de publicações periódicas nacionais e estrangeiras interessando à nossa vida colonial – Serviços da Agência Geral das Colónias, de acordo com o disposto no número 3, do artigo 8.º, do Diploma Legislativo Colonial número 43, no referente a uma das funções da 3ª Secção”. *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Ano I, Julho de 1925, n.º 1, p. 144-145.

propaganda e por meio dessa técnica de comunicação fazer a divulgação do Império (GARCIA, 2011: 253).

A Agência Geral das Colónias veiculou os novos ideais do regime acerca de Portugal como um só território que necessitava de uma melhor organização e administração, não apenas para fazer uma reconstituição financeira, política e econômica, mas também para que essa nova vertente política implantada pelo ministro das Finanças, Oliveira Salazar, pudesse vir a enfrentar com interesse esses domínios tropicais, como entidades produtoras e consumidoras deste mercado único. Neste sentido, Lencastre apresentou como plano de ação da Agência Geral das Colónias, entre os anos de 1932 e 1933, um conjunto de realizações que refletiam os projetos de atividades que marcavam a entrada do Estado Novo, o regime mais autocrático da contemporaneidade portuguesa.

Conforme Garcia (2011), o Orçamento e o Plano de Atividades apresentados por Garcez de Lencastre começavam com duas citações dos ministros das Colónias responsáveis pela criação e reestruturação desta instituição, respectivamente Henrique Correia da Silva e Armindo Monteiro. Se, para o primeiro, uma direção firme para o governo das colónias portuguesas era a garantia da sua prosperidade, a caminho do grande futuro, para o segundo, a fórmula para a nova administração colonial teria de colmatar duas grandes carências da anterior gestão republicana: a falta de unidade de pensamento e a falta de unidade de ação. Foi, pois, para preencher esta falta de unidade que foi publicado o Decreto nº 21 011, de 14 de Março de 1932, o qual, nas palavras de Lencastre, serviria para executar “mais facilmente a sua acção útil de procuradoria, informação e propaganda, obra que se é da sua obrigação directa executar, deve merecer o apoio moral de todos”³.

A nova organização da Agência Geral das Colónias assentou naquele diploma, bem como no Decreto nº 21 988, de 15 de Dezembro de 1932, visando uma maior centralização da instituição e, ao mesmo tempo, aumentar a competência da informação nas áreas de propaganda e da procuradoria. De acordo com Lencastre, era preciso conhecer a principal atividade da Agência, que se centrava na recolha de informação e divulgação de dados estatísticos e de outras notícias que viessem a interessar ao Governo central e aos diversos governos coloniais.

Manteve-se a estrutura da Agência em quatro divisões, mas substancialmente remodeladas: Procuradoria, Informações, Propaganda e Boletim, Publicações e Biblioteca.

³ LENCASTRE, Júlio Garcez de – “A Acção da Agência Geral das Colónias”. *Boletim Geral das Colónias*. Ano VIII, Julho de 1932, n.º 85, p. 3-12.

A 1ª Divisão, Procuradoria, tinha a seu cargo os serviços de representação jurídica e comercial dos governos e entidades coloniais; era também um dos meios a que recorriam as corporações administrativas, as empresas e os funcionários e trabalhadores coloniais. Lencastre considerava que a atividade de economia das outras divisões desta instituição deveria ser realizada pela própria Agência, para que desta forma pudesse poupar custos e mesmo energias aos seus responsáveis mais diretos. Ainda no que se refere a esta Divisão, tinha a incumbência da venda de valores postais das colônias portuguesas, com objetivos filatélicos (competência cometida pelo artigo 14.º do Decreto n.º 21 001, de 14 de Março de 1932 e regulamentada pela Portaria Ministerial n.º 7409, de 20 de Agosto de 1932).

No que concerne à 2ª Divisão, Informação, tinha como função abastecer de notícias os jornais diários, a partir das informações colhidas nos governos das possessões e nos periódicos coloniais, quer portugueses, quer estrangeiros. Nesse sentido, a recolha de recortes de jornais e revistas possibilitava a informação e facilitava a tarefa dos governantes no acesso a todas as notícias que saíssem nos periódicos, portugueses e estrangeiros, sobre as suas possessões ou sobre as possessões de outros colonizadores.

O diretor da Agência não se contentava apenas com os serviços de recortes e apresentava outros conjuntos de informações a utilizar, como fotografias, trabalhos técnicos (oficiais e particulares), dados de arquivos sobre temas ultramarinos, bem como filmes e documentários cuja natureza propagandística era fundamental para a divulgação da ideia de Império.

Quanto à 3ª Divisão, Propaganda, estava vocacionada para a publicação, promoção e difusão dos eventos e realidades do Império. O novo Agente pensava que, sendo a instituição um organismo de propaganda, deveria começar pelas informações sobre si própria antes de fazer qualquer vulgarização das outras entidades e pessoas coletivas. Na divisão de “Propaganda”, Lencastre pretendia igualmente aproveitar e recuperar a disponibilidade da associação “Pró-Colónias” para a realização de eventos no norte do País. Finalmente, ainda nesta Divisão, o Agente-geral propunha que se continuasse com as ações de divulgação do património colonial nos liceus, nas escolas técnicas e do magistério primário, bem como nas universidades, com o apoio e a colaboração de entidades devotadas à causa ultramarina, como o eram a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola Superior Colonial. A utilização de alunos, funcionários, governantes, jornalistas, professores, publicistas seria uma mais-valia para a promoção do Império, sobretudo em alturas propícias para essa divulgação que eram as “Semanas das Colónias”, organizadas todos os anos em parceria com as instituições científico-pedagógicas acima discriminadas e ainda pelos estabelecimentos de ensino

secundário e superior, autarquias e outras entidades que mostrassem vontade e disponibilidade para realizar tais eventos, como as Associações Comerciais de Lisboa e do Porto.

Em relação à 4ª Seção – Boletim, Publicações e Biblioteca – Lencastre assumiu o *Boletim Geral das Colónias* como órgão difusor da temática ultramarina, fato que, aliás, vinha acontecendo, desde a fundação da Agência, mas esta divisão foi responsável pela publicação de outros periódicos e de várias e importantes coleções de livros, como adiante se faz menção, tendo desenvolvido “uma intensa e prolongada atividade no campo editorial, cultural e propagandístico” (CASTELO, 1999: 62).

De acordo com Garcia (2011), a Agência continuou, em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, a organizar anualmente a “Semana das Colónias”, realizando em diversas cidades, de Trás-os-Montes ao Algarve, sessões de divulgação sobre os territórios de Além-Mar. De acordo com o ministro Armindo Monteiro, a propaganda deveria ter “as mesmas características que a penetração comercial – tem de ser metódica, insistente, persuasiva e os resultados, se nem sempre são imediatos, fatalmente serão reconhecidos”⁴.

No dia 8 de Agosto de 1934, Júlio Garcez de Lencastre foi empossado como Encarregado do Governo de Angola (cargo que ocupou até ao ano seguinte), sendo na mesma cerimônia de tomada de posse de novos administradores coloniais substituído nas funções que até então desempenhava por um novo Agente Geral, Júlio Cayolla, que, perante as personalidades presentes, patenteou o gosto e a satisfação de continuar a obra do seu antecessor até porque, como funcionário da instituição e conhecendo os dossiês em execução, seria fácil e honroso continuar a obra de dois anos e meio de Lencastre à frente da Agência Geral das Colónias.

Com efeito, este organismo perseverou, junto das novas e velhas gerações, em implantar a ideia de grandeza ultramarina através de ações como as exposições coloniais, a “Semana das Colónias”, as demonstrações coloniais nas exposições regionais, os cruzeiros escolares e de velhos colonos e ainda a criação de novos periódicos de divulgação ultramarina, de que foi cabal exemplo uma revista patrocinada pela Agência, simbolicamente intitulada *O Mundo Português*, cuja publicação, em parceria com o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), se iniciou em 1934 e terminou em 1947.

O novo regime pretendia que Portugal, através do Ministério das Colônias, ampliasse para o mundo a ideia de que estava a realizar com sucesso o progresso dos seus domínios e populações coloniais e, ao mesmo tempo, promovesse o interesse por essas regiões

⁴ Armindo Monteiro citado por Júlio Garcez de Lencastre (*Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Outubro de 1933, n.º 100, p. 125).

desconhecidas. Sem dúvida, a Agência Geral das Colónias era um dos principais instrumentos dessa política e, após a saída de Lencastre, Júlio Cayolla teve um papel decisivo na propaganda colonial durante os primeiros anos do Estado Novo.

Com o desígnio de inculcar uma “consciência imperial coletiva” no povo português, a Agência Geral das Colónias promoveu, juntamente com a Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 10 de Março de 1938, mais uma atividade para combater a ausência de cultura colonial entre a maior parte da população portuguesa e, ao mesmo tempo, mostrar a essa população a obra editorial da Agência, desde a sua criação, em 1924.

A Agência Geral das Colónias incentivou e diversificou algumas outras formas de divulgação do Império, através de novas estratégias que pretendiam ser mais aliciantes e, ao mesmo tempo, trazer mais pessoas para a defesa desse património. Além disso, possibilitou a publicação de um leque variado de obras, de gêneros diversos, do romance histórico à poesia, passando por estudos biográficos de personalidades cuja vida patenteasse relevância tanto para a história da metrópole como do seu império colonial.

Cláudia Castelo sumariou com propriedade o labor editorial, cultural e propagandístico da Agência Geral das Colónias, que inclusivamente se preocupou em produzir materiais para diferentes públicos-alvo, fazendo-os chegar aos destinatários por diversas vias:

No que se refere à vertente editorial, registre-se que, para além dos periódicos *Boletim Geral das Colónias*, *O Mundo Português* e *Anuário do Império Colonial Português*, publicava as colecções “Pelo Império”, “Biblioteca Colonial Portuguesa”, “Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo”, “Temas Lusíadas”, entre outras. O respectivo catálogo integrou mais de duas mil monografias, de temática diversificada, compreendendo obras de divulgação destinadas ao grande público e trabalhos de investigação para um público especializado. No domínio cultural, promoveu congressos e exposições coloniais (p. e., a I Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição de Arte Sacra Missionária, a exposição comemorativa de centenário do nascimento de Serpa Pinto); organizou homenagens aos “heróis da ocupação”, e realizou concursos de literatura colonial, com vista a incentivar a produção literária, ensaística e histórica sobre as colónias portuguesas. A propaganda da visão oficial do Império passou também pela cedência de um vasto conjunto de materiais relativos às colónias (iconografia, bibliografia, filmes, mostras de produtos coloniais) aos organismos que os solicitassem (escolas, centros da Mocidade Portuguesa, sociedades científicas, associações culturais), e pelo recurso aos modernos meios de comunicação de massas, mormente à rádio e ao cinema. Na Emissora Nacional divulgou ciclos de palestras (“Império Português”), noticiários (“Jornal Radiofónico do Império Português”) e rubricas de temática colonial (“Voz do Império”). Para exibição em salas de cinema do país e do estrangeiro, produziu largas dezenas de documentários sobre as colónias portuguesas (CASTELO, 1999: 63).

Mercê das alterações terminológicas que o velho “império colonial” foi conhecendo ao longo do Estado Novo, sobretudo em função das pressões internacionais, bem como das pequenas mudanças de política interna que então se verificaram, a Agência foi sujeita a nova designação e conheceu algumas reformas ou reajustamento das suas funções. Em 1951 passou a denominar-se Agência Geral do Ultramar (as colônias tinham assumido a designação de “províncias ultramarinas”), tendo a sua estrutura sido modificada no quadro da reforma do Ministério do Ultramar em 1957. Em 29 de Junho desse ano foi dotada de um novo regulamento que lhe alargou as competências, entre as quais se destacava a de fomento do turismo nos territórios ultramarinos e consequente projeção no exterior. Os tempos eram outros. O culto da “mística imperial” que se mantivera até à II Guerra Mundial tinha-se esvaziado de sentido, assim como o conceito de “propaganda” havia adquirido conotação pejorativa. Assim, essa Divisão da Agência deixou de existir – pelo menos no plano nominal – sendo as suas funções doravante desempenhadas pelos novos serviços de informação e relações exteriores. A Lei Orgânica do Ultramar, publicada em 2 de Junho de 1967, manteve-lhe no essencial as atribuições e competências que lhe haviam sido cometidas uma década antes. Até à inevitável extinção com a Revolução de 1974, a Agência Geral do Ultramar continuou a funcionar como organismo coadjutor da política portuguesa ultramarina, reproduzindo sempre o discurso e imagens que sobre o Ultramar o Estado Novo, na sua fase final, produziu.

1.2 O Boletim Geral das Colónias

Cabia ao responsável máximo da Agência Geral das Colónias, por inerência, dirigir o seu *Boletim*; durante todo o período de vigência desta instituição de propaganda colonial houve apenas seis diretores. Um número tão restrito de responsáveis comprova as suas afinidades com o regime, que usufruía de consabida estabilidade que permitia aos seus diretores concretizarem os planos a que se tinham proposto, no cumprimento das funções públicas que lhes tinham sido atribuídas. O primeiro diretor, Armando Cortesão, ainda foi nomeado no período da I República e sustentou a edição do periódico durante o regime da Ditadura Militar; acabaria por ser substituído quando Oliveira Salazar chegou à presidência do Conselho de Ministros, e o ministro das Colónias, Armindo Monteiro, estabeleceu as primeiras reformas centralistas neste departamento estatal de propaganda colonial.

Em 1932, a Agência e a direção do *Boletim* foram entregues ao tenente-coronel Garcez Lencastre que ficará por apenas dois anos, até ser nomeado para assumir o Governo de Angola.

Em 1935 seguiu-se-lhe o jornalista Júlio Cayolla, que dirigiu o organismo e o seu periódico até o final da Segunda Guerra Mundial, isto é, no período em que o Estado Novo consolidou a maior parte das suas reformas corporativas. Com o fim da Guerra e com o emergir de um contexto internacional a favor da emancipação dos territórios coloniais, o *Boletim* passou a ser dirigido por Banha da Silva, que permaneceria nesta função durante 21 anos. Quando o regime apresentava já sinais de decadência, em 1967, um ano antes da substituição de Salazar por Marcelo Caetano, o periódico conhecia o penúltimo diretor, Cunha Leão, que se manteve na direção da Agência Geral do Ultramar até 1973, sendo este ainda substituído por José Fernando Nunes Barata, que se manteve no cargo por poucos meses, até Abril de 1974.

Armando Cortesão explica, na nota de abertura do primeiro número do *Boletim*, a ideia colonial, os idealismos humanitários resultantes do Tratado de Versalhes, a valorização em torno das colônias, que, em sua opinião, contribuiu para que a política colonial se orientasse segundo duas perspectivas: a primeira evidencia a questão da humanização para com o nativo envolvendo seu bem-estar, educação, enquanto missão, e, claro, para a exploração das riquezas, em particulares os solos e subsolos. Para isso era preciso um meio de propaganda como forma de divulgação com o sentido de evidenciar as múltiplas riquezas contidas nas colônias portuguesas. Cortesão, como Agente Geral das Colónias, não entendia como é que um país como Portugal, que tinha tantas conquistas coloniais, não tinha uma publicação oficial que fizesse a propaganda das colônias e sua ação civilizadora.

Não se compreende que um país que disfruta o terceiro lugar entre as grandes nações coloniais do mundo não tenha uma única publicação oficial que faça a propaganda das nossas colónias e acção colonizadora, que mostre ao mundo o que temos feito e andamos fazendo, em que se tratem os principais problemas da nossa administração colonial, que seja a recolha de maior número possível de trabalhos técnicos e de todos os elementos de informação para os que na colónia trabalham ou por elas se interessam.⁵

O *Boletim Geral das Colónias* foi uma importante publicação, que tratava exclusivamente dos assuntos relativos às colônias portuguesas, destacando as riquezas dos

⁵ “Serviços da Agência Geral das Colónias”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa, nº 1, Julho de 1925, p. 5.

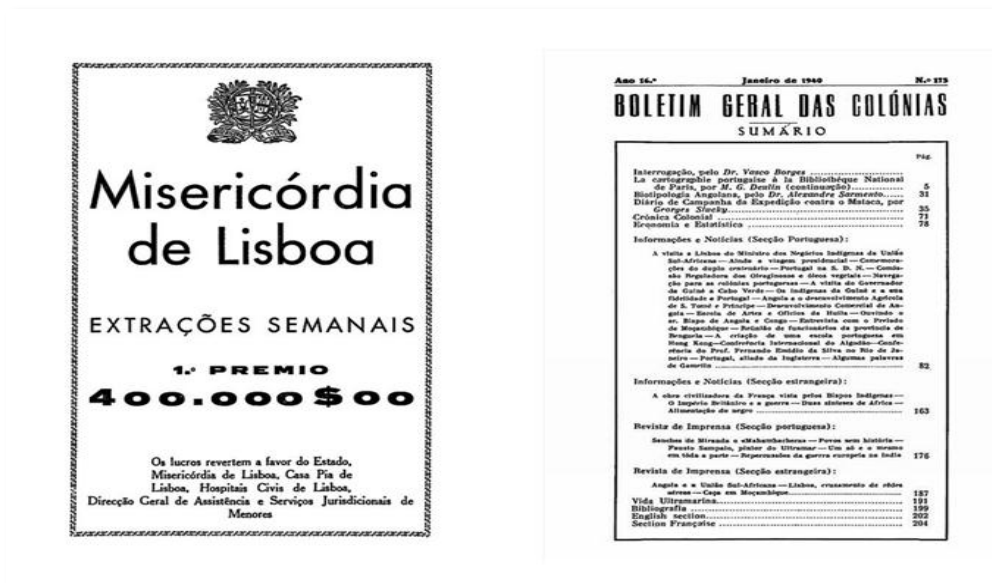
domínios ultramarinos, segundo a ideologia do Estado Novo. Visava “informar” e “esclarecer”, mas segundo a perspectiva e interesse do regime.

Quanto à estrutura da revista, em regra o índice (que a partir de 1929, vol. V, nº 43, vem antecedido de várias páginas de publicidade) aparece na primeira página do lado direito, assim como é neste mesmo lado que se inicia a maior parte dos artigos e seções. Segue-se o artigo de abertura, que ocupa por norma as páginas 3 a 5, e consiste geralmente em discursos políticos sobre as colônias portuguesas. Há frequentemente textos/discursos seja de natureza política como já havíamos citado, seja de testemunhos iconográficos, gráficos, mapas, com particular incidência na recolha e memória de aspectos ligados à cultura autóctone. Sua periodicidade era mensal, mas em alguns meses encontra-se a publicação de dois números da revista em um único mês e seu número de páginas variou entre 209 e 909, no máximo.

O *Boletim* chegava a organizar as suas rubricas ou seções mais frequentes e de caráter informativo, como “Informações e Notícias” (correspondia a pequenas notícias, justificações, resumos das atividades, relatórios) e “Revista da Imprensa”, segundo a proveniência nacional (“secção portuguesa”) ou internacional das informações colhidas e transcritas (“secção estrangeira”), embora esta última fosse manifestamente menos frequente e mais exígua (ver figura 1).

Dentro da estrutura da revista podemos destacar as seções “Economia e Estatística”, que continha dados de natureza quantitativa (algumas em forma de quadros) como saúde e mortalidade, navegação, emigração, portos, produtos e população. Na seção “Vida Ultramarina” as notícias eram curtas e estavam relacionadas com as atividades coloniais quer na metrópole quer nas colônias, destacando suas atividades mensais nas colônias: São Tomé e Príncipe, Timor, Macau, Índia Portuguesa, Cabo Verde, Moçambique, Angola e Guiné. Finalmente, a “Bibliografia” (referência a livros de interesse colonial); “English Section” (resumos dos artigos da edição, em língua inglesa) e “Section Française” (resumos dos artigos da edição, em língua francesa).

Figura 1: Sumário antecedido de página publicitária



Fonte: *Boletim Geral das Colónias*, n.º 175, Janeiro de 1940.

A partir do n.º 91, de Janeiro de 1933, surge uma nova rubrica, a “Crónica Colonial”, e após algumas edições, no n.º 102, relativo a Novembro de 1933, aparece pela primeira vez a “Crónica Belga”. Em 1945 foram acrescentadas seis novas rubricas: “Crónica da Vida Colonial da Metrópole”; “Crónica da Medicina Tropical”; “Crónica da Economia Colonial”; “Crónica da Etnografia Colonial”; “Artes e Letras Coloniais” e “Conselho do Império Colonial”. Em 1949 surgiram outras rubricas: “Crónica de Angola”, no n.º 284, e “Crónica de Moçambique”, n.º 285. Em seguida, na edição n.º 286, do mesmo ano de 1949, a rubrica “Vida Ultramarina” é substituída pela rubrica “Mais Ecos e Notícias”, que manterá características similares à sua antecessora, e nessa mesma edição passa a constar uma nova rubrica denominada “Casas da Metrópole”, desdobrada em Luanda e Lourenço Marques.

Dessa maneira, no *Boletim* podemos encontrar resumos de relatórios e atividades oficiais; artigos anteriormente publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiros; diplomas legislativos e outros documentos oficiais; artigos de opinião; notícias; discursos políticos, estudos de diversa índole (estáticos, históricos, antropológicos, etc.). Todos estes textos, de natureza variada, podem decorrer de uma das quatro seções que integravam a Agência Geral das Colônias, designadamente da Propaganda, a qual tinha a responsabilidade de examinar as publicações da imprensa da metrópole e do estrangeiro ou colônias, e ao mesmo tempo organizar extratos das notícias que pudessem interessar à administração de cada província ultramarina. Não menos interessante é o acervo fotográfico inserido nas

páginas do *Boletim*, que documenta aspectos variados das colônias; nativos, paisagens, atividades econômicas, ações dos missionários, etc.

Acerca do *Boletim* sabe-se que nos três primeiros anos da sua existência, isto é, entre meados de 1925 e meados de 1928, foram distribuídos 29 667 exemplares⁶. Sua distribuição era gratuita – o que reforça a sua natureza propagandística, já que a sua rentabilidade não é de caráter econômico, mas sim político – e destinavam-se a diversas entidades e instituições como Governos Ultramarinos e Altos-Comissários; aos estabelecimentos de ensino superior e secundário; jornais e revistas; aos consulados portugueses e estrangeiros; e outros departamentos e entidades não discriminados.

Além das visitas dos responsáveis pela Agência Geral das Colônias aos territórios ultramarinos e ao estrangeiro, o *Boletim* também acompanhava as visitas oficiais dos políticos e dos ministros às colônias, chegando a publicar alguns números especiais que procuravam fazer a reconstituição, tanto quanto possível, destas viagens a esses territórios que faziam parte da soberania portuguesa.

A partir de 1935, a original designação de *Boletim Geral da Agência Geral das Colônias* dá lugar a um título mais curto – *Boletim Geral das Colônias* – que se manterá durante o período da análise. Não encontramos qualquer editorial que justifique a mudança de título do *Boletim*, mas em 7 de Abril, toma posse o novo Agente Geral das Colônias, Júlio Garcez de Lencastre, professor da Escola Superior Colonial, o qual refere que a instituição passou a dispor de um plano de administração decorrente da reorganização sofrida pelo Decreto n.º 21 001, de 14 de Março.

As edições do *Boletim* formaram um conjunto de registros acerca dos acontecimentos da vida colonial portuguesa, sendo, portanto, um elemento para entendermos o contexto cultural, político, ideológico de uma sociedade por meio das relações entre colonizadores e colonizados, se bem que o discurso seja exclusivamente produzido e selecionado pelos primeiros.

O *Boletim Geral das Colônias/Ultramar* – como já mencionado anteriormente – foi o mais sistemático e um dos meios de informação e comunicação de propaganda colonial entre os anos de 1925 a 1970. Nos anos em que se editou foi constituído um manancial inesgotável de informação durante o século XX, proporcionando possibilidades para quem quiser fazer a História da Colonização Contemporânea. Dessa maneira, fizemos o historial do periódico, apresentando cada personalidade, cada linha programática exercida pelos seis diretores da

⁶ *Boletim Agência Geral das Colônias* (Nº 33, Março de 1928, p. 120).

ideologia e propaganda colonial no Estado Novo com a tentativa de implementar ao longo do seu percurso de existência características essenciais para a concretização de seus idealizadores.

2- A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA COLONIAL DO ESTADO NOVO

2.1 A política colonial do Estado Novo e a questão dos indígenas: marcos fundamentais

A política colonial prevalecente durante o Estado Novo baseava-se, sobretudo, na relação entre colonizador e colonizado, mas esse processo foi marcado por dificuldades, desde as resistências que as sociedades africanas apresentaram em relação à ocupação portuguesa passando pelas debilidades apresentadas na época pelo capitalismo português para implementar o processo de colonização, à questionação a nível internacional sobre a capacidade de Portugal de concretizar sua missão imperial. À vista disso, procuraremos analisar nesse capítulo o múltiplo viés que a questão colonial impôs durante a primeira fase do período salazarista.

O Estado Novo priorizava a organização política e administração ultramarinas para lidar com a nova política colonial. A forma como conduziu a questão do indígena constituiu uma trave importante da sua política colonial.

O Estado Novo afirmou desde o seu início e de forma peremptória, a vocação imperial de Portugal. Assim, representou o colonizado da forma que lhe convinha. Dessa maneira, evidenciou como o nativo caminhava a passos largos para a civilização, por meio de sua ação e do seu método, mas, por outro lado, mostrou o quanto era primitivo, e quanto ainda o nativo estava distante dos padrões do homem civilizado, fato que justificava a sua permanente presença e domínio do nativo.

Salazar conseguiu, entre a transição da Ditadura Militar e a implantação do Estado Novo, estabelecer a plataforma política e ideológica fundamental para que se forjassem um compromisso de unidade, indispensável não só à conservação do poder, mas adequado à instauração de um regime autoritário, estável e duradouro. A essencial natureza do Estado Novo envolve sua capacidade de estruturar e arbitrar autoritariamente os equilíbrios fundamentais entre elites políticas e interesses dominantes, mas contraditórios entre si. Esse período foi a caminhada de Salazar para o poder, ocorrendo a implantação e consolidação do Estado Novo entre os anos 1934 e 1940.

O intervalo de 1933-1945, nosso recorte temporal, adequa-se aos estudos das problemáticas enunciadas, num enquadramento da organização da política colonial, da primeira fase do Estado Novo, sendo possível destacar a relação colonizador/colonizado,

marcada por realidades que decorrem do quadro político e administrativo nem sempre eficaz e com orçamentos deficitários.

Em 1926 foram publicadas as Bases de Orgânicas da Administração Colonial, onde se teve a necessidade de remodelar toda a administração colonial. Falava-se nesse momento de “Império Colonial”, o que evidentemente denota a estratégia essencial para que tal ideia fosse imposta. E em 23 de Outubro desse ano é aprovado o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*⁷ pelo Decreto nº 12 533, que evidenciava duas ideias dominantes: primeiramente, visava assegurar não só os direitos naturais e incondicionais dos indígenas cuja tutela estava confinada nas mãos dos portugueses, mas também o cumprimento progressivo dos seus deveres morais e legais de trabalho, de educação, e de aperfeiçoamento; por outro lado, pretendia transformar seus usos e costumes, a valorização da sua atividade e integração na vida colonial.

O Estatuto do Indigenato de 1926 adotava um critério étnico-cultural, de raiz colonialista, depois remetia para os governos das colônias a definição das condições especiais que caracterizavam os indivíduos naturais delas ou nelas habitando para serem ou não considerados indígenas.

A política imperial que se promoveu após 1930 com a publicação do Ato Colonial⁸, que foi aprovado pelo decreto nº 28 570 em 8 de Julho deste mesmo ano, e integrou a Constituição de 1933, exemplifica de forma clara o desejo de reafirmação do país através da revalorização das colônias, pois cabia aos portugueses desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas habitavam.

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adstrita pelo Padroado do Oriente (ALEXANDRE, 1999: 43).

Contudo, a distribuição de fato das funções pelos diversos órgãos de soberania resultantes do Ato Colonial, da Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma

⁷ ROSAS, Fernando, 1996. Estado Novo. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.). **Dicionário de História do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand Editora, vol. 1, p. 315-319.

⁸ ALEXANDRE, Valentim, 1999. Acto Colonial. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) **Dicionário de História de Portugal. Suplemento**. Lisboa/Porto: Figueirinhas, vol. VII, p. 43-45.

Administrativa Ultramarina em 1933 visa organizar o Ministério das Colônias⁹ sob as coordenadas da política imperial. E com isso acaba por confirmar uma forte centralização do poder nas mãos dos ministros das Colônias em detrimento da Assembleia Nacional, por um lado, e dos governos coloniais, por outro. Dessa maneira, a força ficava concentrada na figura dos ministros das Colônias que na altura era o principal orientador e dirigente da política colonial. A ditadura administrativa do Estado Novo só veio a agravar mais ainda a situação, acentuando o centralismo, tendendo a suprimir todas as expressões autônomas dos interesses locais.

As desigualdades já existentes passam a ter sustentação legal, pois vêm a coincidir com a representação da identidade nacional, ou seja, a portuguesa, em relação à metrópole e aos territórios ultramarinos. A ideologia da raça levou à distinção entre portugueses e os povos indígenas africanos, motivando estereótipos, ideias preconceituosas e racistas. Para muitos colonos, a raça negra estava sujeita a suprir qualquer tipo de deficiência que o Império poderia sofrer, assim, seria capaz de fornecer à pátria os trabalhadores necessários e os soldados que eram precisos. Mesmo “civilizadas”, essas raças sempre seriam consideradas subordinadas dentro do processo produtivo, cabendo ao branco o papel como dirigente e ao negro o trabalho braçal, mesmo sendo imposto através da força. A ideologia colonial¹⁰ tinha como funções centrais as bases que correspondiam ao tema do Império como projeto nacional, face às ameaças e perigos externos.

Armindo Monteiro, que foi Ministro das Colônias entre 1931 e 1935, articulou a questão colonial nesta fase. A questão colonial aparece como um ideal coletivo, radicado e correspondendo a um imperativo histórico e político, cuja negação colocaria em causa a própria independência do país. Com isso, o salazarismo se adequa bem à concepção que tinha do Estado, como poder forte, portador de valores a que se conferia um caráter nacional, acima dos interesses particulares.

Para Valentim Alexandre, a ideologia colonial do Estado Novo, tal como reformulada em 1930, tinha influência do pensamento darwinista social. Na perspectiva de Armindo Monteiro a seleção natural levaria ao aniquilamento de parte das raças negras, mas, por outro lado, conservaria outra parte para que futuramente pudesse povoar a selva, dando a Pátria todo o aparato necessário.

⁹ PAULO, José Carlos, 1996. Ministério das Colônias/Ultramar. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.). **Dicionário de História do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand Editora, vol. II, p. 575-577.

¹⁰ ALEXANDRE, Valentim, 1996. Ideologia Colonial. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.). **Dicionário de História do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand Editora, vol. 1, p. 432-434.

Na colonização os nossos métodos evitaram-nos os riscos e os transe por que passam tantos outros; as nossas virtudes garantiram à obra portuguesa uma solidez que a riqueza e a força só a custo deram a alguns; soubemos pôr nas nossas realizações um sentido de proporção e de medida que a muitos faltou.¹¹

Para compreender e enquadrar este campo, escudámo-nos na opinião de autores como Valentim Alexandre que, sobre a administração colonial gizada por Portugal, diz terem existido três fases distintas que, de alguma forma, marcaram a conjuntura da evolução da política colonial do Estado Novo. Um primeiro período que consiste na implantação do regime liberal em 1834 até ao último quartel dos Oitocentos, que estaria marcada pelo centralismo e pela ideia de assimilação à metrópole dos territórios ultramarinos, aos quais seriam aplicadas as leis que foram promulgadas para o reino. A segunda fase, que se iniciava na época das campanhas em África, após a Conferência de Berlim de 1884-85, correspondia à crise do paradigma liberal na política para o Império, transitando progressivamente para um sistema caracterizado pela desconcentração de poderes e pela adoção de leis especiais para as colônias, levando em conta a diversidade dos níveis de civilização e das condições econômicas e sociais. A terceira fase tem seu ponto de partida na revisão constitucional de 1951 que procurava a integração dos territórios do Ultramar a título de províncias, num espaço único nacional.

A política colonial estava relativamente ligada à sua administração dentro das colônias, pois era concebida como um meio auxiliar de colonização e controle dos corpos nativos, operando não só como modo de reprodução da hierarquia social e da seleção das elites, mas também como mecanismo capaz de produzir a imagem de inferioridade do colonizado face ao colonizador, visto que a administração colonial manteve muitas das características herdadas do antigo regime como, por exemplo, a confusão entre as esferas pública e privada, a acumulação dos mesmos cargos de funções de ordem diversa, tanto civil quanto militar. Fez com que a estrutura administrativa ficasse concentrada nas mãos das famílias influentes da população crioula local. Os próprios governadores agiam mais como representantes dos interesses coloniais junto do poder central do que como agentes de um aparelho do Estado centralizado e hierarquizado. Um sistema administrativo só elevaria as colônias africanas e por consequência a metrópole, fixando núcleos urbanos, criando uma seleção de tratamento

¹¹ MONTEIRO, Armindo – “Directrizes de uma política ultramarina”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 97, Julho de 1933, p. 32.

desigual, ou seja, destinando trabalhos específicos para nativos e outros exclusivos dos colonos.

Para a autora Marroni (2008), em sua obra, *Os outros e a construção da escola colonial portuguesa no Boletim Geral das Colónias 1925-1951*, a política colonial e a administração colonial imposta por Salazar foi marcada pela centralização e pelo autoritarismo da metrópole em matéria de condução dos diversos assuntos que eram pautados por suas lideranças políticas como: a educação, a questão do indígena, a religião. A presença do indígena, ou seja, do Outro, resultou em transformações modernistas que o conservadorismo ideológico se encarregou acima de tudo em domesticar para efeitos de uma assimilação colonial. A política indígena de assimilação foi uma das bases do Estado Novo, e sustentou-se por meio de três grandes vieses sociais: mestiçagem biológica, catequização religiosa e aculturação da língua.

Segundo Valentim Alexandre¹², era necessário impor um projeto colonial, construindo um aparelho de Estado hierarquizado, capaz de servir de suporte. O traço mais evidente da legislação ultramarina do novo regime está na inversão da tendência para a desconcentração de poderes e para uma concessão de uma autonomia aos governos coloniais.

Fica claro que em todas as colônias o poder centrava-se nas mãos do seu respectivo governador, que na qualidade de agente e representante do Governo da República era superior tanto na ordem civil quanto militar, e era também protetor dos indígenas. Além de todas as amplas funções executivas, cabia ao Governador a faculdade de legislar sobre todos os aspectos voltados para a colônia. Juntamente ao Governador funcionava um Conselho de Governo que estava encarregado de dar o parecer sobre todas as questões que lhe fossem apresentadas.

As divisões dos governos das respectivas colônias estavam organizadas da seguinte maneira: os governos subalternos, que compreendiam os governadores de províncias em Angola e Moçambique ou por independentes de distritos, cuja base da rede administrativa estava composta pelos administradores dos concelhos por abrangerem povoações com fortes aglomerações de população civilizada e os administradores de circunscrição que eram áreas habitadas, sobretudo pelos povos ainda não familiarizados com a civilização e cultura portuguesa. Assim, podemos encontrar uma distinção fundamental da política colonial portuguesa a partir de finais do século XIX, a qual separava os civilizados dos indígenas, remetendo esses últimos a situações de tutelados, desprovidos dos direitos em relação às instituições de caráter europeu. O administrador que nada mais era do que o contato direto

¹² ALEXANDRE, Valentim, 1999. Administração Colonial. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) **Dicionário de História de Portugal. Suplemento**. Lisboa/Porto: Figueirinhas, vol. VII, p.45-49.

entre a administração portuguesa e a massa da população rural, ou seja, a indígena tinha funções, nos termos do artigo 47º da Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, que estavam baseadas nas atribuições de autoridade civil, judicial, administrativa, de política indígena, de fiscalização, de defesa econômica e de informação exercidas por si ou pelos chefes de postos auxiliares indígenas.

As alterações no campo administrativo têm um alcance muito mais limitado com a criação dos conselhos legislativos nas províncias ultramarinas durante o Estado Novo. Além disso, a natureza autoritária do regime dificultava a expressão de uma autonomia. Então, era preciso tipificar as formas concretas que assumiu a relação entre a administração e a população colonizada.

De acordo com Valentim Alexandre, em última análise, o Ministro do Ultramar conservava os seus poderes de superintendência e fiscalização sobre todo o sistema, incluindo a faculdade de anular ou revogar os diplomas legislativos provinciais. O poder central conservava o controle sobre todo o sistema designadamente pela possibilidade de anulação dos diplomas provinciais que eram contrários ao interesse nacional. A fase que culminou com a 2ª Guerra Mundial permitiu um maior controle das populações, precisamente do ponto de vista económico.

A política e administração ultramarina constituíam uma preocupação que estava ligada à precedência jurídica da doutrina de assimilação liberal que prevalece durante os primeiros anos da República, tal como a estratégia de ocupação para a formação de mão de obra, ligadas aos trabalhos agrícolas por meio das experiências da administração colonial, sobretudo nos territórios de Moçambique e Angola, as duas maiores colônias africanas. Com isso era preciso procurar a integração de africanos num aparelho de formação adaptado aos moldes coloniais e de uma regulamentação moldada aos indígenas. De fato, o aparelho do Estado colonial assumiu de forma concreta a relação entre a administração e a população colonizada.

2.2 O modelo da política colonial

Portugal participava de encontros, conferências e debates a nível internacional sobre as diversas questões relacionadas às suas colônias. A política colonial portuguesa optou por princípios veiculados em acordos internacionais como, por exemplo, a Conferência de Berlim

em 1884; a Conferência de Bruxelas em 1891 e o Tratado de Versalhes em 1919 que conduziam à associação dos direitos e deveres que estavam voltados para o direito de exploração e o dever de civilização.

A política colonial assume um papel de assimilação das raças durante o Estado Novo, em consonância com a propaganda do regime, pois o discurso colonial da época incide numa ideia de finalidade ou de uma missão a cumprir por Portugal no Ultramar, como portador dos valores universais da civilização face aos povos primitivos. Essa missão foi uma das ideias centrais do Estado Novo, que seria fortificada com o Ato Colonial.

Ainda de acordo com o autor João Carlos Paulo, essas medidas de carácter nacional e internacional, por exemplo, as próprias exposições coloniais¹³, detêm um papel importante no mecanismo de transmissão ideológica dos valores do colonialismo ao longo da vigência do regime, podendo medir seu impacto junto da população metropolitana pelo relativo consenso que sempre suscitou a ideia da natural continuidade da presença portuguesa em África, mesmo em períodos como o da guerra colonial.

Mas antes disso é preciso levar em consideração e fazer um parêntese no que se refere ao estatuto do indigenato, pois como sabemos a situação colonial pressupõe o contato entre povos diversos, com diferentes sistemas de valores e implica igualmente uma relação de dominação/subordinação que impõe como padrão os valores do colonizador. Nos impérios coloniais essas diferenças ganharam muito cedo expressão jurídica, ou mesmo a criação de uma legislação que excluía os colonizados, ou seja, os indígenas, do direito comum, privando-os de certas faculdades e submetendo-os a situações específicas.

Com a ocupação efetiva nasceu ideia de compilar e uniformizar essas leis, ou seja, impunha-se a criação de uma dualidade de estatutos pessoais, assente na distinção fundamental entre cidadãos e indígenas. Mas o Estatuto era diferente em cada colônia, pois dependia muito de cada governador. Esse Estatuto tem vigência durante a Ditadura Militar pelo Decreto nº 12 535 de 30 de Outubro de 1926 que põe em vigor o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. O principal argumento estava voltado para a nova interpretação dos indígenas que eram definidos como indivíduos da raça negra ou delas descendentes que, pela ilustração e costumes, se não distinguem do comum daquela raça.

¹³ PAULO, João Carlos. 1999. Exposições Coloniais. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO, J. M. de (org.). **Dicionário de História do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand Editora, vol. I, p. 327-329.

O Estatuto do Indigenato vigorou até o ano de 1961 e foi objeto de três diplomas específicos: o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique aprovado pelo Decreto nº 12 533, de Outubro de 1926 (sendo o Ministro das colônias, naquela altura, João Belo), o Estatuto Civil e Criminal dos Indígenas aprovado pelo Decreto nº 16 473 de 6 de Fevereiro de 1929 (sendo Ministro das colônias Bacelar Bebiano) e o Estatuto dos indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique¹⁴. Inicialmente o Estatuto de 1926 apenas se aplicava a Angola e Moçambique que eram as duas grandes colônias e nelas existiam os maiores problemas, pelo que exigiam um cuidado maior. Esse foi um regime da assimilação formal da população das colônias e da metrópole. Antes desse diploma, os indígenas não tinham virtualmente nenhuns direitos civis, ou jurídicos, nem cidadania. Com a nova lei ficavam estabelecidos três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos. Era necessário demonstrar um conjunto de requisitos (como saber ler e escrever, vestirem e professarem a mesma religião que os portugueses e manterem padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus, por exemplo) para que os indígenas pudessem obter o estatuto de “assimilado” e usufruir direitos que estavam vedados aos indígenas não assimilados.

Enquanto eram tratados como seres primitivos, faziam parte de uma civilização rudimentar e por isso era necessário uma tutela que foi exercida pelas autoridades portuguesas capaz de assegurar seus direitos naturais e condicionais, e de levá-los ao cumprimento dos seus deveres morais e legais de trabalho, de educação e melhoramento, visando o aperfeiçoamento e transformação da raça a partir de suas próprias instituições. Assim, o Estatuto previa a aplicação dos usos e costumes locais tanto no que se refere a direito privado quanto público; nesse caso, aos indígenas eram negados direitos políticos e direitos criminais. Em 1951 algumas alterações foram feitas, transformando a colônia em província ultramarina, mas sua lógica integradora não foi levada até o fim. O regime do Indigenato foi abolido apenas em São Tomé e Príncipe e Timor, mas a distinção entre indígenas e não indígenas existia, embora o Estatuto neles não vigorasse. Mas em Angola, Moçambique e Guiné manteve-se.

Em 1953 o Estatuto acrescentou três novidades no que se refere ao indígena, ou seja, sua definição como um indivíduo de raça negra ou seu descendente que não possuísse a ilustração e os hábitos individuais e sociais necessários para a integração do direito público e privado dos cidadãos portugueses; também na forma de aquisição da cidadania portuguesa,

¹⁴ SILVA, António Duarte, 1996. Estatuto dos indígenas. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO J. M. de (org.). **Dicionário do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand Editora, vol I, p. 220-322.

que antes era distinta de colônia para colônia e na maior flexibilidade de regulamentação face a situações intermediárias. Só a partir de 1961 é que esse estatuto foi abolido pelo Decreto-Lei nº 43 893, mas os ex-indígenas continuaram sujeitos a uma legislação diferente. Assim, encontramos em alguns textos do *Boletim* as bases dessa ideologia no que se refere ao processo de colonização nas colônias portuguesas em África e como eram os tratamentos entre os nativos e os colonos.

Um artigo divulgado no *Boletim Geral das Colónias* em 1943 sob o título “Colonizar e civilizar”, da autoria do Padre Silva Rego, e que fora publicado anteriormente no suplemento *O Império* do jornal mais afeto ao Estado Novo, o *Diário da Manhã*, fazia o elogio das aptidões colonizadoras dos portugueses, começando com a afirmação: “Não há no povo da Europa e no Mundo que tenha mais experiência do que seja colonizar e civilizar que o povo português”¹⁵.

Fazendo a resenha histórica da progressiva expansão marítima portuguesa, marca a chegada à África:

Depois, lidámos com terras de negros. À fôrça de tanto forçarmos as barreiras míticas dos mares de África, criámos em nós autêntica “mentalidade africana”. Apegámo-nos, carinhosa e tenazmente, à África, da mesma forma que nos apegámos à terra natal.¹⁶

Mas o que o Padre Silva Rego destaca é que em todos os territórios que colonizaram os portugueses tiveram como primeira preocupação, através dos missionários e exploradores, contactar com os indígenas de forma amigável, numa dimensão espiritual e não material:

E assim, tivemos logo de início, a intuição de que a acção colonizadora dum povo está em relação directa com a penetração espiritual que se possa realizar noutro, e não com a penetração temporal ou a conquista. Quando mais se penetrar nas almas, embora os corpos fujam ao domínio, mais vincada ficará a passagem do colonizador. Foi assim que, sem receio algum, atirámos para o interior da selva missionários e exploradores, a atrair para a comunidade portuguesa os povos que viviam à margem da civilização.¹⁷

A relação que fora estabelecida entre colonos e nativos deveria ser pautada no respeito entre ambos. Essa característica tornou o português diferente dos demais colonizadores, pois não procuravam oprimir as populações indígenas, mas sim, educar e civilizar tais povos. Esta era a ideia veiculada pela ideologia colonial portuguesa.

¹⁵ REGO, Padre Silva – “Colonizar e civilizar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 220, Outubro de 1943, p. 250.

¹⁶ REGO, Padre Silva – “Colonizar e civilizar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 220, Outubro de 1943, p. 250.

¹⁷ REGO, Padre Silva – “Colonizar e civilizar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 220, Outubro de 1943, p. 250.

Do mesmo autor e também retirado do suplemento *O Império* do *Diário da Manhã*, o *Boletim* publicou dois meses depois o texto “O indígena pré-português”. Este artigo enaltece a figura do nativo, considerando-o não como uma raça inferior, mas sim civilizacionalmente atrasada em relação às outras raças. Assim, caberia ao povo português possibilitar aos povos autóctones de suas colônias o progresso e a civilização, aproveitando o autor para elogiar a política colonial recente, designadamente o Ato Colonial:

O Acto Colonial, justamente considerado como lei constitucional do Estado Português, atendendo ao estado de evolução dos povos indígenas, contemporiza com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames da humanidade.¹⁸

Dessa maneira, os povos indígenas que ainda não tinham os costumes e hábitos da comunidade portuguesa, mesmo que nela já estivessem inseridos, eram considerados “pré-portugueses”. Os nativos ainda teriam de honrar de forma satisfatória todos os elementos que os poderiam tornar verdadeiros portugueses: “O critério que preside, portanto, à doação dos privilégios de cidadão português, é exclusivamente de ordem moral e cultural”¹⁹.

Silva Rego abria assim a esperança de que, no futuro, através do aprimoramento cultural conduzido pelo povo colonizador, os nativos poderiam vir a ser considerados cidadãos.

O Estado Português nunca se fez partidário da teoria de raças superiores e de raças inferiores. Através de toda a sua história; preferiu ignorar tal teoria, hoje tanto em voga, apesar do progresso e da civilização. Para os portugueses, não há, portanto, raças inferiores, destinadas a ser subjugadas ou domadas. Há apenas povos atrasados, cultural e espiritualmente, que precisam de protecção virtual e actual para, em dado momento, entrarem, livre e espontâneamente, no seio das nações cultas e avançadas.²⁰

Silva Rego insiste nas características de docilidade e antiviolença da colonização portuguesa, ressaltando que esse processo era gradual, e apenas não contemporizava com atos “amorais e inumanos”:

Quanto ao indígena pré-português, rodeámo-lo de carinhos paternais, preparando-o para o salto lento da sua civilização para a nossa cultura.

¹⁸ REGO, Padre Silva – “O indígena pré-português”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 222, Dezembro de 1943, p. 120.

¹⁹ REGO, Padre Silva – “O indígena pré-português”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 222, Dezembro de 1943, p. 120.

²⁰ REGO, Padre Silva – “O indígena pré-português”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 222, Dezembro de 1943, p. 120.

Deixámo-lo entregue pacificamente aos seus batuques, aos seus ídolos, aos seus usos e costumes sociais, contentando-nos com a prédica da religião da igualdade cristã. Os nossos missionários vão desbravando as suas primitivas inteligências, amoldando-as a horizontes mais vastos e a perspectivas universais. Proibimos severamente tôdas as práticas imorais e inhumanas²¹.

O artigo apresenta os nativos como uma riqueza humana notável das colônias, mas também como seres primitivos, infantis, a quem tudo devia ser ainda ensinado: “É que, ocupando-nos com tanto carinho do indígena pré-português, temos a impressão de que estamos a embalar as crianças grandes do Portugal de amanhã”²².

As relações estabelecidas entre nativos e colonos, que o *Boletim*, parecem destinadas ao controle e à transformação das mentalidades africanas, mostrando que a participação do indígena africano assumiu um caráter de reestruturação para uma nova sociedade que ganhava força com a intervenção do colono nos territórios ultramarinos.

Consequentemente, os organismos, diplomas e iniciativas criados tinham como objetivo adequar a figura nativa aos moldes europeus: Estatuto do Indigenato, Acordo Missionário, Exposições coloniais todos promoveram medidas para estimular as melhorias na vida dos povos autóctones sejam elas morais, sociais, religiosas e políticas também segundo o discurso da época. Diante disso, em 1940, o Acordo Missionário²³ marcou uma fase da consolidação do referencial católico como elemento integrador do Ultramar português. Este acordo entre a Santa Sé e o Estado português pretendia definir um quadro jurídico global sobre as atividades missionárias católicas abrangendo os acordos anteriores estabelecidos sobre situações particulares e adequando-o melhor às formulações das prioridades das atividades missionárias da Igreja Católica. O acordo se baseava sobre questões que envolviam: a organização da Igreja, cabendo à Santa Sé a capacidade de alterar com o consentimento do Governo os números das dioceses; a presença de missionários estrangeiros que mesmo admitidos deveriam se submeter às leis portuguesas evidenciando a autoridade do Estado português e obrigando as congregações estrangeiras a abrirem casas de formação em Portugal; a autoridade atribuída aos governos das dioceses ou das circunscrições missionárias em que todas deveriam ser exercidas por eclesiásticos nacionais, cabendo ao governo português pronunciar-se sobre possíveis objeções de caráter político geral. Além de estabelecer diversas atribuições no que diz respeito ao Padroado e como esse deveria se impor, também fornecia

²¹ REGO, Padre Silva – “O indígena pré-português”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 222, Dezembro de 1943, p. 120-121.

²² REGO, Padre Silva – “O indígena pré-português”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 222, Dezembro de 1943, p. 121.

²³ FERREIRA, António Matos, 1999. Acordo Missionário. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) **Dicionário de História de Portugal. Suplemento**. Lisboa/Porto: Figueirinhas, vol. VII, p. 39-41.

subsídios por parte dos governos da metrópole e das colônias, fornecia pensões para os missionários, concedia terrenos gratuitos para as missões católicas para o seu desenvolvimento e novas fundações, supria as despesas das viagens dentro e fora das colônias.

A conflituosidade na percepção da situação ultramarina repercutia-se na interpretação dada ao AM, quer pelas diversas instâncias governamentais, metropolitanas ou Ultramarinas, quer no interior das Igrejas, da metrópole ou colônias, introduzindo significativas matizes nos comportamentos das pessoas e de grupos, nomeadamente nas congregações religiosas, onde nem todos os seus membros associavam do mesmo modo a actividade missionária e o reconhecimento da soberania portuguesa (FERREIRA, 1999: 41).

O Estado português passou a sustentar a questão missionária da responsabilidade da autoridade eclesiástica. Reconhecia a autonomia e a liberdade da Igreja Católica em matéria religiosa com a intenção de firmar ações com seu nacionalismo e caráter civilizador. O Acordo Missionário deu corpo a uma persistência missionária nos territórios coloniais africanos. Por isso, foi um dos métodos civilizacionais na questão da colonização das colônias portuguesas, contribuindo de forma significativa para a educação do indígena baseada em conceitos nacionalistas. Em suma, foi um procedimento para a elevação do povo indígena, totalmente confiado às missões católicas, no qual o Estado interferia com os planos e programas para melhorar a realidade do nativo.

Conforme Pélissier²⁴, nas colônias portuguesas, em especial nas africanas, desempenhou um papel importante no processo da colonização portuguesa que foi de longe um processo complexo e duradouro, que encontrou uma extrema variedade de povos e situações onde tiveram de enfrentar todos os tipos de problemas e situações. Torna-se praticamente impossível estabelecer um balanço colonial equilibrado, de tal modo que entraram em choque, se neutralizaram as propagandas, as realidades, as lembranças e as experiências.

Dessa maneira, podemos afirmar que o processo de colonização era pautado na relação do colonizador e do colonizado, visto que o colonizado deveria amar seu colonizador, pois era ele quem poderia retirar o nativo da barbárie e, assim, conseguiria alcançar seu desenvolvimento, seu crescimento. Seguido a esse processo, encontramos a mestiçagem

²⁴ PÉLISSIER, René, 1999. Colonização. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). **Dicionário de História de Portugal. Suplemento**. Lisboa/Porto: Figueirinhas, vol. VII, p. 363-366.

apresentada como consubstancial à expansão portuguesa, na verdade é o resultado de necessidades biológicas impostas pelo desequilíbrio dos sexos, realidades essas encontradas em qualquer processo de colonização. Outro ponto que devemos levar em consideração diz respeito à assimilação, pela qual se apagariam todas as diferenças de mentalidades. Por fim, é de suma importância considerar o que a historiografia pauta sobre a figura do português como sendo o melhor colonizador por avaliar os homens não apenas por sua cor, mas em função de seus aspectos de caráter, generosidade, bondade.

A Ditadura e depois o Estado Novo ultranacionalista conseguiram salvaguardar a herança colonial em um período de crise econômica e de redução das despesas. O salazarismo elaborado nos anos trinta foi uma doutrina colonial opressiva. Resumindo, o regime salazarista defendia que o Império deveria servir a metrópole e não o contrário. Devia ainda abastecer o centro de matéria-prima barata e proporcionar divisas graças aos seus portos e caminhos de ferro utilizados pelas colônias africanas vizinhas e as exportações de mão de obra para a África do Sul.

2.3 Conjunturas do colonialismo português

Enquanto na metrópole se desenvolviam os mecanismos que visavam suprir as necessidades das colônias, dando inclusive a conhecer tais territórios, nos territórios ultramarinos o processo da sua colonização ganhava cada vez mais espaço no contexto social, moral, político, religioso dos nativos.

A análise de Joana Pereira Leite²⁵ sobre os princípios estabelecidos pelo Ato Colonial esclarece sobre o que viria a integrar a Constituição de 1933, no mesmo ano em que se instituía a aplicação do corporativismo nas colônias e a Reforma Administrativa Ultramarina, assim procurando respeitar o espírito pautado nesses diplomas, seguindo uma intensa atividade legislativa destinada a reforçar os laços econômicos entre Portugal e as colônias. Com a crise de 1929-33 foi através de uma política neo-mercantilista que se procurou resolver os problemas econômicos que desde o fim da 1ª Guerra Mundial desestabilizaram os países capitalistas. E foi nesse contexto que a gestão de Salazar adotou o regime aduaneiro instituído pelo Ministro das Colônias João Belo (Decreto nº 12 421 de 1926) baseado na proteção dos instrumentos totalitários ultramarinos, tanto dos produtos coloniais mais importantes nas balanças comerciais, como nas manufaturas portuguesas exportadas para as colônias.

²⁵ LEITE, Joana Pereira, 1999. Colonial, Política. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). **Dicionário de História de Portugal. Suplemento**. Lisboa/Porto: Figueirinhas, vol. VII, p. 352-360.

Assim, os pontos centrais que envolviam a questão colonial nos anos trinta dizem respeito à circulação de capitais no seio do Império. É certo que a política monetária restritiva instituída no início da década de trinta, pelo então Ministro das Colônias Armindo Monteiro, permitiu uma eficiente gestão de troca entre as colônias, assegurando o controle dos pagamentos internacionais. Porém, a legislação portuguesa não era tão clara em relação a essa vertente, pois verificou-se a existência de regras quanto à interdição ou permissão de saída de capitais, no que diz respeito à participação dos estrangeiros nas diferentes colônias africanas. As principais fontes de matérias-primas eram o algodão, o açúcar e as oleaginosas, que eram essenciais na estruturação da complementaridade entre Portugal e suas colônias.

Armindo Monteiro argumentava a favor do desenvolvimento industrial do Ultramar, processo que no seu entender não era incompatível com o cumprimento das solidariedades econômicas inerentes ao pacto colonial. Dessa maneira, o Estado Novo preparava-se para regular e enterrar a atividade industrial nas colônias até os anos sessenta.

Além disso, o colonialismo foi um dos principais momentos dramáticos da história de Portugal entre 1926-1974. Os grandes temas do colonialismo equivalem à migração, investimentos e conflitos. O Império no Estado Novo, apesar de sua ideologia ter sido constituída por princípios patrióticos e corporativos, ainda teve de depender dos capitais estrangeiros e de uma mão de obra ultramarina. Diante desses aspectos, o primeiro ciclo da política colonial foi um ciclo de dura exploração. Os camponeses que viviam nas colônias africanas eram obrigados por meio da força a cultivar terras e principalmente os que trabalhavam nos campos de algodão.

Para Birmingham²⁶, as condições de trabalhos nesses campos eram de total descaso para com os trabalhadores locais, além de serem mal pagos, suas condições de vida e de trabalho eram bastante severas. Só após a 2ª Guerra é que as políticas coloniais começaram a mudar na África portuguesa. Os emigrantes começaram a embarcar voluntariamente para África como colonos ou expatriados à procura de fortuna. Uma das causas para essa emigração voluntária foi a pobreza que assolava a Europa naquela altura e os primeiros sinais de prosperidade vindos das colônias acabaram por apagar a imagem impopular que os portugueses tinham de África como lugar apenas para os deportados. As comunidades dos colonos passaram a conseguir seus próprios lucros no comércio local, comprando e vendendo milho, algodão, óleo de coco, açúcar e arroz que eram produzidos por camponeses negros. À vista disso, as

²⁶ BIRMINGHAM, David, 1999. Colonialismo. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). **Dicionário de História de Portugal. Suplemento**. Lisboa/Porto: Figueirinhas, vol. VII, p. 361-363.

cidades comerciais das colônias cresceram e desenvolveram o setor dos serviços e até pequenos setores de produção industrial.

Ainda de acordo com Birmingham, em 1970, cerca de meio milhão de portugueses viviam nas colônias africanas e proporcionava o trabalho assalariado mesmo que com baixos salários para a população indígena. No entanto, as desigualdades de raça e de classe eram tão fortes que só era possível preservar o sistema colonial recorrendo a exércitos cada vez mais caros que reprimissem qualquer forma de expressão política fosse ela branca ou negra dentro do Império.

Nesta lógica, a exploração feita em África tinha como uma das suas principais justificativas o fato de que o regime de Lisboa precisava extrair riquezas para substituir as receitas americanas perdidas e também precisava minimizar os custos do controle e da administração das colônias. Era normal o governo assumir o papel de fornecedor de trabalho forçado às firmas privadas, incluindo firmas belgas e britânicas, ainda que tal prática fosse contrária à legislação colonial. Em relação aos camponeses que não eram fáceis de recrutar para o trabalho forçado era comum à velha política belga e portuguesa de impor culturas obrigatórias nas suas próprias terras.

Segundo Birmingham²⁷, o algodão foi em Angola uma cultura de alto risco que poucos agricultores tentaram devido ao fato de que seus solos não serem tão férteis e sua pluviosidade ser incerta. De fato, se pudessem escolher os cultivos dos seus próprios alimentos certamente as mulheres angolanas plantariam alimentos variados como estratégia para fugir da fome, porém a política de plantação compulsiva de algodão levou à fome em 1945. Diante disso, os administradores coloniais ficaram receosos em informar o governo da ameaça de fome e de uma possível rebelião, visto que não seria um bom momento para tal situação. Para modificar esse cenário, o Governo central justificou que a fome era uma ficção da imaginação bantu e ordenou que continuassem a plantação do algodão. Um setor que obteve sucesso foi a prática da agricultura do café. O café tinha vindo do Brasil no século XIX na esperança de que fosse possível usar em plantações locais a mão de obra angolana que já não se conseguisse vender no estrangeiro. De início, essa política não deu certo e os recrutadores passaram a vender os seus trabalhadores como migrantes contratados para trabalharem em roças de cacau e de café em São Tomé. Mas muitos trabalhadores não aceitavam essa troca e preferiam emigrar para colônias vizinhas onde as condições poderiam ser duras, mas não tão severas quanto em Angola e São Tomé. Os trabalhos eram distintos entre os imigrantes brancos e os camponeses.

²⁷ BIRMINGHAM, David, 1999. Angola. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). **Dicionário de História de Portugal. Suplemento**. Lisboa/Porto: Figueirinhas, vol. VII, p. 106-112.

Cabia aos imigrantes brancos gerir os estabelecimentos comerciais rurais e pequenas empresas de transportes e não tanto plantar café. Esse tipo de tarefa era deixada nas mãos dos camponeses.

O povo português via Angola como uma terra dos deportados, dos dissidentes políticos e dos criminosos. Poucos portugueses foram para lá de livre e espontânea vontade e esses poucos que lá se estabeleceram procuraram lucrar com a exploração colonial da mão de obra negra barata. Todos os imigrantes queriam que os negros trabalhassem para eles e exigiam privilégios em virtudes da sua superioridade racial. As relações inter-raciais tornaram-se tensas, particularmente em Angola, e mesmo assim continuaram a forçar uma imagem de harmonia racial para condizer com a propaganda governamental. Em relação às mulheres angolanas, estas sofreram com o desdém racial que tirava partido delas sem qualquer reparo legal ou moral. As crianças que eram concebidas por uniões desiguais nem sempre eram aceitas tanto pela comunidade negra quanto pela branca.

Concluindo, todos os aspectos que foram levantados neste capítulo nos permitiram entender a construção da política colonial durante o Estado Novo, quais foram os importantes diplomas promulgados naquela época para o desenvolvimento e organização das colônias. Os aparelhos ideológicos do Estado Novo forneceram ideias de cunho nacionalista para exaltar a sua obra nos territórios ultramarinos como, por exemplo, a capacidade colonizadora portuguesa, a faculdade de relacionamento harmonioso com os nativos e a missão civilizadora do país. Todas essas formulações foram medidas estratégicas com o intuito de elevar os nativos da barbárie possibilitando novos caminhos para o seu crescimento, mesmo que os mantivessem numa situação de real inferioridade e submissão em relação aos colonizadores brancos.

3- REPRESENTAÇÕES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Como seria previsível, tendo em conta o que atrás se disse sobre a política e concepção coloniais portuguesas no Estado Novo, a representação da colonização portuguesa no *Boletim Geral das Colónias* sublinha o pioneirismo de Portugal na grande empresa colonizadora de vastos territórios além-mar, colonização essa marcada pelo humanitarismo e pela proteção em relação aos autóctones, entendidos como raças primitivas. Assim, Portugal foi o mais antigo colonizador, o primeiro a tomar contato com os povos indígenas das diversas regiões e tinha que pôr em prática os princípios a adotar para conseguir civilizar os nativos, retirando-os do estado de “barbárie” e de “selvageria” em que viviam.

Evidenciando esse processo de colonização portuguesa pautada pelos valores humanitários – via que se considera ter sido aberta pela colonização lusa – Lourenço Cayolla afirma:

Fomos, pois, os primeiros, entre todos os povos colonizadores, a compreender que os pretos eram homens honestos e não bêstas de cargas, e a fundar nossa obra colonizadora na íntima cooperação dos colonos e dos indígenas, o que constitui a maior e mais honrosa característica da nossa obra.²⁸

Essa relação entre os colonizadores e colonizados foi formada por um conjunto de comportamentos, práticas e costumes que foram inseridos numa realidade ou mesmo contexto que sofria limitações de vários tipos, onde o colono português teria tido um papel ímpar na formação e elevação de povos que estavam condenados a viver de forma desordenada.

Para Bourdieu, a definição de *habitus* volta-se para a capacidade de uma determinada estrutura social a ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir, ou seja, define e orienta as ações como produto das relações sociais. Dessa maneira, instiga a representar as relações que os criaram, uma vez que, para Bourdieu, as práticas dos indivíduos expressam uma forma ou um estilo de vida que, enquanto conjunto, tanto os caracteriza quanto os distingue (BOURDIEU, 1997: 11-13).

Abordado de uma forma geral, o *Boletim* contém informações sobre as colônias portuguesas evidenciando seu povo, seus costumes, suas relações, sua cultura. Julgamos que a mensagem do *Boletim* era veiculada para dentro e para fora do território português, com uma finalidade ou lógica de construção de um espaço social.

²⁸ CAYOLLA, Lourenço – “A característica da colonização portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 91, Janeiro de 1933, p. 6.

As manifestações de recordações encontradas nas memórias seletivas contidas no *Boletim* devem ser entendidas como uma forma em que o passado pode ser aceito no presente por aqueles que as recebem e as reconhecem; é uma instância que passa a se difundir, e mesmo a construir identidades, grupos sociais, ou até uma nação.

As análises de Maurice Halbwachs são importantes para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. O autor salienta que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, seja por meio de imagens ou de ideias, tornando-se indispensável o fato de que em um grupo é preciso ter uma identidade, através da qual se evidencie uma memória coletiva.

Para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo de preocupações dos interesses e das paixões nacionais (HALBWACHS, 1990: 61).

Nesse sentido, Halbwachs defende que a memória é um dos processos artificiais, destinado aos desempenhos de papéis sociais úteis. As lembranças que várias pessoas reuniram, ou até mesmo uma pessoa reuniu, permitem descrever os fatos ou os objetos que são vistos ao mesmo tempo e reconstituir todas as sequências dos atos e das palavras dentro das circunstâncias definidas.

Para Portugal, os grandes momentos do passado foram integrados em uma sucessão de acontecimentos dando a entender que o passado poderia realmente transformar o futuro. Essa análise seletiva de acontecimentos, buscando exaltar os seus pontos positivos, cria uma memória repleta de resistências e articulações, possibilitando um cenário para legitimar a verdade.

O encontro com o diferente, o desconhecido, provoca um confronto entre culturas, costumes, em que o Outro é reconhecido por um olhar de um sujeito espacial e temporal situado. A forma como se olha o desconhecido não se movimenta num vazio referencial. Assim, a forma como se constrói a memória histórica está articulada com a cultura que rodeia os homens. O contato com o novo proporciona, em certos momentos, lançar um olhar desvalorizado ou sobrevalorizado do que é observado. No entanto, outra atitude se pode apresentar quando o sujeito que observa, crente na sua superioridade e em seu universalismo, como no caso do português, envolve uma maneira de encobrir a diversidade cultural.

Assim, para Portugal, as colônias consubstanciavam um império, não apenas territorial e comercial, mas acima de tudo cultural, sendo peça fundamental para a sua própria

identidade nacional e imperial. Pela seleção de acontecimentos passados do seu processo histórico produziu-se uma explicação das origens e dos momentos de plenitude nacional.

Nas páginas do *Boletim* ressalta a valorização do império colonial. Como a grande maioria dos portugueses desconhecia as colônias, o *Boletim* pretende justamente informar, alertar o povo português sobre seus domínios ultramarinos e atrair a emigração lusa para esses territórios. Segundo a informação veiculada pelo *Boletim*, o ritmo do processo civilizador reflete-se no social dessas comunidades, pela harmonia das relações humanas, pela difusão da educação, pelo seu desenvolvimento e crescimento econômico, resultando nas estratégias de investir em um mundo novo e pelo seu interesse em um contato mais assíduo com as novas culturas. Todas essas características tornaram-se as bases das representações da colonização nos textos que foram encontrados no *Boletim* entre os anos de 1933 e 1945.

A presença dos colonos indicava a libertação do nativo da barbárie, a sua transformação em seres mais evoluídos, ao ensinar-lhes a modernidade, preenchendo-lhes o seu mundo “vazio” com os saberes da civilização. Seria esse um dos principais objetivos da missão colonial. Além disso, era necessário conhecer os diversos problemas que afetavam essas regiões e, ao mesmo tempo, procurar resolvê-los.

Segundo René Ginét, era importante destacar o que se passava no continente africano, por quem foi civilizado: “O caminho de ferro é um agente de penetração, de civilização, é por isso que fiz dele meu leit-motiv”²⁹. René Ginét faz referência à sua viagem em África com o objetivo de evidenciar o lado humano, sua obra seria uma reportagem vivida e verdadeira em que se preocupou em analisar a vida dos povos, das regiões que conheceu, evidenciando suas alegrias e seus sofrimentos, esperanças e ilusões. Também percebeu os problemas que inquietaram essa outra parte do mundo, visto que eram realidades diferentes. Assim, o colonizador que foi para as colônias portuguesas na África conheceu as realidades distintas e distantes da sua.

Êsses dias, durante os quais vivi uma outra existência, vou, pois, tentar fazê-los reviver aos olhos e aos sentidos dos meus amigos.
Na minha bagagem vem pois uma palpitante versão da África bárbara, – da imaginação de tantos³⁰.

²⁹ GINET, René – “Angola – O encanto de São Tomé”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 95, Maio de 1933, p. 209-210.

³⁰ GINET, René – “Angola – O encanto de São Tomé”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 95, Maio de 1933, p. 210.

Registramos também, no *Boletim* do mês de Julho de 1933, um artigo do professor Marcelo Caetano que tinha sido publicado no *Diário de Notícias*, de Lisboa. Este texto refere-se às diferentes visões de Portugal que os portugueses tinham em função do meio em que viviam e do seu grau de instrução, mas sublinhava que poucos o imaginavam como um país que ia das margens do Atlântico aos confins do Oceano Índico. Assim, Portugal era muito mais do que um pequeno país, era um grande Império, vasto e forte. Era preciso que todos os outros povos percebessem o que os portugueses eram, o que valiam, mas antes dos outros povos se conscientizar das virtudes dos portugueses era necessário que os próprios portugueses tivessem a consciência do seu valor e da sua virtude.

A hora actual está marcando na História um momento de ferozes nacionalismos. Em toda a parte estes se chocam com brutalidades iniludíveis e, por todos os lados, surgem demonstrações de vigor nacional a procurar esmagar os povos mais fracos em benefício dos mais fortes. Quem quiser sobreviver a este transe cruel da história mundial tem de apresentar-se, perante a Humanidade, em toda a sua força populacional, territorial, económica, histórica e jurídica.³¹

Marcelo Caetano ainda chama a atenção para o fato de que muitos portugueses acabaram por esquecer quem foram, pois, além de grandes colonizadores, os portugueses tinham exercido a sua plena e indiscutível soberania através de uma obra civilizadora que foi construída pelo esforço nacional.

O trabalho dos pioneiros portugueses, desenvolvido através de tantos séculos, sobre o Mundo por eles descobertos, a benefício da civilização, é qualquer coisa de tão formidável e surpreendente, como o gigantesco esforço dos descobrimentos e das conquistas.³²

Nesta conformidade, podemos perceber que Marcelo Caetano evidenciava o objetivo central da missão dos portugueses que consistia em levar o benefício da civilização às suas conquistas. Isso tinha que necessariamente: “atrair à atividade geral toda a gente, aproveitar toda a competência, parece-nos ser, neste momento histórico que vivemos o único caminho capaz de conduzir, rápida e seguramente, à definitiva grandeza da Pátria, à consolidação eterna do nosso Império”³³.

³¹ CAETANO, Marcelo – “O império português e os portugueses”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 97, Julho de 1933, p. 486.

³² CAETANO, Marcelo – “O império português e os portugueses”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 97, Julho de 1933, p. 487.

³³ CAETANO, Marcelo – “O império português e os portugueses”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 97, Julho de 1933, p. 488.

O colono deveria estar consciente de suas obrigações, deveria resistir às tentações do meio, para que pudesse realizar de forma positiva a sua missão. De acordo com Rodrigues Júnior, numa das suas obras publicadas em 1945 que abordava a questão da colonização dirigida, o colono deveria ir para o Ultramar acompanhado por sua mulher. O casal europeu, além de ser uma defesa contra as tentações do meio, tornava-se uma força para manter as energias morais e afetivas que as sustentavam. O lar do branco era um pedaço de sua terra distante dentro do mato e o indígena, por sua curiosidade, imitaria essa habitação.

A imitação é depois, para êle, uma necessidade, uma indicação para nós de que se vai afastando do seu meio primitivo, de que se torna diferente. A imitação cria necessidades. E para as manter, teremos nós de dar ao preto os meios de poder sustentá-las (JÚNIOR, 1945: 39).

Rodrigues Júnior deixa bem claro que o processo de colonização que aconteceu no Brasil deveria ser diferente em África, designadamente em Moçambique – a colônia que analisa – pois os portugueses pretendiam fazer de Moçambique uma província puramente portuguesa. A colonização no Brasil, de acordo com Rodrigues Júnior, passou a ser bem mais íntima, ou seja, as relações passaram a ser mais pessoais possibilitando uma mistura das raças e era exatamente isso que deveria ser evitado nas colônias portuguesas em África.

Moçambique será sempre Portugal, porque é uma continuação da Mãe-Pátria. O que nos interessa é fazer das nossas colônias provinciais fundamentalmente portuguesas. Não nos interessa outro contacto com o nativo que não seja aquele que possa dar-lhe de nós uma ideia nobre; tampouco nos interessa a intromissão de outros para desenvolver o que possuímos (JÚNIOR, 1945: 42).

Fica evidente que os portugueses queriam em África o contrário do que aconteceu no Brasil. Queriam o distanciamento necessário para que a colonização não perdesse seu viés principal, e que se devia evitar a miscigenação dos portugueses com os nativos. Rodrigues Júnior faz um parêntese nas palavras de Gilberto Freire em que analisa a posição dos portugueses que não queriam uma colonização dominando as populações nativas, misturando-se com elas e se envolvendo com a mulher de cor, a mulher nativa. O colono não deveria ir ao Ultramar sem ser acompanhado pela sua mulher, pois o casal europeu era uma defesa contra todas as tentações do meio.

O autor Marc Ferro em sua obra intitulada, *História das colonizações*, afirma que no processo de civilização o papel do colonizador era elevar as demais populações, subalternas, à superioridade do seu saber-fazer e também da sua ciência; o “fardo do homem branco”

consistia em civilizar o mundo e o colonizador, fosse ele português, espanhol ou inglês. Esta tarefa significava que, no fundo, os outros eram considerados representantes de uma cultura inferior e que cabia aos colonizadores da raça branca educá-los e formá-los, sempre mantendo as distâncias; contudo, a colonização do homem branco tinha como principal característica a bondade em educar as raças consideradas inferiores.

Por meio dos textos dos primeiros descobrimentos e conquistadores, que as características essenciais da história da colonização já estavam presentes, como que em embrião, e que depois apenas se desenvolveram. Lá encontramos a conversão, a troca desigual, a violência sexual, uma visão do outro que se faz dele ora um outro que se deseja assimilar cristianizando-o ora um escravo (FERRO, 1996: 55).

Na concepção da ideologia colonialista, o impulso colonizador português proporcionou a base da civilização e da prosperidade dos povos africanos. Assim, todas as relações que foram desenvolvidas entre colonos e nativos permitiriam a elevação dos povos autóctones africanos, que viviam de forma primitiva, e somente com a intervenção do colono poderiam obter chances que modificassem tais costumes vistos como bárbaros.

No *Boletim* de 1934, um artigo intitulado “Povos portugueses das colónias – A gente da Guiné” refere o contato entre colonos e nativos realizado por meio da chegada de alguns indígenas da Guiné à cidade do Porto, para a realização da célebre Exposição Colonial nesse mesmo ano.

A caravana indígena, composta de 18 homens “bijagoz”, 14 mulheres e 20 homens “balantas”, “mandingas” e “fulas”, 5 artífices e régulo com sua mulher, dois filhos e dois criados, dirigiu-se, em carros eléctricos, para o Palácio de Cristal.

Pelas ruas do trajecto, uma curiosidade enorme por parte da população, pouco habituada a vêr gente negra com as mais variadas e exóticas vestimentas. Os indígenas, presos também de curiosidade, olhavam tudo e todos com quási manifestações de espanto.³⁴

A chegada dos nativos da Guiné ao Porto causou grande curiosidade, pois poucos portugueses tinham visto gente negra. Esse artigo chama a atenção pelo inverso da situação, pois era mais comum a ida dos colonos para os territórios ultramarinos portugueses do que o contrário. Fica claro, portanto, que o contato entre nativos e colonos nesse momento possibilitou antes de tudo olhares curiosos de ambas as partes.

³⁴ “Povos portugueses das colónias – A gente da Guiné”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 108, Junho de 1934, p. 158.

Entende-se nesse artigo que a referida exposição visava fazer desses nativos “filhos da Pátria”, já que muitos deles eram vistos como homens fortes, valentes e que participavam ativamente da sociedade portuguesa e faziam parte da sua civilização cristã.

Em Outubro de 1934, o artigo “Carácter da colonização portuguesa”, divulgado pelo *Diário de São Paulo*, que foi transcrito pelo *Diário Português*, do Rio de Janeiro, faz alusão ao processo de colonização que se deu nas colônias portuguesas. Segundo este artigo, nenhum outro colonizador foi tão eficaz quanto o português, apenas ele “seria capaz de implantar sob os trópicos uma civilização de carácter e estilo europeu³⁵”. Na África, a colonização fez-se a custo de trabalho. Os portugueses não se limitaram a colonizar apenas por uma sedimentação da administração, mas passaram a desempenhar também o esforço manual. O autor insiste que o colono português impôs-se à estima dos africanos, sem recurso à violência, procurou manter a disciplina pelo exemplo e pelo carácter: trabalho e catequese.

Assim, em 1935, o *Boletim* publica um artigo chamado “A língua e o preto” de Rui de Noronha, destacando a língua como um dos principais fatores que mais contribuíram para o processo de colonização e, sobretudo, o relacionamento entre colonizadores e colonizados.

A língua, sabemos todos nós, no que respeita a colonização, é dos factores que mais contribui para os estreito entendimento dos colonizados e dos colonizadores. Só depois dela vêm os costumes, o orgulho das tradições, numa palavra, a pátria.³⁶

Todo o nativo que estava em contato com o colono, fosse dentro de suas casas fosse nas oficinas, tinha que aprender a língua do colonizador. De início apenas as gesticulações foram os meios de comunicação para que se pudessem entender um ao outro. Para o autor, aos poucos essa realidade foi sendo modificada, pois os colonos deveriam preencher as lacunas do processo de civilização nas colônias portuguesas na África.

Desde o primeiro dia que o preto entra para a casa do branco a trabalhar, a preocupação do branco deve ser ensinar-lhe a língua para que êle o compreenda bem, e ensinar-lhe o melhor possível, tal como êle a sabe, como êle a fala. Só assim é que êle lhe poderá incutir o verdadeiro sabor da língua, fazer com que êle cada vez procure aprendê-la mais e divulgá-la por êsse interior além.³⁷

³⁵ “Carácter da colonização portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 112, Outubro de 1934, p. 261.

³⁶ NORONHA, Rui de – “A língua e o preto”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 117, Março de 1935, p. 186.

³⁷ NORONHA, Rui de – “A língua e o preto”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 117, Março de 1935, p. 187.

Para tanto, o ensino da língua tornou-se superior em relação aos outros aspectos que foram explorados devido às relações entre colonos e nativos, sendo essa a principal preocupação dos colonizadores que atuavam em suas colônias ultramarinas africanas. No momento em que o nativo passou a aprender e a utilizar a língua do colono, ele atravessou sua condição de primitivismo para acessar o *status* cultural do colonizador português.

No *Boletim* os congressos coloniais são apresentados como estratégias para fortalecer a ação colonizadora de Portugal, referindo-se aos descobrimentos, a colonização, à obra de evangelização das missões, entre outros aspectos. Disto é exemplo o I Congresso de Colonização Portuguesa, que foi uma iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa e se realizou entre 26 e 29 de Setembro de 1935, tendo na presidência de honra as mais altas individualidades do Estado português – o Presidente da República, General Óscar Carmona, o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e o Ministro das Colônias, Armindo Monteiro. O objetivo deste congresso, à semelhança de outros da mesma natureza que se realizaram na época, pretendia patentear confiança nos destinos da colonização portuguesa, “demonstrar se possuímos ainda, ou não, as extraordinárias faculdades colonizadoras de outros tempos”³⁸.

Lopes Mateus expõe o discurso do Coronel Lopes Galvão analisando a ação da Sociedade de Geografia de Lisboa em relação ao problema da colonização do Ultramar português. Isso nos dá uma maior compreensão dos procedimentos adotados pelos portugueses em relação à sua obra colonizadora. Ou seja, era urgente reencaminhar o fluxo migratório português para os territórios ultramarinos.

O português emigra com facilidade porque tem o espírito de aventura. Ainda não encarreirou seus passos para nossas actuais colónias. Outras seduções o têm atraído. Quando o fizer, nós podemos ter a certeza de que novos países nascerão para a civilização. Que o Congresso encontre os meios verdadeiramente eficazes para actuar sobre essa emigração, encaminhando os portugueses para novas sendas de glória, são os votos ardentes e calorosos que a comissão organizadora faz, ao iniciarmos os nossos trabalhos. Se conseguirmos alcançar êsse objetivo, prestaremos um serviço à Nação, porque, teremos contribuído para a resolução de magnos problemas que interessam por igual a Portugal de Aquém e de Além-Mar.³⁹

Em 1937, o *Boletim* divulga um estudo do Padre António Brásio sobre “A lição e os factos da colonização portuguesa”, onde faz uma análise do que foi a colonização dos portugueses nos territórios ultramarinos. O indígena foi sendo moldado com o passar do

³⁸ MATEUS, Lopes – “Congresso Coloniais – I Congresso De Colonização Portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*, N.º 115, Julho de 1935, p. 115.

³⁹ MATEUS, Lopes – “Congresso Coloniais – I Congresso De Colonização Portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 115, Julho de 1935, p. 116.

tempo e foi justamente por meio da colaboração do colono que o nativo passou a deixar de lado todo o seu primitivismo, assim, abandonou alguns costumes que não eram bem vistos pelos seus colonizadores.

Dessa maneira, o Padre António Brásio procurou destacar em seu estudo as principais manobras exercidas pelos portugueses, pois tanto no que diz respeito às suas descobertas quanto à sua ação colonizadora e missionária, os portugueses conseguiram notoriedade em suas conquistas.

Critica-se às vezes severa e levianamente, talvez para fazer de espírito desempoeirado e alguma literatura, as qualidades adaptacionistas do português ao meio em que vive; sustenta-se que ninguém tem nada a aprender connosco, a não ser língua e costumes, em muitas outras sentenças educativas e recomendativas das qualidades da raça. Ora, se a História não é uma farsa, foi precisamente êste espírito que fêz do português o maior mestre dos colonizadores. Efectivamente, todos os povos modernos aprenderam com os portugueses em matéria de colonização.⁴⁰

Os portugueses nunca implantaram dentro do seu processo de colonização um método privativo e unilateral de colonização, pelo contrário procuraram aperfeiçoar todos os contatos que pudessem nascer entre colonos e nativos, procuravam também não apenas desconsiderar qualquer intuição ou experiência que pudessem realizar em seus territórios ultramarinos. Por tudo isso o colonizador nada mais era do que um colaborador e fazia parte do seu dever aperfeiçoar e melhorar a vida selvagem dos povos autóctones.

Em 1937, o *Boletim* divulgou na “Secção Estrangeira” um artigo intitulado “A assimilação das raças”, de Tauaent (anteriormente publicado na *Revue des Questions Coloniales et Maritimes* – Paris), que retrata o contato assíduo entre as duas raças (branca e negra), em consequência da aproximação entre os colonos e os nativos. Segundo o autor, era preciso cuidado de ambas as partes, pois cada raça possuía seus próprios costumes e crenças pelo que se essa relação não fosse bem conduzida poderia ter consequências graves.

Ora se é difícil compreender pessoas do mesmo país, que falam a mesma língua, vivem a mesma vida, com a mesma educação, que dizer quando se trata de homens que não têm, por assim dizer, o quer que seja de comum connosco, cuja estrutura mental difere profundamente da nossa.⁴¹

⁴⁰ BRÁSIO, António – “A lição e os factos da colonização portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 140, Fevereiro de 1937, p. 64.

⁴¹ TUAENT – “A assimilação das raças”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 148, Outubro de 1937, p. 152.

Os homens que estavam sendo inseridos em crenças ou mesmo em culturas diferentes foram aos poucos se penetrando em realidades distintas das suas e aos poucos procuravam modificar os hábitos que eram exercidos por determinadas populações. Para o autor: “Os indígenas não compreendem a nossa civilização como nós não compreendemos a deles”⁴². A colonização está diretamente ligada às relações entre colonizadores e colonizados, pois resulta exatamente do movimento de homens e de modos de civilização, em territórios muito diferentes. Assim, foi através da colonização que a valorização da terra por meio da agricultura, as intervenções financeiras, culturais e sociais fizeram parte da nova realidade do povo autóctone.

Este artigo escrito por um estrangeiro é, na verdade, um testemunho da ideologia colonialista da época, moldado, sobretudo, por uma visão ultraconservadora, considerando que europeus e africanos eram povos radicalmente diferentes, aqueles muito superiores, pelo que o processo de colonização deveria adaptar os nativos à civilização ocidental, mas nunca assimilá-los, pois isso, a seu ver, era impossível.

Outro aspecto muito importante deste artigo, que convinha ao *Boletim* divulgar, é que contrariava veemente a crítica que muitos faziam na altura aos processos de colonização, defendendo até a autodeterminação dos povos nativos:

Por ignorância ou cálculo, obstinam-se certos energúmenos em representar a colonização moderna como exploração bárbara do indígena, quando não a sua aniquilação. Alguns, sob a capa de auto-colonialismo, chegam a reclamar para os colonizados o direito da livre disposição dos povos. A verdade é que a base essencial da colonização é a colaboração do indígena, cujo o papel é função dos cuidados da produção, da segurança, da ordem de que é um dos elementos essenciais. Esta intervenção do indígena manifesta-se de duas formas; ou êste é auxiliar, colaborador, dos organismos de que o país foi dotado; ou, instrumento dos nossos métodos, guiado, formado por nós, explora, por sua vez, enriquece, adquire as nossas necessidades, conhece o bem-estar que ignoravam sempre os seus miseráveis e bárbaros antepassados.⁴³

Em 1940, o *Boletim* divulga um artigo, denominado “O branco e o indígena na colonização”, colhido da edição de 7 de Novembro do jornal *Diário de Luanda*, que analisava a relação que assentava principalmente nos trabalhos agrícolas que precisavam da colaboração dos nativos que habitavam esses territórios, designadamente em Angola ou Moçambique.

A substituição do nativo pelo colono era algo impossível nas colônias portuguesas na África, pois o clima e o solo foram importantes elementos que categorizavam e separavam os

⁴² TUAENT – “A assimilação das raças”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 148, Outubro de 1937, p. 152.

⁴³ TUAENT – “A assimilação das raças”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 148, Outubro de 1937, p. 153.

dois povos, vindo a tornar o indígena um componente primordial de riqueza em favor da economia e prevenção para o futuro.

A verdadeira colonização é aquela de que resulta elevação moral, social e económica dos povos das terras colonizadas. Importa, pois, mais que tudo, adaptar o indígena a formas de vida melhor, pondo-o em contacto com o branco, para que possa seguir os exemplos e processos destes, quer no trabalho, quer na vida social.⁴⁴

Esse contato entre colonizadores e colonizados foi necessário, pois era preciso não somente ensinar o nativo a trabalhar, mas sobretudo promover o relacionamento com o colono e com isso passar a entender e praticar a colaboração do colono no que se refere à exploração da terra e ver o colono como um orientador para o aperfeiçoamento dos seus processos.

Margarida Ribeiro, no seu texto *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, acredita que a colonização na África passava pela expectativa de criar outro império que eventualmente poderia vir a ser mais poderoso do que o do Brasil. África ganha notoriedade a partir dos estudos e das viagens de exploração promovidos pela Sociedade Geografia de Lisboa (SGL), dos quais resultaram vários debates e publicações. Como já foi visto nos capítulos anteriores, a divulgação da imagem de Portugal como uma potência colonial era promovida nos manuais escolares e através de iniciativas como as da Agência Geral das Colônias (AGC) e da SGL, designadamente por meio de filmes e documentários, através da rádio, dos concursos literários, dos cruzeiros de estudantes às colônias e da participação em exposições e congressos nacionais e internacionais.

Dias Carvalho, no seu artigo *As relações económicas entre a metrópole e as colónias*, considera que a colonização pode ser vista como um processo que visa a exploração das riquezas, mas também abrir caminho à emigração. Pode ser encarada, no seu conjunto, como um aspecto de política económica do Estado. Mas sendo a função da colonização essencialmente civilizadora, a sua dimensão económica não podia ser vista apenas como uma questão de mero interesse, mas como uma questão de dever moral e um bem para a humanidade. Este artigo ainda chama a atenção para a necessidade de se organizar um forte núcleo de intelectuais especialistas nestes assuntos, capaz de criar e difundir o gosto por todos os problemas que interessavam aos domínios ultramarinos, conferindo assim um verdadeiro espírito colonial a um povo que deveria ter orgulho de pertencer a uma das maiores potências coloniais.

⁴⁴ “O branco e o indígena na colonização”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 186, Dezembro de 1940, p. 148-149.

No *Boletim* de 1938 ganha notoriedade o artigo “As relações económicas entre a metrópole e as colónias”, que apresenta o colonizador como um elemento metropolitano que tinha como destino a colônia para nela exercer a sua atividade, e, acima de tudo, ter como função essencial contribuir para uma melhor condição de vida dos nativos: “Devemo-nos convencer de que a função do colonizador é essencialmente uma função educadora”⁴⁵.

Marcados por toda uma ideologia colonial, os colonizadores tinham o desejo de ensinar aos indígenas africanos as principais características de um governo local, como a dos europeus. Só por meio da educação é que os próprios africanos mostrariam o desejo de impulsionar seu desenvolvimento.

Os exemplos de textos encontrados no *Boletim* são maioritariamente de textos onde se figuram visões do conjunto que compõe os territórios ultramarinos, possibilitando assim uma abordagem cultural da história da colonização portuguesa onde a noção da representação e as relações entre colonizadores e colonizados são apresentadas e como construíram, influenciaram e utilizaram o seu imaginário em torno do Império.

Entendemos que o pensamento colonial em Portugal foi marcado por uma questão essencial para o futuro do Império, pois cada colono tinha como tarefa principal elevar a condição do nativo, assim, o colono levava consigo para as colônias todos os aprendizados, os quais eram considerados essenciais para melhorar a vida do nativo em todos os sentidos que pudessem alcançar. E, assim, passou a condicionar as diversas ideias sobre os espaços africanos e, com isso, nas análises feitas no *Boletim* constatamos que a principal preocupação dos portugueses eram os modelos de colonização que deveriam adotar.

De acordo com Silva Costa, em sua obra *Da barbárie à Civilização: Representações do Espaço Africano na propaganda colonial Portuguesa do primeiro quartel do Século XX*, o principal problema da colonização era o seu caráter tropical, principalmente o encontrado na África Equatorial, visto como elemento limitador da fixação dos europeus; para muitos deles apenas a mão de obra indígena era capaz de fazer prosperar a agricultura.

Segundo Orlando Ribeiro, em seu trabalho *A colonização da Angola e seu fracasso*, a colonização portuguesa nesse território saldara-se por um fracasso, o qual era preciso compreender para evitar a repetição dos erros aí praticados pela colonização lusitana. O colono português era visto como o patrono do território, cabendo a ele o dever de educar o mundo indígena; daí uma administração que privilegiava a construção de vias de

⁴⁵ CARVALHO, C. Dias de – “As relações económicas entre a metrópole e as colónias”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 161, Novembro de 1938, p. 110.

comunicação para que existisse um comércio efetivo entre os entrepostos comerciais no litoral. Assim, o professor Orlando Ribeiro destacou:

Ora toda a doutrina científica da colonização assenta, evidentemente, sobre a capacidade que uma raça tem de se moldar ou não, favoravelmente, a um determinado meio. Isto importa dizer que as raças que degeneram em um clima, com um dado meio externo, não são aquelas a quem a natureza encarregou de utilizar os seus valores nessa região ou nesse clima, ao contrário, as raças cuja adaptação é fácil, cuja fixação não sofre dúvidas, são os predestinados – seja-nos lícita esta expressão metafísica – a constituírem família, a propagarem a sua influência benéfica em zonas da terra ainda por explorar, naquelas onde o seu “meio interno” não seja contrariado por agentes estranhos (RIBEIRO, 1985: 240).

As novas ideias e abordagens científicas, juntamente com outros fatores de ordem política e ideológica sobre as possibilidades de colonização, introduziram mudanças na política colonizadora de Portugal. Uma das principais características das imagens dos espaços coloniais, precisamente os africanos, se refere ao contato entre os dois continentes, é a ambivalência das suas representações dentro dos contextos sociais vivenciados entre colonizadores e colonizados. As representações elaboradas pelos exploradores abriram novas perspectivas do território africano e, sobretudo, do seu interior, nas elites políticas e científicas. Assim, tanto se deu a conhecer a África como um continente exótico, próprio para ações heróicas de aventureiros europeus, como um local de oportunidades econômicas, com exploração dos seus recursos naturais e humanos (COSTA, 2000: 297-311).

Outra imagem, que recorrentemente se pode encontrar nos textos do *Boletim*, é a da dificuldade de desenvolvimento dos territórios africanos segundo parâmetros europeus, devido à ignorância e fraqueza dos seus habitantes. O continente africano é, em grande medida, um espaço de desordem e incivilizado no qual os europeus deveriam ser a ordem e uma presença civilizadora. O objetivo de civilizar os povos indígenas se intensificou com as mudanças dos hábitos, tradições e organização social dos indígenas, tornando assim a terra do Ultramar cada vez mais portuguesa.

Mais tarde, porém, e não obstante a frase alti-sonante, a indústria europeia descobriu nos selvagens um ótimo mercado, para os seus produtos. Aquêles que haviam prègado o axioma “percam-se as colónias, mas salvem-se os princípios”, transformados em proprietários de indústrias têxteis tornaram-se propagandistas de “slogans” como este: “Cubram-se os negros da África. É a decência cristã que exige”. A decência cristã servia-lhes agora para os seus fins.⁴⁶

⁴⁶ REGO, Silva – “Colonização”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. N° 233, Novembro de 1944, p. 129.

O excerto acima mostra que os nativos foram importantes consumidores da indústria portuguesa; como tal, foi-lhes inculcada a necessidade de usar roupa não só por motivos morais e religiosos, mas devido a interesses económicos. E esses interesses ganharam visibilidade mediante as ações dos colonos nos territórios ultramarinos portugueses.

Em 1936 foi publicado no *Boletim* um artigo do Dr. Marques Mano sob o título, “A questão africana e o sentido da colonização portuguesa”; esse artigo na verdade, foi um discurso proferido por Marques Mano, na tentativa de expor todas as características, todos os elementos e adversidades presentes na colonização portuguesa em seus territórios ultramarinos africanos. O que mais chama a atenção são as análises feitas no tópico que trata sobre “O branco e o negro na visão económica de África”:

Se reduzirmos a visão de África ao aspecto exclusivamente económico, verificamos como convém, quanto à população, que essa disposição se mantenha. A grande riqueza de África é a raça própria que a habita. Sem a sua resistência natural e imunidade relativa, a produção africana ficaria por colher; sem o seu nível de vida, o preço dela elevar-se-ia tanto, que não poderia concorrer com o da produção do resto da zona tropical; em qualquer caso, a África seria pouco mais do que inútil ao Mundo. O primeiro cuidado de uma acção colonizadora com consciência dos seus meios não é o de a substituir, mas, pelo contrário, o de a multiplicar, fortalecer e industrializar. Assim o exigem as condições gerais da economia africana; e assim o temos feito.

Devemos empregar, decerto, um esforço tenaz e violento para povoar as nossas grandes colónias, ocupando quanto por natureza ou indústria se adapte à vida do colono europeu. Mas empregamos êsse esforço para assegurarmos, de uma vez para sempre, a nacionalidade portuguesa dessas colónias, e não para colocar o excedente da produção metropolitana.⁴⁷

Para Marques Mano a raça indígena era vista como uma raça atrasada, e que foi por meio da modesta integração do colono que os nativos puderam entender o valor do trabalho, modificando seus hábitos; decididamente cabia ao colono o papel de direccionar o indígena em suas diversas atividades.

Diante disso, a principal preocupação da obra colonizadora portuguesa foi a de ensinar, e mesmo moldar o indígena, através de adaptações que viessem a melhorar a vida simples e primitiva do povo autóctone. Obter esse resultado só era possível através do contato entre nativos e colonos.

Em 1937 o *Boletim* publica um artigo denominado “A importância da colonização para Portugal” da autoria do Dr. Armando Gonçalves Pereira (anteriormente divulgado no *Bulletin*

⁴⁷ MANO, Marques – “O branco e o negro na visão económica de África”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 133, Julho de 1936, p. 53.

Périodique de la Société Belge d'Études et d'Expansion), que remete ao domínio português no que tange à colonização: “Nenhum assunto interessa tanto Portugal como a colonização”⁴⁸.

Portugal foi um dos mais importantes colonizadores devido aos cuidados do governo e seu espírito de Nação. Mesmo sendo basicamente um país agrícola o seu toque colonizador ganhou fama e suas aptidões industriais fizeram dele um país ímpar no que diz respeito a desbravar territórios ultramarinos: “Vê-se, pois, que a colonização foi a grande preocupação dos portugueses, que a colocaram acima dos problemas da metrópole”⁴⁹.

O autor destaca três tipos de colonização portuguesa: a asiática, a americana e a africana. Cada uma tinha suas particularidades e especificidades. Mas, o que se sobrepõe a todas elas seria a caracterização particular e abrangente do colonizador português. A colonização asiática pretendia essencialmente combater o poderio dos árabes, espalhar o cristianismo e aspirar uma segurança econômica.

A igualdade entre colonos e indígenas era a sua preocupação constante e pensava que, concedendo a êstes os mesmos direitos que àqueles, os uniria moralmente e evitava toda a tentativa de independência da sua parte.⁵⁰

A colonização portuguesa priorizava exatamente a luta contra os árabes, pois só assim conseguiriam atingir de forma satisfatória uma civilização atlântica nessa região. Todos esses imensos territórios requeriam grande atenção, recursos e homens. Em seguida, os portugueses realizaram a colonização no Brasil, visando apenas a expansão demográfica e econômica.

Depois da ocupação da costa brasileira e das expedições de Cristóvão Jacques, a penetração no interior fêz-se pela concessão de capitanias aos colonos e pelas expedições dos célebres bandeirantes, que em luta contra o indígena e contra a floresta, acabaram por estabelecer o domínio português e a civilização no imenso território que constitui a nação brasileira de hoje.⁵¹

Depois da constante colonização portuguesa no Oriente e na América, os portugueses se concentraram na colonização em territórios africanos. Mesmo com as dificuldades naturais como o clima e as dificuldades econômicas, a colonização acontecia de forma cautelosa e em

⁴⁸ PEREIRA, Armando Gonçalves – “A importância da colonização para Portugal”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 149, Novembro de 1937, p. 176.

⁴⁹ PEREIRA, Armando Gonçalves – “A importância da colonização para Portugal”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 149, Novembro de 1937, p. 178.

⁵⁰ PEREIRA, Armando Gonçalves – “A importância da colonização para Portugal”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 149, Novembro de 1937, p. 178.

⁵¹ PEREIRA, Armando Gonçalves – “A importância da colonização para Portugal”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 149, Novembro de 1937, p. 179.

menor grau. “É, portanto, a fase africana actual que fêz de Portugal a terceira potência colonial do Mundo”⁵².

Para o autor, a colonização portuguesa teve um papel fundamental para o desenvolvimento dos seus territórios ultramarinos. Devido à sua ação colonizadora e à sua consciência nacional com importantes medidas de teor econômico, social e cultural fez desse Império um dos mais significativos atores civilizacionais.

No *Boletim* do ano de 1941, na Seção Estrangeira, ganha visibilidade o artigo “A política indígena e o trabalho dos nativos nas colónias portuguesas”, do autor Leo Magnino, que anteriormente foi publicado na *Rivista delle Colonie*, de Roma. O autor traz ao contexto da colonização os caminhos seguidos por aqueles colonizadores que adentravam em territórios desconhecidos, fazendo assim um paralelo entre os mais notáveis momentos históricos, desde a viagem de Vasco da Gama, o comércio entre a Ásia e a Europa e, claro, a conquista do império colonial africano e asiático pelos lusitanos. Para o autor:

A obra dos colonizadores portugueses, que conseguiram nos séculos passados impor-se em todos os continentes não apenas pela força das armas mas sobretudo pelo seu espírito e pela sua cultura, não foi simplesmente uma obra religiosa e científica.⁵³

A obra colonizadora dos portugueses ultrapassou o seu apogeu marítimo, pois sua expansão alcançou os limites políticos, econômicos, sociais de suas colônias portuguesas na África, deixando vestígios concretos e significativos nas legislações de suas leis e dos seus costumes.

A idéia de colaboração indígena, contida no “Acto Colonial”, é, por exemplo, um antigo idealismo português e podemos de certo modo dizer que os bons resultados obtidos pela colonização lusitana são devidos à aplicação deste princípio, pois que somente o afecto e a compreensão dos indígenas permitem ao branco colonizar com proficuidade.⁵⁴

Magnino destaca que, diferentemente dos outros povos colonizadores, os portugueses procuraram desde o início seguir uma política de assimilação, procurando obter de forma passiva a colaboração do nativo, já que esse seria um dos principais fatores de consolidação da soberania portuguesa nos territórios ultramarinos descobertos e conquistados. Com o

⁵² PEREIRA, Armando Gonçalves – “A importância da colonização para Portugal”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 149, Novembro de 1937, p. 180.

⁵³ MAGNINO, Leo – “A política indígena e o trabalho dos nativos nas colónias portuguesas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 190, Abril de 1941, p. 121.

⁵⁴ MAGNINO, Leo – “A política indígena e o trabalho dos nativos nas colónias portuguesas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 190, Abril de 1941, p. 122-123.

processo de colonização, os nativos aos poucos foram sendo introduzidos no novo sistema de organização colonial, passando a desempenhar as mais diversas funções, que iam desde a vigilância até à direção do colonizador.

Também Silva Rego, em seu artigo intitulado “Colonização”, que foi publicado no *Boletim* em Novembro de 1944, diz que “o homem colonial devia ser cheio de boas intenções, doçura e ilustração”⁵⁵, ou seja, é apresentado como um modelo de heroísmo, bondade e coragem.

Não. A colonização não vai contra nenhum princípio da humanidade. A conquista, a invasão, a dominação violenta tudo isso não pode entrar na denominação de “colonização”, pois segue outros fins e orienta-se segundo outras bases.

Colonizar é elevar, transportar o indígena suave e firmemente para um plano superior.⁵⁶

Assim, os textos contidos no *Boletim* ressaltam que era preciso um distanciamento entre os colonos e nativos. O seu padrão discursivo nos vários textos era semelhante, visto que a essência desses discursos se voltava para um esclarecimento perante a população e tudo que fazia parte das colônias.

No *Boletim* de Janeiro de 1945, na rubrica “Revista de Imprensa”, encontra-se um texto de Luís Vieira de Castro sob o título “Colonização”, que faz a apologia do progresso dos nativos através da agricultura e sua consequente integração no mundo colonial português.

Entre os indígenas, podem suprimir-se as causas da discórdia e tornar possível o seu aperfeiçoamento moral, em grande parte função das nossas missões e o bem estar material, que, por exemplo, naturalmente derivará do desenvolvimento de uma agricultura que os fixe à terra e lhes dê os necessários meios de vida. Assegurando Portugal a possível paz aos seus territórios ultramarinos, é lógico que eles alcancem um sucessivo progresso, sem que dêles se excluam, por qualquer forma, os povos nativos. Pelos métodos que a nossa colonização tem preferido, o natural é que cada vez mais se acentue a interpenetração da Metrópole com as províncias do Ultramar.⁵⁷

Diante do que já foi explanado, podemos constatar que o reconhecimento das tipologias de representação da colonização portuguesa e dos autóctones africanos no *Boletim Geral das Colónias* que formaram a propaganda acerca da colonização nos ajudou a compreender o

⁵⁵ REGO, Silva – “Colonização”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 233, Novembro de 1944, p. 129.

⁵⁶ REGO, Silva – “Colonização”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 233, Novembro de 1944, p. 129.

⁵⁷ CASTRO, Luís Vieira de – “Colonização”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 235, Janeiro de 1945, p. 348-349.

papel destas nas (re)criações dos diversos mitos face ao império colonial português. A análise levantada nos principais discursos e artigos encontrados no *Boletim* sobre esse tema possibilitou um olhar mais aprofundado e um maior conhecimento das realidades, ações e percepções sobre os territórios coloniais, assim tentando alterar concepções e imaginários negativos. A verdade é que pela propaganda disseminaram-se novos estereótipos sobre os espaços, na medida em que se privilegiaram as figurações do agente colonizador. Além disso, a relação entre colonizador e colonizado se deu de diversas maneiras, entre elas pela evangelização, pela catequese, pelo trabalho, pela educação, pela língua.

4- REPRESENTAÇÕES DO NEGRO AFRICANO

4.1 Designações

O negro por muito tempo foi visto como um ser inferior, promíscuo e profundamente atrasado, a quem os europeus tinham a missão de levar as benfeitorias da civilização. Necessariamente, os colonos que se encontravam nas colônias portuguesas da África tiveram de se relacionar com os nativos que tinham características diferentes das suas, a vários níveis.

No *corpus* documental do *Boletim* encontram-se designações diversas atribuídas aos nativos africanos, todas de conotação pejorativa: “selvagem”, “animal”, “preto”. Esta última denominação tinha uso frequente e comum, fazia parte da terminologia da época, quer oral quer escrita, e mesmo em textos de carácter mais científico. Desenvolveu-se assim uma concepção sobre as populações das colônias africanas, que eram vistas como sub-humanas, desprovidas de saberes, da capacidade de pensar e de se relacionar com os povos considerados superiores.

Eram reconhecidas aos autóctones do continente africano características próprias como, por exemplo, a sensualidade dos seus corpos seminus ou a excentricidade das suas roupas e adornos, enfim, foi pela imagem que os colonizadores construíram um discurso dominante, estabelecendo regras decisivas para o processo de comunicação. Dado o baixo grau civilizacional e mental que lhes era conferido, esses habitantes eram tratados como crianças grandes, tornando-se esta uma das ideias dominantes durante o período em análise. Mas, ao mesmo tempo, a selvajaria e a sexualidade exuberante eram características peculiaridades desses povos que os colonizadores ressaltaram.

O caminho que o “selvagem” deve trilhar significa um afastamento face a um primitivismo que ora é grosseiro e violento, ora irracional e incompreensível, mas representa também a perda da ingenuidade infantil frequentemente atribuída aos indígenas (CABECINHAS; CUNHA, 2001: 125).

Os aspectos fundamentais do relacionamento da metrópole com os povos dos territórios colonizados articulavam-se com a missão de os converter, ensinar e proteger impondo uma língua e uma fé diferentes das suas. Por vezes, era também utilizada a denominação “negro”, que é uma forma de fazer prevalecer a sua cor. Algumas expressões remetem ainda para a esfera de animalidade e ferocidade, ou seja, era comum serem

chamados de “guerreiros selvagens”, “filhos da mata”, “berros selvagens”, relacionando também a imagem do negro ao macaco. É por meio da educação e da religião que o homem branco civilizador expressa sua predominância e com ela a transformação espiritual, pois é por intermédio da sujeição aos preceitos religiosos e educacionais que o nativo deixa paulatinamente as características de barbárie e animalidade que lhe são atribuídas.

Assim, em relação ao negro selvagem são associados traços negativos como: agressividade, perigosidade, voracidade, ignorância e inabilidade. Em contrapartida, ao negro assimilado já eram atribuídos traços positivos como: prestabilidade, habilidade, submissão, heroicidade e inteligência.

A propósito destas designações, podemos citar o artigo publicado no *Boletim* nos meses de Agosto/Setembro de 1933, intitulado “A África será para brancos ou para negros?”, da autoria do Coronel de Engenharia A. Galvão. Nesse artigo, o autor analisa o contexto que os portugueses encontraram quando chegaram a África “Quando os portugueses iniciaram os descobrimentos, encontraram, realmente, todo o continente habitado por pretos”⁵⁸. Assim, A. Galvão enfatiza bem a impressão que o povo português teve ao se deparar com os habitantes que lá estavam. “Na distribuição das raças pelos continentes, coube à África a raça preta. Muitas vezes se chama, por isso, a este continente, o continente negro”⁵⁹. Nesse artigo afirma-se claramente que o negro nada mais era do que “um mero auxiliar, um servidor, um instrumento do branco”⁶⁰. O que não se podia permitir era “a coexistência das duas raças em pé de igualdade”⁶¹. A coexistência das raças branca e preta só existirá por meio da supremacia da primeira. A África não tem valor algum sem a mão de obra indígena, pois os trabalhos árduos, os serviços pesados eram destinados aos nativos, por isso, por uma questão de “necessidade” dessa mão de obra, o branco deveria conservar “a raça indígena, protegendo-a e defendendo-a das causas do seu aniquilamento”⁶². No entanto, traz uma preocupação no que diz respeito à raça negra: caso ela conseguisse alcançar a supremacia já não precisaria do branco colonizador e, conseqüentemente, o negro iria expulsar o branco do seu território. Os brancos ocupavam com maior velocidade áreas em que podiam se fixar. Isso era possível não

⁵⁸ GALVÃO, A. – “A África será para brancos ou para negros?”. *Boletim Geral das Colónias*. ANO 9.º, Janeiro de 1933, n.º 98-99, p. 20.

⁵⁹ GALVÃO, A. – “A África será para brancos ou para negros?”. *Boletim Geral das Colónias*. ANO 9.º, Janeiro de 1933, n.º 98-99, p. 20.

⁶⁰ GALVÃO, A. – “A África será para brancos ou para negros?”. *Boletim Geral das Colónias*. ANO 9.º, Janeiro de 1933, n.º 98-99, p. 23.

⁶¹ GALVÃO, A. – “A África será para brancos ou para negros?”. *Boletim Geral das Colónias*. ANO 9.º, Janeiro de 1933, n.º 98-99, p. 24.

⁶² GALVÃO, A. – “A África será para brancos ou para negros?”. *Boletim Geral das Colónias*. ANO 9.º, Janeiro de 1933, n.º 98-99, p. 25.

apenas por sua multiplicação, mas também pela emigração forte que fosse sustentada e devesse incessantemente ser estabelecida para as colônias portuguesas na África.

Por outro lado, a raça negra, mercê das acertadas medidas profiláticas adoptadas pelos europeus em seu benefício, também tende a aumentar e aumentará numa progressão muito mais rápida que a do europeu, pela sua maior resistência à acção do clima africano.⁶³

A. Galvão apresenta duas possíveis hipóteses sobre o futuro do continente negro. Primeiramente a África continuaria a pertencer às duas raças, mas, claro, sob o poder dos Estados brancos que se formassem; ou os brancos seriam expulsos de todo o continente, “ficando a África para os Africanos, que é como quem diz a África para os pretos”⁶⁴.

Era dever do português orientar, encaminhar os acontecimentos para evitar desastres futuros:

Se todos, pretos, brancos, amarelos e vermelhos, pretenderem caminhar, “sem rei nem roque”, a vida sôbre a terra tornar-se-á anárquica: voltará tudo à forma primitiva, passando o mando para as mãos dos mais fortes.⁶⁵

Assim, os povos precisavam de chefes para os conduzirem independentemente do seu grau de civilização. Entre todas as raças os brancos eram considerados a raça superior, a raça que elevaria o nível das demais, tendo como obrigação manter a paz dentro de cada sociedade.

Mas o *Boletim* abriu espaço, embora limitado, a estudos antropólogos sobre os africanos. O Padre Carlos Estermann, que foi missionário e antropólogo, estuda cientificamente as variadas etnias que viviam no sul e sudoeste de Angola, permitindo compreender a dimensão das etnias variadas que se localizam em Angola. Um artigo seu foi publicado no *Boletim*, em Fevereiro de 1935, sobre os povos indígenas do distrito de Huíla. Aí destaca as principais características dos autóctones, evidenciando as diferenças étnico-culturais entre esses povos: sua cultura, vida religiosa, organização tribal. Seu ponto inicial é desenvolvido pelas distinções aí presentes:

Encontramos lá representadas as duas raças diferentes que povoam a África Austral: a raça Khoisan ou Hotentote-Bushman e a raça Bantú. Segundo uma

⁶³ GALVÃO, A. – “A África será para brancos ou para negros?”. *Boletim Geral das Colónias*. ANO 9.º, Janeiro de 1933, n.º 98-99, p. 24.

⁶⁴ GALVÃO, A. – “A África será para brancos ou para negros?”. *Boletim Geral das Colónias*. ANO 9.º, Janeiro de 1933, n.º 98-99, p. 24.

⁶⁵ GALVÃO, A. – “A África será para brancos ou para negros?”. *Boletim Geral das Colónias*. ANO 9.º, Janeiro de 1933, n.º 98-99, p. 27.

opinião geralmente admitida, temos nos povos da primeira raça os restos da raça primitiva de Angola; quanto à segunda, representa os povos invasores vindos do norte⁶⁶.

Ainda de acordo com Carlos Estermann, os povos foram designados de forma distinta por conta da sua hierarquização, por exemplo, os povos das raças Khoisan foram divididos em duas sub-raças: os Hotentotes e os Bushmans. Esses povos habitavam as grandes matas, onde caçavam animais e colhiam frutos silvestres, que eram a base da sua subsistência.

Neste caso, estamos perante um longo estudo científico de 28 páginas, apoiado num vasto acerto iconográfico, que estuda atentamente os povos da região sob os mais variados aspectos como já mencionado.

No presente capítulo passaremos a analisar, além dos textos, as imagens que estão presentes no *Boletim* sobre determinado assunto que está relacionado com a questão a ser explorada. O artigo do Padre Carlos Estermann, rico em fotografias, sugere alguns comentários nesse domínio, sobre o qual o trabalho da autora Mauad, intitulado *Através da imagem: fotografia e história – interfaces* (1996), apresenta importantes reflexões teóricas:

No entanto, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia – para além da sua gênese automática, ultrapassando a ideia de *analogon* da realidade – é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica (MAUAD, 1996: 3).

As imagens são representações concretas de espaços, momentos ou pessoas que passam uma mensagem que se faz através do tempo, a imagem serve tanto para representar um documento quanto um monumento, como testemunho direto ou indireto do passado.

⁶⁶ ESTERMANN, Carlos – “Notas etnográficas sobre os povos indígenas do distrito de Huíla”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 116, Fevereiro de 1935, p. 41.

Figura 2: Aldeias e tipos Dimbas

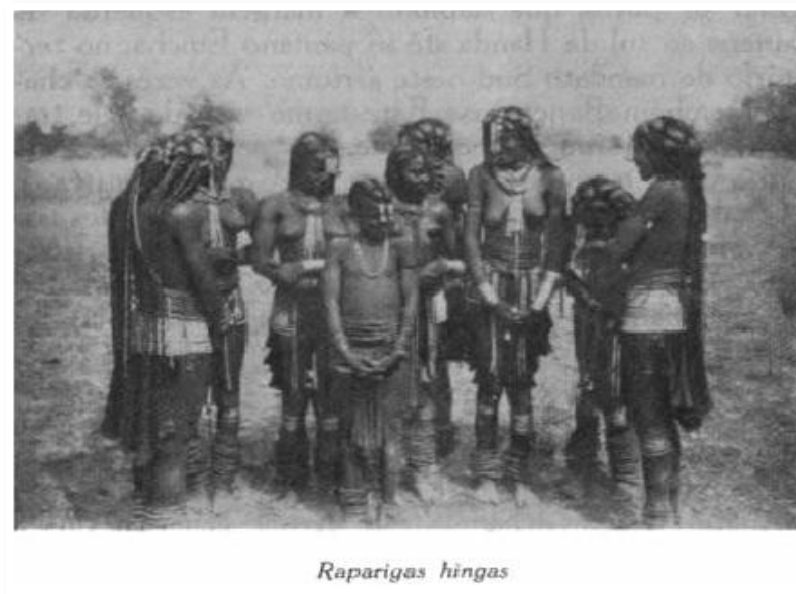


Fonte: *Boletim Geral das Colônias*, nº 116, Fevereiro de 1935, p. 42.

No *Boletim*, as diversas fotografias evidenciam e expõem diversos povos, tipos de vegetação, animais e alimentos e por intermédio dessas imagens podemos conhecer alguma da diversidade humana e natural das colônias. (figura 2)

Outra imagem inserida neste texto é a das raparigas hingas, que eram conhecidas por serem das mais primitivas entre as colônias portuguesas na África, razão que as tornam interessantes para um estudo etnográfico. No seu artigo, o Superior das Missões Católicas pressupõe que esse estudo ainda não foi realizado em Angola mesmo que já se tenha escrito sobre ele, mas o autor evidencia que sobre essa população só tinha sido possível obter observações superficiais.

Figura 3: Mulheres autóctones africanas



Fonte: *Boletim Geral das Colónias*, nº 116, Fevereiro de 1935, p. 43.

As imagens destacadas são dos nativos da tribo Khoisan, que permitem uma análise sobre o tipo de roupas, as relações entre os próprios autóctones, sua estrutura física, seu modo de viver e por serem considerados pelos colonos como verdadeiros selvagens. Nota-se que o conceito de “raça” dominava ainda os próprios estudos científicos, situação que só mudaria após a evolução dos estudos no campo da genética.

Foi registrada também, no *Boletim* do mês de Outubro de 1944, a conferência do Dr. José Gonçalo de Santa Rita, professor da Escola Superior Colonial, pronunciada aos microfones da Emissora Nacional, intitulada “Selvagens”. Considerando que se banalizara a divisão da humanidade entre dois grupos – civilizado e selvagem – o autor defende a posição que o segundo, caso lhe seja dada a possibilidade, deseja aproximar-se do primeiro:

Se o selvagem puder compreender as nossas instituições decerto que as admira e adopta: a conferência geográfica de Bruxelas, em 1876, preconizou a instalação de postos ou estações civilizadoras no interior, então quasi inviolado, da África, estações a que os pretos acorriam a civilizar “pela atracção irresistível que a ciência exerce sobre a ignorância”...⁶⁷

Por outro lado, este professor lembrava a noção geral de “selvagem”:

⁶⁷ RITA, José de Gonçalo de Santa – “Selvagens”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 232, Outubro de 1944, p. 218

Para o vulgo o selvagem foi, e é ainda hoje para grande número de pessoas, o homem sem religião, ou adorador dos toscos bonecos de madeira ou brutas pedras esculpidas, sem laços de família, vivendo em poligamia numa quási promiscuidade bestial, sem nenhuns sentimentos ou laços morais a refreá-lo, entregue à satisfação das suas primitivas e rudimentares necessidades e apetites; para uns, sem sujeição a qualquer gôverno, para outros subordinados aos caprichos de chefes despóticos e cruéis.⁶⁸

Mas, à semelhança do estudo do Padre antropólogo Carlos Estermann, esta conferência incidia no fato de que a simplicidade atribuída a esses povos pertencia apenas a dicionários ultrapassados e a visões de poetas, pois os mais recentes estudos de etnólogos e sociólogos mostravam claramente que:

Êsses povos primitivos tinham civilizações, noções religiosas complicadas, organização social complexa que o *individual* era dominado pelo social e que a família, posto que organizada em um sistema moralmente inaceitável, tinha uma coesão e autoridade muito maiores do que supúnhamos.

Os processos da etnologia, da psilogia, da lingüística e arqueologia dos povos africanos modificaram, nos últimos decénios, a maneira de encarar a vida dos chamados selvagens africanos.

O estudo da mentalidade primitiva revelou-nos uma complexidade da vida mental muito distante da que supuséramos, a etnologia explicou formas de organização social que nos pareciam simplesmente absurdas; os toscos manipulansos e os grosseiros artefactos apresentaram reproduções plenas de observação e realidade, ornamentações ricas de formas e colorido, e o etnólogo Frobenius, há pouco falecido, justificou as descrições dos primeiros viajantes quando falavam dos ricos e poderosos impérios africanos.

O *selvagem* criou-se e vive num mundo diferente do nosso: outro ritmo de temperaturas, de estações, de colheitas, outros aspectos de natureza, outras necessidades e recursos, outra ambiência social. Assim se geram os modos de viver e pensar que nos chocam, mas não são absurdos, as instituições que no seu quadro natural tinham lugar e objectivos próprios, que convém transformar em obediência a objectivos superiores, a uma mais alta noção de vida humana, mas que é preciso compreender.

Considera-se o selvagem como improgressivo mas a história das ciências mostra-nos a dificuldade com que cada descobrimento ou invenção consegue fazer caminho entre os civilizados, até entre as classes mais cultas. Não há invenção por mais prática e útil que não tenha sido recebida com desconfiança e hostilidade pelos povos que se consideram progressivos e superiores.⁶⁹

⁶⁸ RITA, José de Gonçalo de Santa – “Selvagens”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 232, Outubro de 1944, p. 219.

⁶⁹ RITA, José de Gonçalo de Santa – “Selvagens”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 232, Outubro de 1944, p. 219-220.

José de Gonçalo de Santa Rita atribuía aos nativos noções de bom-senso, justiça, obediência e organização social, pelo que a missão de os colonizar não devia partir do desconhecimento da sua identidade e psicologia, antes pelo contrário:

Não pretendo, com êstes poucos exemplos, fazer como Rousseau o elogio do selvagem e, afinal, condenar a colonização. Desejo apenas mostrar que os selvagens não são tão simples e tão brancos como muita gente pensa, que, voltando à etimologia, colonizar significa cultivar, em sentido próprio e em sentido figurado: cultivar terras e almas e que só o conhecimento da psicologia dos indígenas permitirá exercer proficuamente a sua educação, levar a cabo a lenta e árdua tarefa de os civilizar.⁷⁰

Jorge Neto, em seu texto “Negro? Preto? Colour’s Man”, artigo que foi publicado no *Boletim* em Julho de 1935, transcrito do jornal *Brado Africano* de Lourenço Marques, dizia:

Alguns dos meus confrades sentem no íntimo certa irritação quando ouvem dizer *seu negro*. Mas se todos os negros se rissem dêsse pretenso insulto, o ofensor ficaria confuso, vexado. Infelizmente os meus confrades africanos, integrados e habituados já ao conceito branco, julgam-se ou sentem-se inferiores por serem negros e para o não serem, gostam que se lhes não chame negros. Preferem o termo preto ou a frase estrangeira *homem de côr*.⁷¹

Os discursos contidos no *Boletim*, que em sua maioria eram escritos por intelectuais e políticos que precisamente não habitavam as colônias, tinham como objetivo engrandecer a raça lusitana, enaltecer seus valores, o seu nacionalismo, a sua língua e a sua fé. Este artigo exalta a figura do negro, referindo que na maioria das vezes essa mesma palavra não é bem aceita pelos próprios negros da colônia. Mas o autor descreve que os nativos deveriam se orgulhar da raça negra do mesmo jeito que os brancos se orgulham da sua raça.

Tôdas as raças existentes na terra são a perfeição de Deus. Deus que não é imperfeito, não pode dar obras imperfeitas. São tôdas diferentes umas das outras, mas igualmente perfeitas. Os negros, dentro das conveniências e convenções humanas, estão mais atrasados na civilização e eis a sua relativa inferioridade, facto êste que não é um atributo inato, gravado e marchetado na raça, nos indivíduos, como o é a impossibilidade de fazer falar um cavalo ou um leão.⁷²

⁷⁰ RITA, José de Gonçalo de Santa – “Selvagens”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 232, Outubro de 1944, p. 222.

⁷¹ NETO, Jorge – “Negro? Preto? Colour’s Man?...” *Boletim Geral das Colónias*. N° 121, Julho de 1935, p. 150.

⁷² NETO, Jorge – “Negro? Preto? Colour’s Man?...” *Boletim Geral das Colónias*. N° 121, Julho de 1935, p. 150-151.

Para Jorge Neto, a palavra “negro” sempre esteve associada ao escravo, a homem inferior; no território de Moçambique – com exceção de Lourenço Marques – chamar negro ou considerar negro o oriundo dela passou a ser ofensa.

Mesmo a palavra preto, côr diferente de branco, não é com prazer que lhes soa os ouvidos.

Estas coisas, porém, desaparecerão com a educação, com a superioridade que o homem desta côr há-de conquistar.⁷³

O texto de Jorge Neto parece se referir aos negros assimilados, tendo uma postura de simpatia com a raça negra em termos gerais, ao contrário do que demonstra em relação aos mestiços. Assim, a mistura das raças não irá separar indivíduos da mesma raça, a raça do futuro não seria a mestiça.

Não é de esquecer, a-pesar-de tudo, que a mistura de raças não irá a ponto de desassociar indivíduos da mesma raça. E enquanto isto se der, a raça do futuro não será o mestiço.

A palavra negro teve sempre entre nós uma definição vizinha de escravo, homem inferior.⁷⁴

O *Boletim* parece assumir uma postura de veicular ideias para justificar determinadas práticas. Em Novembro de 1936, a notícia “A união dos negros lusitanos” refere-se à realização de uma agremiação fundada há pouco tempo em Lourenço Marques, que tinha como objetivo elogiar a aprovação alcançada para essa sociedade. José Cantine, que expôs sua satisfação com a agremiação, alertou que sendo o negro uma raça atrasada, o seu progresso intelectual ficaria ainda mais prejudicado se persistissem as guerras tribais e o que poderia mudar essa situação seria a união dos negros da colônia – só essa união poderia “fazer do negro um homem perfeito”⁷⁵. Assim, afirmou:

Que dentro do grémio não haverá distinção de ricos e pobres, civilizados e incivilizados, católicos e protestantes, americanos e suíços, wesleyanos e anglicanos, murongas e machanganas, muchopos e inhambanenses, zambezianos e macuas, etc., porque todos são negros portugueses e nada mais⁷⁶.

Esta notícia que o *Boletim* fez questão de publicar visava o ideal integracionista, isto é, a assimilação dos negros no grande projeto assimilador do Império português, a sua

⁷³ NETO, Jorge – “Negro? Preto? Colour’s Man?...” *Boletim Geral das Colónias*. Nº 121, Julho de 1935, p. 151.

⁷⁴ NETO, Jorge – “Negro? Preto? Colour’s Man?...” *Boletim Geral das Colónias*. Nº 121, Julho de 1935, p. 151.

⁷⁵ “A união dos negros lusitanos”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 137, Novembro de 1936, p. 121.

⁷⁶ “A união dos negros lusitanos”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 137, Novembro de 1936, p. 121-122.

uniformização sob a tutela do país colonizador e em total consonâncias com as suas regras, daí que claramente se refira que Cantine terá terminado a sua intervenção, “aconselhando o máximo respeito pelas leis em vigor e pelas autoridades da colónia”⁷⁷. Todas as intervenções referidas nestas notícias apontam para esse sentido, de que é cabal exemplo a comunicação de outro orador, apresentada nestes termos:

O Sr. António Basílio Calisto Maculube disse que a União dos Negros Lusitanos da colónia de Moçambique não visa outra coisa que, não seja o engrandecimento de Portugal em África, e terminou por frisar que o progresso da agremiação não honrará apenas os negros, mas também a Pátria. Ela será um documento indelével do quanto Portugal tem feito nas suas colónias africanas em prol dos indígenas.⁷⁸

Ou seja, a própria associação – a União dos Negros Lusitanos – era apresentada não como uma iniciativa dos próprios, mas como uma “benesse” concedida pelo colonizador, mais um esforço da sua parte para beneficiar os autóctones.

Um artigo publicado em 1938 por Joaquim Barata, intitulado “Mulatos” (anteriormente publicado no jornal *Voz Africana*, da Beira, Moçambique), debruça-se sobre a questão dos mestiços. Além de questões de terminologia, também inclui uma série de reflexões sobre os mestiços, considerando esse produto da miscigenação – que mais uma vez aqui é condenada – como inferior ao branco. Assim, atribui à palavra “mulato”, muito corrente, uma conotação pejorativa, sendo os termos “mestiço” ou “misto” mais corretos, lembrando que este último era o utilizado nas publicações oficiais para designar “todo o indivíduo oriundo do cruzamento de duas raças ou mesmo de pais ‘mistos’⁷⁹”. Este texto recorre a grandes citações do artigo do missionário alsaciano e vigário apostólico de Huambo Luís Keiling, que trabalhava em Angola há mais de 40 anos, artigo esse publicado na revista *Missões de Angola e Congo* e intitulado “O problema dos Mulatos em Angola”. A doutrina expendida por este eclesiástico, a todos os títulos figura grata do regime, pois havia sido condecorado em 1932 pelo Ministro das Colónias com a Ordem do Império, é tida aqui como autoridade na matéria. Segundo os excertos transcritos do Padre Keiling, pode ver-se a sua atitude paternalista em relação aos mestiços, considerados “desgraçados” em função do seu nascimento, mas não necessariamente viciosos, preguiçosos, ladrões e mentirosos, defeitos que lhes eram comumente atribuídos, antes portadores de belas qualidades. O apelo final do artigo do Padre Keiling é transcrito a finalizar este texto, resumindo toda ideologia colonial nesta matéria:

⁷⁷ “A união dos negros lusitanos”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 137, Novembro de 1936, p. 122.

⁷⁸ “A união dos negros lusitanos”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 137, Novembro de 1936, p. 122.

⁷⁹ BARATA, Joaquim – “Mulatos”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 157, Julho de 1938, p. 158.

A obrigação moral dos brancos é grande, visto que os mulatos pertencem 50% à raça branca às vezes 75%, que é a causa do seu nascimento e condição desgraçada. É uma justa reparação tratar do levantamento moral do mulato... É preciso pôr de parte a ideia de reincorporar na raça inferior das duas de que nasceu... Sem querer ser igual ao branco, (e não é espiritualmente) êle aspira a ser o dedicado auxiliar dêste na colônia, se dêle receber as atenções a que aspira e a que se julga com direito. Como nós, essas crianças tem uma alma.⁸⁰

Também numa linha de leitura de bom entendimento entre o elemento branco e o elemento negro – fazendo até a apologia da miscigenação, o que é raro no *Boletim* – situa-se o artigo de Castro Dinis, que foi publicado no *Boletim* em Maio de 1943 (transcrito do jornal *Brado Africano* de Lourenço Marques). Esse pequeno texto defende que o Império Colonial português é resultado do esforço e entendimento da raça ariana (na qual integra os indianos, que, como militares e missionários, tiveram um papel relevante na pacificação e colonização de Moçambique) e a raça negra. Se bem que o lucro não deixasse de estar na mira do colono português, esteve sempre nos seus objetivos promover a evolução moral e material dos nativos, pelo que foi fácil a “Portugal tornar-se simpático aos povos das suas colônias”⁸¹:

Com inteligência de uns e braços de outros, as duas raças, a branca e a negra, em perfeita solidariedade, fizeram o império através de tôdas e inúmeras contrariedades e perigos, e conseguiram conservá-lo e engrandecê-lo. Tenhamos o desassombro de o afirmar: o branco, sem o concurso do prêto, não faria das tórridas terras africanas, o império próspero e sólido que faz o orgulho da Nação; muito menos o faria o prêto sem a superior orientação, inteligência e persistência do branco. Donde concluímos que o vasto e próspero império africano de Portugal, e, talvez, todos os impérios africanos são o produto do labor, sacrifícios e concórdia de brancos e pretos.⁸²

Numa alusão à miscigenação – mas sem conotação negativa, antes pelo contrário – este artigo concluía que do entendimento entre brancos e “pretos” surgiria uma “terceira raça” – a mista. “A raça a mista é, portanto, filha do Império – produto do entendimento entre duas raças que a fôrça das circunstâncias e comunhão dos interesses fizeram amigas”⁸³.

Torna-se claro que as designações dos povos autóctones encontradas no *Boletim* nas colônias portuguesas em África faziam parte de um conjunto de características compostas pelos colonizados. As suas observações tinham por base associar a figura do indígena ao seu

⁸⁰ BARATA, Joaquim – “Mulatos”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 157, Julho de 1938, p. 159.

⁸¹ DINIS, Castro – “As raças do Império”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 215, Maio de 1943, p. 162.

⁸² DINIS, Castro – “As raças do Império”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 215, Maio de 1943, p. 162.

⁸³ DINIS, Castro – “As raças do Império”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 215, Maio de 1943, p. 162.

ambiente natural e que muitas vezes era visto como hostil. Assim, o contato com os colonos beneficiava de forma concreta e assídua o negro africano. De salientar que os textos analisados, de diversa natureza – científicos, notícias, artigos opinativos – pareciam, sobretudo, convergir na necessidade de entendimento entre os europeus e africanos – era esta a chave para o bom “funcionamento” do Império, desde que não se esquecesse que ao elemento branco cabia toda a orientação e condução da colonização.

4.2 Traços físico-psicológicos

Os povos autóctones das colônias portuguesas na África eram povos compostos por características múltiplas e singulares. Os traços físicos e psicológicos dos nativos foram abordados por meio dos artigos e imagens contidas no *Boletim*. Desenvolveu-se assim uma percepção sobre as populações autóctones, destacando sua personalidade, sua singularidade, que formam um conjunto da representação da sua identidade, seja ela física ou psicológica.

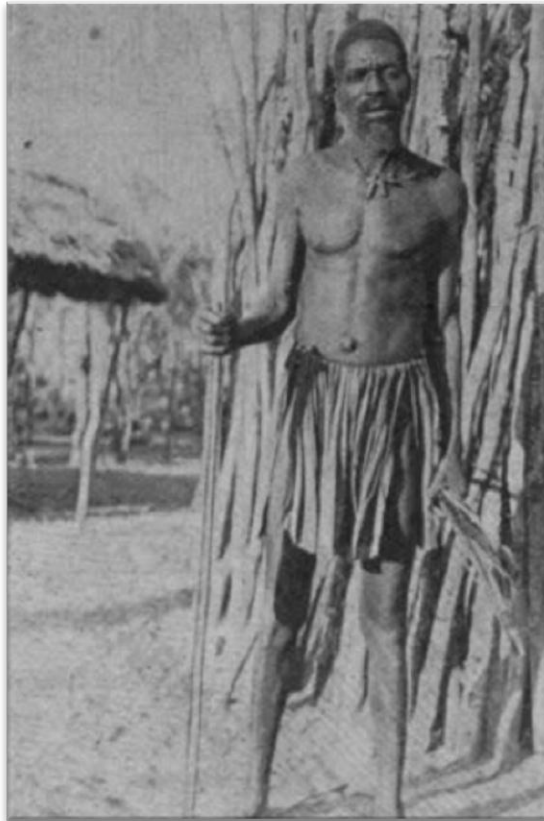
O citado artigo do Padre Carlos Estermann (Fevereiro de 1935) continua a possibilitar grande relevância ao capítulo, pois sua análise sobre as diversas etnias que se localizavam em Angola permite uma reflexão sobre as características físicas desses povos. Esse estudo científico, como já foi abordado, estuda consideravelmente os traços marcantes dos povos indígenas evidenciando suas formas, onde o corpo do nativo foi um verdadeiro instrumento de informação. Este estudo antropológico analisa vários grupos étnicos, abordando com razoável detalhe as características físicas e culturais dos povos observados. Em relação ao estudo somático das tribos o autor defende:

Com efeito, os indivíduos destes povos são duma estrutura média mais alta, têm os membros mais finos. Indivíduos com nariz muito achatado e lábios grossos são raros. O prognatismo também não é frequente. Os homens parecem-me mais dolicocefalos que as mulheres.⁸⁴

Essas características físicas tinham como efeito o olhar do branco perante o corpo do nativo. Os homens eram altos, magros, viris, fortes, negros. Tinham as mais diversas características que iam desde os adornos, ou mesmo os elementos marcados nos corpos como, por exemplo, as tatuagens.

⁸⁴ ESTERMANN, Carlos – “Notas etnográficas sobre os povos indígenas do distrito de Huíla”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 116, Fevereiro de 1935, p. 46.

Figura 4: Tipo Kwanyama



Fonte: *Boletim Geral das Colónias*, nº 116, Fevereiro de 1935, p. 47.

O Padre Carlos Estermann ainda afirma:

Sem ser especialista no assunto, há muito que distingo quási infalivelmente um grupo de homens ganguelas dum outro de homens cuanhamas, abstraindo, é claro, aos sinais distintivos estranhos ao corpo ou intencionais, como o traje, o penteado, a limitação diferente dos dentes, etc.⁸⁵

O artigo “Da Guiné e do seu valor no Império” publicado em Agosto/Setembro de 1935, da autoria de António Pereira Cardoso, funcionário colonial e sócio do Instituto Histórico do Minho, traz uma considerável abordagem sobre as viagens marítimas e os contatos entre os povos e raças que habitavam as colónias portuguesas em África. Ao longo de 23 páginas, o autor percorre os principais aspectos de formação da Guiné, desde o primeiro contato até a pacificação e ocupação, as raças e a situação econômica desse território.

⁸⁵ ESTERMANN, Carlos – “Notas etnográficas sobre os povos indígenas do distrito de Huíla”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 116, Fevereiro de 1935, p. 46.

... da mulher que caprichosamente o pretenda para seu companheiro; desde o bronze acadêmico da mulher manjaca, o olhar de malícia a de promessa da nalú de aciganada indumentária, à estilizada Tanagra das futa-fulas de corpo cômico de mel, a tressuar de vício e de pecado...tôdas estas raças e tribus, constituem étnicamente grupos perfeitamente distintos e isentos de confusões possíveis⁸⁶.

A citação exemplifica bem as representações da sensualidade da mulher africana em que esta explorava o seu corpo com o intuito de passar uma mensagem para atrair o homem ou mesmo para iniciação de uma nova fase da sua vida. Estas mulheres nativas usavam seus traços físicos para enfatizarem os diversos tipos de significados que o corpo pudesse transmitir. Frequentemente, a maior parte do seu corpo estava descoberta; nas manifestações artísticas como nos rituais a sensualidade era sentida por meio da dança, dos movimentos, da cor, dos adornos, enfim, recorriam as várias possibilidades no intuito de uma maior exibição ou expressão corporal.

Figura 5: Tipo de mulher Manjaca



Fonte: *Boletim Geral das Colónias* nº 122/123, Ago/Set de 1935, p. 49.

A descrição da estrutura física dos nativos feita pelo autor faz uma alusão ao corpo como fonte de linguagens de um povo, pois por meio dele se pode transmitir uma mensagem seja ela positiva ou negativa.

⁸⁶ CARDOSO, António Pereira – “Da Guiné e do seu valor no Império”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 122/123, Agosto/Setembro de 1935, p. 49.

A figura 6 abaixo mostra claramente como a maioria dos nativos tinha os braços rígidos, eram fortes, gigantes, pois precisavam dessa estrutura física para poder sobreviver ao clima, ao trabalho muitas vezes somente braçal. Em particular essa imagem evidencia os autóctones Humbis localizados na região de Bangala no Norte da África.

Figura 6: Tipos Humbis



Fonte: *Boletim Geral das Colónias* nº 116, Fevereiro de 1935, p. 55.

No *Boletim Geral das Colónias* as referências aos traços psicológicos, no período analisado de 1933-1945, são mais frequentes, se bem que muitas vezes associados aos atributos da natureza física. As principais características psicológicas têm uma natureza negativa relacionada com a preguiça e a indolência.

Segundo a autora Patrícia Matos, em sua obra *As cores do Império: representações raciais no Império Colonial Português*, a população nativa era vítima de vários tipos de abusos, pois dentro da relação de poder entre colonizador e colonizado um lado é obviamente mais forte que o outro. O grupo dominante, que detém mais poder, demonstra tendências etnocêntricas, considerando a sua raça exemplar. O negro era considerado como uma raça inferior e esse racismo pode-se observar por diversas formas. Entretanto, esse contato não foi recebido de forma passiva por todos os nativos dentro das colônias portuguesas, tendo havido

resistências várias que não são, todavia, referidas no *Boletim*. Para conhecer essa representação psicológica optamos por proceder a uma análise sequencial e cronológica das unidades analisadas no *Boletim*.

O artigo divulgado no *Boletim*, na “Revista de Imprensa Colonial”, na Seção Estrangeira, de 1933, de Maurice Rondet-Saint (transcrito do jornal *La Dépêche coloniale: journal quotidien*, de Paris), apresenta o negro associado a determinadas características psicológicas.

O negro é preguiçoso. É uma velha frase. Preguiçoso na bôca daqueles que o repetem, quer dizer que o negro é refractário a todo o trabalho espontâneo. E de facto, ao atravessar-se tôdas essas aldeias indígenas, assiste-se a um espectáculo ao mesmo tempo pastoril e repousante: algumas pessoas agachadas sob a cubata, guardando a atitude que lhe é familiar, e conversando. Durante estas conversas de manhã, à tarde, tôda a vida, pode fazer-se ideia da total ignorância em que essa gente vive.⁸⁷

A preguiça era vista como aversão ao trabalho, ou seja, os nativos não tinham ânimo para desenvolver tarefas árduas e rotineiras. O colonizador tinha como missão modificar esses traços psicológicos e mentais tão presentes no dia a dia do nativo. Impunha-se incutir-lhes certas necessidades para que o gosto pelo trabalho adviesse da vontade de as satisfazer:

A realidade é que o negro será preguiçoso enquanto não tiver tomado o gôsto das necessidades capazes de impôr-lhe o dever de ganhar o suficiente para adquirir, para comprar. No dia em que êle as conhecer, trabalhará, produzirá, como os seus congêneres atraídos à vida dos brancos.⁸⁸

Num artigo publicado no *Boletim* em 1935 da autoria de Henry Hubert, intitulado “Influência do meio sôbre a alma indígena” (anteriormente publicado no jornal francês *Oltre-Mer, Revue de Colonization*), o autor declara que o homem indígena tem características múltiplas, e não apenas negativas.

A sua divisão das tipologias humanas e respectivas características assentam no tipo de habitat a que pertenciam: floresta, savana e deserto:

O homem da floresta, descendente de indivíduos refugiados na sombra de muitos planos de vegetação, vive como numa prisão. Esmaga-o o mistério que o envolve. Não reage. Pelos caminhos que segue, a sua vista não alcança

⁸⁷ RONDET-SAINT, Maurice – “Sôbre a ‘preguiça’ do negro”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 91, Janeiro de 1933, p. 158-159.

⁸⁸ RONDET-SAINT, Maurice – “Sôbre a ‘preguiça’ do negro”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 91, Janeiro de 1933, p.159.

mais de cinco metros, muitas vezes até menos, e o perigo quando próximo é sempre imprevisível. Passa a vida a temer menos pelos riscos que lhe fazem correr os semelhantes, do que por aqueles muito mais graves em que o põem os espíritos invisíveis. Teme quase de igual modo a grande luz da clareira onde vive, mas onde sem custo pode ser descoberto, e a noite da floresta onde a sua vista é limitada. Vive isolado. Alimenta-se mal, vive não raro triste ou pelo menos preocupado. Quando canta, fal-o por que se trata duma cerimónia em cântico com os parentes, e o seu canto tem então toda a gravidade de uma súplica.

O homem da savana é duma mentalidade oposta, que se nos revela logo que deixamos a zona silvestre. Precisa de ver o que está diante dos seus olhos, quer saber, tem afeição de notícias, gosta de aparato e de vestir-se com riqueza. Fala sem custo, procura a sociedade, ama a música, a dança. É alegre, corajoso, vaidoso, descuidado. Sabe o que custa o esforço em comum, mostra-se disciplinado como é preciso.

O homem do deserto faz lembrar o homem da selva, mas é sobretudo mais reflectido. É mais astuto do que bravo, e toma-se de receio assim que chega à savana porque há árvores e a sua vista não é ilimitada. É um nómada irredutível, é também um incorrigível tagarela.⁸⁹

O próximo texto a ser analisado foi publicado também no ano de 1935, denominado “Mentalidade e fisiologia negras”, na “Revista de Imprensa” – Seção portuguesa. Esse texto pertence ao último relatório da Direcção dos Serviços de Saúde da colónia do Quênia:

Necessário se torna fazer, com a maior urgência, duas investigações de carácter médico. Em primeiro lugar, sobre a mentalidade geral do indígena africano e bases físicas em que assenta a sua inteligência. Em segundo lugar, sobre a fisiologia indígena, dentro das condições da vida africana. Logo que estas investigações tenham concluído poderemos conhecer melhor a forma de educar os indígenas e de os alimentar, sem os perigos que hoje existem.⁹⁰

Em relação a estas linhas do referido relatório, o jornal *Notícias da Beira* (Moçambique) tem a preocupação de relatar que a superioridade do branco sobre o negro resultava das aptidões cerebrais do primeiro. A sua análise também chama a atenção para um estudo mais aprofundado sobre as condições fisiológicas dos indígenas, pois os “pretos” tinham atingido níveis superiores de civilização mediante a absorção e as influências da sociedade europeia.

No âmbito da Semana das Colónias realizada no ano de 1936 (em várias cidades do país) é referida no *Boletim* uma conferência proferida pelo professor Mendes Correia no Sindicato Nacional de Empregados Bancários da cidade do Porto sobre a valorização dos indígenas nas colónias. Aquele intelectual iniciou sua fala dando ênfase à importância do fator humano em toda a tarefa da ocupação e exploração racional das colónias, acentuando ainda a

⁸⁹ HUBERT, Henry - “Influência do meio sobre a alma indígena”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 118, Abril de 1935, p. 192.

⁹⁰ “Mentalidade e fisiologia negras”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 126, Dezembro de 1935, p. 131.

relevância das medidas de proteção e assistência aos indígenas, bem como a ação educativa e humanitária dos portugueses relativamente às populações ultramarinas:

O conferente referiu-se em seguida à necessidade moral e prática do estudo científico dos indígenas das colónias e fez um balanço dos esforços desenvolvidos em tal sentido por Portugal desde os primeiros contactos dos nossos descobridores com as populações exóticas até à actualidade. São precisos novos e mais amplos estudos no sentido dos já iniciados por alguns institutos científicos portugueses, especialmente os de Anatomia e Antropologia da Universidade do Pôrto, estudos que abranjam não só caracteres biológicos, mas as faculdades psíquicas das populações. Enfim, os portugueses podem orgulhar-se de velhas prioridades, quer em matéria da política indígena quer no interesse pelo conhecimento dos nativos. A sua acção de povo colonizador tem sido perfeitamente científica e elevadamente humana.⁹¹

No *Boletim* de 1936, na parte de “Informações e Notícias” – Seção estrangeira observa um colaborador da revista *L’ Afrique Française*, Nicolas Valsoff, que não se deve menosprezar o negro por seus traços físicos ou psicológicos, pois era preciso deixar de lado certos preceitos diante dos nativos para que estes pudessem ser compreendidos e, assim, a colonização ter um papel de salvação dos nativos.

Aquêle que não conhece os negros pode dizer que, fisicamente, se parecem todos uns com os outros. Para quem durante muito tempo viveu junto dêles são todos diferentes. Só se trata aqui do aspecto exterior. Imagina-se fàcilmente quanto as divergências podem ser numerosas nas outras características humanas e, assim, que atenta solícitude exigem as análises e os estudos a respeito dêles. Êstes, de resto, não podem ser feitos útilmente por todos. Para compreender os indígenas é preciso amá-los. O primeiro acto é um acto de fé colonial.

Conheci e encontro ainda coloniais que conservam um sentimento de incómodo na presença do autóctone. Não se sentem com confiança, não sabem que atitudes tomar a respeito dêles. Numa palavra, não “o adoptam”. Existem, sem dúvida, populações mais atraentes do que outras. Mas não sucede o mesmo entre os brancos?⁹²

Para o autor, a missão do colono era de incentivar o indígena à civilização independentemente de suas características físicas, o colonizador deveria antes de tudo, conhecer os indígenas.

⁹¹ CORREIA, Mendes – “Os indígenas na valorização das nossas colónias”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 130, Abril 1936, p. 155.

⁹² VALSOFF, Nicolas – “Conhecer indígena”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 138, Dezembro de 1936, p. 142-143.

Em resumo, se quisermos trazer os indígenas a nós, primeiramente deveremos ir ter com eles. Tomá-los-emos então pela mão, para os fazermos subir os degraus da escada do progresso. A palavra da ordem é “libertação”. Sim, sem dúvida, concordo da melhor vontade com ela. Mas não se queria fazer dêste vocábulo um sinónimo de suicídio.

O maior mal que pode fazer-se ao indígena é, “sem os conhecer”, querer o seu bem. E aí que está o escolho. De boas intenções está o inferno cheio.⁹³

Em Janeiro de 1939 foi publicado um volume especial do *Boletim*, contendo um artigo denominado “Ao sol do Império” que contém 67 páginas, de autoria do jornalista Fernando de Pamplona, que foi representante do jornal *Diário da Manhã*. Esse artigo foi dedicado exclusivamente à viagem do Presidente da República a São Tomé e Príncipe e Angola. Seu conteúdo registra toda a viagem feita por uma pequena comitiva presidencial e um número de dezesseis jornalistas sendo que treze deles eram portugueses e três estrangeiros. Essa viagem tinha como intuito visitar os territórios ultramarinos portugueses, evidenciar todo o trajeto percorrido e os nativos que habitavam essas colônias.

Neste artigo, Fernando de Pamplona remete para uma observação geral sobre os vastos territórios portugueses em África. O autor faz uma abordagem geral sobre a psicologia da gente negra, entende-se que o nativo era composto por certa inocência e ignorância, e que os colonos serviam como exemplos em relação ao seu modo de agir, de vestir, de se relacionar.

As pretas trajam quási tôdas à europeia e não têm a elegância natural das cabindanas. Se soubessem quanto perdem em macaquear as brancas! Não conseguem parecer-se com elas, por mais que façam. Só sendo pura e simplesmente pretas com seus trajes típicos, que substituíram a tanga primitiva, elas poderão parecer bonitas, porque permanecem diferentes, inconfundíveis, porque nos obrigam a olhá-las com outros olhos que não os nossos, com olhos africanos.

Entre os homens, encontram-se às vêzes bons tipos. Há moleques engraçados de formas redondas de olhos de azougue e dentinhos faiscantes de brancura. Na tropa, predominam os bailundos, que dão soldados garbosos. Na parada militar, marcharam impecavelmente, direitos e perfilados, quási todos descalços com suas fardas (kaki) e seus “coifós” vermelhos escuros – os típicos barretes indígenas.⁹⁴

Fernando de Pamplona pontua a sua atenção para o comportamento dos nativos. O autor tinha como intenção apresentar cada povo que habitava as colônias portuguesas de África, e que com a ajuda dos colonos possibilitou o afastamento dos seus costumes considerados atrasados.

⁹³ VALSOFF, Nicolas – “Conhecer indígena”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 138, Dezembro de 1936, p. 143.

⁹⁴ PAMPLONA, Fernando de – “Ao sol do Império”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. Nº 163, Janeiro de 1939, p. 286.

4.3 Traços Culturais

Nas páginas do *Boletim*, os traços culturais dos nativos são enfatizados por meio do caráter místico relacionado à natureza, à dança, à música, à pintura, aos rituais, ao corpo, enfim todos os elementos que compõe o universo cultural do nativo.

Em 1935, o artigo “Aptidões musicais dos indígenas de Moçambique”, do maestro Tomás Jorge Júnior, retrata os indígenas de Moçambique que, diferentes dos outros, independentes de qualquer espécie de aprendizagem orientada, mostravam vocação para determinados ramos de natureza artística, entre elas a pintura e o canto. Os indígenas que viviam mais afastados da civilização europeia preservaram seus rituais. Dessa maneira, Tomás Jorge Júnior diz:

Com 14 anos de permanência na colónia de Moçambique, tenho-me dedicado, ao estudo das aptidões musicais dos seus indígenas, especialmente os dos distritos de Lourenço Marques, de raça Bantu e sub-raças Ba-ronga – Ba-tonga e Ba-chope, e de Quelimane, da mesma raça e sub-raças Ba-songa e Macuas. São estes, com efeito, os que melhor conheço, não só pela minha permanente residência no primeiro naqueles distritos, como também pelo contacto, com êsses mesmos e os de Quelimane, a que as minhas próprias funções militares naturalmente obrigam.[...]

Com efeito, percorrendo-se quaisquer regiões, onde os indígenas vivem mais afastados da civilização europeia, encontram-se freqüentemente, durante as suas festas e danças características, grupos, quer executando com perícia pequenos trechos musicais simplistas, em instrumentos rudimentares de percussão, marimbas, tambores, etc., quer entoando várias canções tradicionais.

Tem sido, pois, sobre estas simples manifestações primitivas que têm incidido as minhas observações sobre a vocação e aptidões naturais dos indígenas de Moçambique para a arte musical.⁹⁵

Segundo o autor, a intervenção do colono português apenas aperfeiçoou as características artísticas dos nativos, e por meio desse aperfeiçoamento formou o conjunto orfeônico de Moçambique na Exposição Colonial do Porto. Assim, os portugueses viram nos instrumentos rudimentares dos nativos um grande avanço e, para melhorá-los, auxiliaram os indígenas para aderirem novas técnicas, aperfeiçoando seus atributos musicais, seu canto e sua dança.

⁹⁵ JÚNIOR, Tomaz Jorge – “Aptidões musicais dos indígenas de Moçambique”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. N° 115, Janeiro de 1940, p. 142.

Figura 7: Canto Ingue Ingonyama

INGUE INGONYAMA (TIGRE LEÃO)	
1.º CANTO	
	<i>Solo.</i>
Vós vêdes os soldados?	<i>(bis)</i>
	<i>Côro</i>
Vós vêdes os soldados?	
	<i>Solo</i>
Soldados...	
	<i>Côro</i>
Soldados do Governo, vêm de Moçambique	<i>(bis)</i>
2.º CANTO	
	<i>Solo</i>
Saudai ministros	
	<i>Côro</i>
Salvè ministros	
	<i>Solo</i>
Saudai General	
	<i>Côro</i>
Salvè General	
	<i>Solo</i>
General	
	<i>Côro</i>
General Carmona, Presidente da República	<i>(bis)</i>

Fonte: *Boletim Geral das Colónias* nº 115, Janeiro de 1935, p. 145.

A figura 7 representa um dos cantos dos indígenas para enaltecer a figura dos colonizadores; exemplificando assim como o nativo se devia relacionar com o colono europeu, exaltando sua imagem e se adequando aos seus costumes que foram e estavam sendo implantados nas colônias portuguesas na África.

O artigo do Padre Carlos Estermann publicado no *Boletim* em Fevereiro de 1935, intitulado “Notas etnográficas sôbre os povos do distrito de Huíla”, que tem sido evocado em momentos anteriores, apresenta análises importantes sobre os traços físicos, psicológicos ou culturais de vários grupos indígenas.

Em relação à cultura, o Padre Estermann é bem preciso, pois evidencia todos os traços culturais dos nativos que vão desde seu tipo de moradia, divisão de trabalho até seus rituais de iniciação.

Todos êstes povos, a não ser os indivíduos que já atingiram um certo grau de civilização europeia, constroem o conjunto das palhotas individuais sôbre um plano circular; estas palhotas são feitas sôbre o mesmo plano sendo a cobertura um tecto cónico. Nunca se agrupam em aldeias, mas preferem moradas isoladas contendo cada qual uma ou duas, raras vezes mais famílias. Neste particular também se distinguem bastante dos vizinhos do norte, onde os casebres rectangulares grupados em aldeias são a regra geral. Os hereros

de Angola abandonaram só nestes últimos tempos os seus abrigos muito primitivos para adoptar palhotas do género dos seus vizinhos.⁹⁶

No que se refere a divisão do trabalho, o Padre Estermann destaca que havia atividades destinadas exclusivamente às mulheres, os trabalhos agrícolas e domésticos, enquanto os homens se encarregavam do gado. Em relação aos rituais praticados no distrito de Huíla, o Padre Estermann pontua:

Em todos êstes povos é costume fazerem-se umas cerimónias de iniciação para os dois sexos. Esta cerimónia consiste para o sexo masculino na circuncisão a que todos se devem sujeitar. Sòmente os ambos deixaram de submeter-se a êste rito há uns 60 ou 70 anos para cá. Não se sabe bem a razão desta omissão. Segundo uns, é porque morreram muitos da operação, segundo outros, porque êstes povos guerreiros não quiseram deixar imobilizados durante meses os rapazes mais aptos para o serviço das armas. Mas em tôdas as tribus, sem excepção, se pratica ainda a festa de iniciação das raparigas, chamada efundula pelos ambos e ehiko ou efiko pelos bângalas. Nos ambos e humbis esta cerimónia tem lugar um ou geralmente mais anos depois das raparigas terem atingido a puberdade.⁹⁷

Na figura 8 exibem-se raparigas nyanezas, momentos antes do ritual de iniciação à vida adulta. Esses rituais variavam dependendo das tribos.

⁹⁶ ESTERMANN, Carlos – “Notas etnográficas sobre os povos indígenas do distrito de Huíla” *Boletim Geral das Colónias*. N.º 116, Fevereiro de 1935, p. 50.

⁹⁷ ESTERMANN, Carlos – “Notas etnográficas sobre os povos indígenas do distrito de Huíla” *Boletim Geral das Colónias*. N.º 116, Fevereiro de 1935, p. 54-55.

Figura 8: Raparigas nyanekas pouco antes da festa de iniciação “Ehiko”



Fonte: *Boletim Geral das Colónias* n° 116, Fevereiro de 1935, p. 52.

Segundo o Padre Estermann, os indígenas viam seus costumes como algo forte e significativo. Todas suas manifestações correspondiam a determinado fato importante. Era preciso certa dosagem de paciência do colono no que se refere aos costumes indígenas.

O penteado das mulheres é variadíssimo em toda esta região. Difere não só segundo a tribo, mas muitas vezes também segundo o estado, sendo diverso para uma jovem não casada ou prometida, para uma mulher casada ou viúva, etc. As mulheres cuanhamas, actualmente, usam o penteado característico da tribo apenas durante o primeiro ano do casamento. Depois, quasi todas cortam o cabelo rente como os homens. Esta moda ainda não entrou nas suas congêneres da margem direita do Cunene.⁹⁸

De acordo com o Padre Estermann, as mulheres nativas eram as que mais vivenciavam esses rituais dentro da cultura africana, pois era nelas que os procedimentos de iniciação marcavam cada fase da vida.

⁹⁸ ESTERMANN, Carlos – “Notas etnográficas sobre os povos indígenas do distrito de Huíla” *Boletim Geral das Colónias*. N° 116, Fevereiro 1935, p. 54.

Figura 9: Rapariga Cuanhama – penteado de mulher casada



Fonte: *Boletim Geral das Colónias* n° 116, Fevereiro de 1935, p. 57.

A figura 9 evidencia o penteado feminino da tribo Cuanhama, um penteado com formas assimétricas, que era utilizado somente pelas mulheres no primeiro ano de casadas.

O artigo publicado no *Boletim* em 1935, intitulado “Música negra”, de autoria desconhecida, faz referência ao aspecto cultural indígena, remetendo precisamente ao seu folclore que estava diretamente ligado a dimensão musical. O artigo valoriza estas aptidões artísticas.

A música indígena constitui uma subdivisão importante do folclore indígena. Como a literatura, a pintura e a escultura, revela-nos um aspecto particular da civilização primitiva. Descobre uma das múltiplas, e certamente uma das mais interessantes facetas da alma negra. Manifestação espontânea e natural dos sentimentos mais íntimos, criação simultaneamente individual e coletiva, ajuda-nos a penetrar profundamente e a empreender duma maneira nítida e precisa a mentalidade do indígena, os seus usos, costumes, tradições, superstições, a sua vida familiar e social.

A música indígena ajuda-nos, além disso, a melhor compreender a música primitiva em geral e, como tal, é um auxiliar precioso para o estudo da história da música. Sendo o folclore, por sua vez, um ramo importante da antropologia, a música primitiva contribui indirectamente para o desenvolvimento desta ciência⁹⁹. [...]

⁹⁹ “Música negra”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 117, Março de 1935, p. 176

O autor trata a música indígena como um dos elementos mais importantes do folclore africano, pois dentro desse aspecto a alma indígena ganha vida por meio de manifestações natural e espontânea tanto de sua individualidade quanto do seu conjunto em si como povo alegre e diversificado. Assim, é por meio da música que se pode conhecer a mentalidade do povo autóctone, seus costumes, suas tradições, sua vida familiar, e etc.

O ritmo é o elemento principal da música primitiva. A melodia só tem uma importância secundária, e a harmonia, assim como a polifonia, não existem. Com carácter extremamente variado, o ritmo possui um valor dinâmico e expressivo extraordinariamente poderoso. A sua cadência é marcada pelo rufar do “gong”, pelo bater das mãos e dos pés, pela torção dos rins e das ancas, assim como pelo canto. Regula os movimentos de conjunto e suprime ao mesmo tempo o esforço inútil. É essencialmente binário e supre, numa larga medida, a insuficiência do método e do canto. É de notar que nos cânticos da Europa o ritmo domina menos. Apaga-se. A civilização mata-o, por assim dizer. O negro possui um sentido muito desenvolvido do ritmo. que lhe permite o emprêgo do “gong” como meio de comunicação. O seu gosto inato do ritmo explica igualmente a sua tendência natural no emprego das síncopes.¹⁰⁰

Ainda no campo da música, canto e dança, no *Boletim* de 1937 foi apresentado um artigo (que anteriormente havia sido publicado no jornal *Diário de Luanda*) do autor Rui dos Santos, intitulado “Folclore africano”. O autor lamenta as mudanças culturais sofridas pelos nativos diante do contato com os colonos. No domínio específico da sua cultura musical, cujo estudo considera que devia ser fomentado, inclusive como forma de conhecer os seus próprios produtores, isto é os nativos.

Com o avançar da civilização através das selvas, a pouco e pouco, o indígena vai perdendo as suas tradições, as suas artes, especialmente aquelas que como a música, canto e dança, são o reflexo do seu espírito e da sua alma primitiva.

Em algumas músicas angolanas – que o haviam de ser cem por cento – já se nota a introdução de notas musicais “europeias” que lhes roubam todo o encanto e beleza selvagem. [...]

Oxalá que nossas palavras sirvam para despertar o interesse, a curiosidade por estas “ninharias” a que os “carolas” por êstes assuntos, dão a maior dedicação e que, além disso, servem de elemento primacial para a análise e compreensão dos povos que pelo seu atraso podemos classificar de primitivos.¹⁰¹

¹⁰⁰ “Música negra”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 117, Março de 1935, p. 178.

¹⁰¹ SANTOS, Rui dos. – “Folclore africano”. *Boletim Geral das Colónias*. N° 149, Novembro de 1937, p. 115 - 116.

A questão cultural dos povos autóctones também estava relacionada com o posicionamento da figura da mulher dentro da sociedade. No que diz respeito a essa análise foi encontrado um total de cinco artigos relacionados com essa temática. No artigo publicado em Agosto/ Setembro de 1935, chamado “A mulher indígena no Camarão”, (primeiramente foi publicado na revista parisiense *La Presse Coloniale*), o autor pronuncia-se sobre a mulher indígena no Camarão:

Esta família repousa sôbre três factores principais: a autoridade quasi absoluta do pai, ou melhor, do chefe de família, a poligamia e a escravatura. Em tempos perturbadores necessário era que a família estivesse nas mãos dum chefe capaz de a manter perfeitamente agrupada, forte quanto possível, a-fim-de melhor resistir aos numerosos inimigos que a cercavam. Sôbre os filhos, as mulheres e os escravos, os *pater-famílias* possuíam todos os poderes, excepto o direito de morte. Êle casava filhos e filhas como entendia. Era seu interêsse, para que o grupo fôsse forte, ter filho num número tão elevando quanto possível, – devendo os varões fornecer os defensores, e as raparigas obterem a alianças pelo casamento. Daqui a necessidade da poligamia.¹⁰²

Para o autor a sociedade indígena sofreu transformações por motivos de ordem religiosa, administrativa, com isso a autoridade do país passou a ser internamente atacada. A família poligâmica passa a ser substituída pela monogâmica, devido exatamente às influências dos colonos europeus.

No segundo artigo seleccionado sobre essa temática, o *Boletim* de 1939 faz uma análise minuciosa e esclarecedora sobre o papel da mulher na África negra. Esse artigo foi publicado na revista francesa *Le Monde Colonial Illustré*, de Paris, pela Irmã Maria André do Sagrado Coração de Jesus, missionária de Nossa Senhora da África Negra.

A organização familiar indígena é estranha à nossa concepção tradicional. Na Europa, as pessoas que se casam fundam um novo lar: em África, a rapariga que se case entra numa família já constituída para lhe proporcionar o aumento, e o casamento comporta quasi sempre na sua base um contrato translativo de propriedade que faz passar uma mulher dum grupo familiar para outro grupo, tanto mais que não é a união dum homem e duma mulher que põe em comum a existência interna dos cônjuges.¹⁰³

Para a missionária Maria André do Sagrado Coração de Jesus, não existia intimidade entre o marido e a mulher. Os homens de família reuniam-se entre si, as mulheres nunca

¹⁰² D. L. – “A mulher indígena no Camarão”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 122/123, Ago/Set de 1935, p. 201.

¹⁰³ JESUS, Maria André do Sagrado Coração de– “A mulher na África negra”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 170-171, Ago/ Set de 1939, p. 144.

participavam dessas reuniões. A mulher negra deveria ter apenas o instinto de reprodução. Caso o marido morresse, a mulher fazia parte da herança, ou seja, era um dos bens da família que passava aos herdeiros do defunto. A mulher estéril, ou cujo filho morresse, era considerada inútil e por vezes na velhice era acusada de feitiçaria condenada a morte bárbara.

Também no ano de 1939 a publicação do artigo sobre “A vida económica e a vida social da mulher negra”, do autor J. Wilbois informa:

Econòmicamente, nas tribus da África Negra, a mulher tem um papel muito mais considerável do que o homem. Com efeito, ela é, primeiramente, como em toda a parte, dona de casa, mas se não tem que esfregar soalhos que não existem, é obrigada a ir buscar água, muitas vezes, a mais dum quilómetro da palhota. É ainda ela que tem, senão a mais dura, a mais demorada das tarefas agrícolas: semeia e colhe o sorgo, o inhame, o amendoim. Bem entendido que é a ela que competem todas as tarefas intermediárias entre a agricultura e a casa, como pilar o milho, etc. Enfim, tem a seu cargo certas indústrias caseiras, como reparar a palhota, etc. Pode dizer-se que o seu papel é muito mais absorvente do que o da mulher europeia.¹⁰⁴

O autor J. Wilbois refere o peso do trabalho que recaía sobre as mulheres africanas, devendo os colonos combater esse tipo de atitudes por dois motivos: primeiramente, na ordem económica criara-se um ruralato indígena iniciado por métodos menos primitivos de forma a participar nos trabalhos dos campos; segundo, era notório consolidar o casal em detrimento da comunidade patriarcal. Esses dois motivos ajudariam a melhorar a condição de vida do nativo, além de se aproximarem dos costumes do colonizador.

J. Mazi, no seu artigo denominado “A condição da mulher negra em África deve ser transformada”, enfatizava:

O ressurgimento da condição da mulher africana só pôde ser obtido por uma reforma profunda dos usos e dos costumes: é o duplo problema das reformas morais e das reformas legais. Só aqui tratamos das reformas morais.¹⁰⁵

Segundo J. Mazi, tal reforma não era fácil. A mulher nos costumes africanos era tradicionalmente escrava, um instrumento ao serviço da família comunitária, que não era mais que a sociedade dos parentes masculinos são uma autoridade patriarcal. A condição da mulher negra deveria ser reformada e só poderia ser dirigida pelos brancos por terem sido eles que se

¹⁰⁴ WILBOIS, J. – “A vida económica e a vida social da mulher negra”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 170-171, Ago/ Set de 1939, p. 146.

¹⁰⁵ MAZI, J. – “A condição da mulher negra em África deve ser transformada”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 170-171, Ago/ Set de 1939, p. 147.

instalaram em suas colônias e por terem sido eles os primeiros e principais responsáveis pela evolução da sociedade indígena.

Para finalizarmos esse capítulo, em 1941, o *Boletim* publica um estudo realizado pelo Dr. António de Almeida sobre o conjunto das modificações somáticas dos indígenas das colônias portuguesas em África; esse trabalho ocupa-se das mutilações étnicas que praticavam os naturais de Cabo Verde. Este estudo científico já foi realizado em nativos de outras colônias portuguesas, mas em particular abrange as perfurações das orelhas, mutilações dos dentes, tatuagens, mutilações dos órgãos genitais, etc.

Antes de iniciar o estudo, António de Almeida faz uma breve síntese sobre a população cabo-verdiana, com o intuito de compreender os usos e os costumes culturais desses nativos. A ocupação do arquipélago prosseguiu até meados do século XVII, época em que se completou totalmente seu povoamento, sendo decorrente da ocupação de colonos europeus, entre eles portugueses, espanhóis, ingleses e também por negros da Guiné que vinham para trabalhar nas fazendas lusitanas.

Quere dizer, a população de Cabo-Verde compõe-se de: brancos descendentes de portugueses – colonos, judeus, degregados e madeirenses – e de estrangeiros; negros, descendentes de nigrícios litorálicos (ou negros da Guiné) – balantas, papéis e bijagós, e também, de alguns felupes e jalofes (e dioles), e, provavelmente, de representantes de outras tribus da Guiné (indígenas apelidados de *pretos*, isto é, descendentes de escravos); e, finalmente, e em maior número, descendentes dos progenitores mestiços, resultantes do cruzamento de portugueses (especialmente degregados) com mulheres nigrícias. Foi do cruzamento de mulatos escuros com outros mestiços mais claros ou brancos que se originou, após algumas gerações, o interessante tipo somático do caboverdeano actual, que tanto se aproxima já do tipo médio da raça caucásica.¹⁰⁶

Todo esse conjunto de povos possibilitou que Cabo Verde tivesse essa multiplicidade de grupos na composição de seus habitantes, com evidentes estigmas somático-étnicos denunciadores da presença de dois tipos sanguíneos, assim, muitos mestiços com o passar do tempo passaram a perder suas heranças culturais.

Segundo António de Almeida, os traços culturais desses povos eram realizados por meio de rituais para marcar cada fase da vida de seus habitantes. A execução das práticas mutiladoras assinalava um rito de passagem indispensável para o desenvolvimento morfológico, biológico e psicológico dos nativos. Por exemplo, as perfurações dos lóbulos da

¹⁰⁶ ALMEIDA, António de – “Das mutilações étnicas dos naturais de Cabo-Verde”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 193, Julho de 1941, p. 8-9.

orelha só eram feitas nas mulheres cabo-verdianas e com uma única razão de nos orifícios colocarem enfeites e adornos que favorecessem a sua beleza.

Os rapazes balantas – *blufos* – sofrem a mutilação prepucial por volta dos vinte anos, realizando-se a operação no meio da floresta, em palhotas especiais para tal fim erigidas. Entre as gentes desta tribo, o fanado envolve-se de grandes cerimónias mágico-religiosas, o que corresponde a afirmar que a circuncisão constitui um dos actos mais graves e solenes da sua acensão moral e psicológica.¹⁰⁷

Ainda de acordo com o autor, as mutilações dos órgãos genitais ou as intervenções físicas e espirituais não existiam entre as mulheres de Cabo Verde. A incisão prepucial era meramente simbólica e indispensável, mas em alguns casos chegavam a ser perigosas causando a morte das pessoas que praticavam esse ritual. Esses rituais perigosos que expõem as mutilações étnicas dos nativos, como as perfurações das orelhas, mutilação dos dentes, tatuagens, mutilações genitais, já não estavam mais tão presentes entre os cabo-verdianos.

Neste Arquipélago, a perfuração dos lóbulos auriculares tanto se efectiva nos primeiros dias após o nascimento como mais tarde; a mutilação dentária não existe e a tatuagem é feita somente por escasso número de indivíduos do sexo masculino, na idade adulta, sendo a mutilação prepucial reservada aos judeus prosélitos da sua religião, e, por via de regra, oito dias após o nascimento¹⁰⁸.

Por meio do estudo do Dr. António de Almeida, concluiu-se que a etnografia das mutilações étnicas efetuadas pelos filhos de Cabo Verde foi de extrema importância para se compor os aspectos culturais desse grupo nativo, todos os traços apresentados ajudaram à construção da imagem do nativo, tornando assim possível uma análise concreta desses costumes, e rituais vividos por esses indígenas.

A construção que foi sendo feita sobre as representações dos povos autóctones no *Boletim Geral das Colónias* assentou em diversas mudanças relativas aos nativos nas colónias portuguesas na África. Ao analisarmos o conteúdo dos artigos, fomos procurando sistematizar e resumir de forma mais pertinente e relevante cada um deles, face aos objetivos da presente pesquisa. Dessa maneira, adentramos em um mundo novo, excêntrico e rico em que os

¹⁰⁷ ALMEIDA, António de – “Das mutilações étnicas dos naturais de Cabo-Verde”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 193, Julho de 1941, p. 13-14.

¹⁰⁸ ALMEIDA, António de – “Das mutilações étnicas dos naturais de Cabo-Verde”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 193, Julho de 1941, p. 18.

protagonistas – os nativos – foram personagens centrais de uma realidade que estava sendo modificada pelo colonizador, que impunha mudanças e adaptações.

5- REPRESENTAÇÕES DOS AUTÓCTONES E O TRABALHO

Um dos principais objetivos dos colonizadores portugueses nas colônias africanas envolve o trabalho dos nativos, e esse foi, sem dúvida, o que resultou da necessidade de aproveitar o ofício do indígena, tendo para isso que alterar a forma em que os nativos viviam. Com efeito, tanto o futuro dos indígenas como o futuro dos colonos estava diretamente ligado à exploração da terra e seguido disso a industrialização dos seus produtos.

No ano de 1933, o *Boletim* publica um artigo do general e político português Norton de Matos, sob o título “O indígena como elemento de trabalho”, que destaca todos os traços representativos do nativo em Angola em relação ao trabalho. Na visão do autor, os indígenas daquela região necessitavam da colaboração do colono em favor da disciplina e da organização para que futuramente pudessem eles mesmos suprir todos os tipos de dificuldades que por ventura surgissem. A orientação do colono era fundamental, pois os autóctones eram vistos como seres naturalmente refratários ao trabalho, dados à preguiça e ao vício:

Os indígenas daquela província eram indolentes, preguiçosos, viciosos e vadios. Apenas as mulheres, e não tôdas, em regime de poligamia e sob a pressão tirânica do homem, verdadeiras escravas, trabalhavam um pouco, amanhando a terra fértil e lançando-lhe a semente que produziria a parca alimentação. O homem dormia e embebedava-se, caçava uma vez ou outra, e a sua principal ocupação era de guerreiro, combatendo em lutas de tribu contra tribu e amiudadas vezes contra a soberania portuguesa. – O comércio do alcool e o comércio das armas e da pólvora estavam, de facto, fluorescentíssimos.¹⁰⁹

No quadro cultural em que essas sociedades tribais poligâmicas se inseriam, sobre as mulheres recaía a maior parte do trabalho, pois elas tinham como dever todas as atividades agrícolas para provento da sua família; além disso, eram vistas como inferiores o que as tornava escravas do marido. Ao homem cabia apenas a ação de defender, de combater pela sua tribo, fosse contra outra tribo ou contra o domínio português.

Para Norton de Matos, a presença do colono não se justificava apenas pela sua ocupação nas terras lusitanas, era preciso também uma manobra que seduzisse de forma positiva os indígenas, pois só assim poderia vigorar em toda plenitude o seu domínio sobre essas conquistas, aproveitando melhor a terra e o nativo em favor de um maior desenvolvimento para ambos.

¹⁰⁹MATOS, Norton de – “O indígena como elemento de trabalho”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 100, Outubro de 1933, p. 229.

Todo o indígena válido é sujeito, salvo casos de força maior, à obrigação moral e legal de, por meio do trabalho, prover ao seu sustento, no sentido de melhorar sucessivamente a sua condição social.¹¹⁰

O nativo era um dos elementos primordiais para os colonos, então para isso era preciso apresentar ao indígena o valor do trabalho, pois só por meio dele era possível alcançar boas condições de vida tanto de natureza econômica como social ou moral. Angola era a principal colônia portuguesa por conta das suas riquezas naturais e o nativo angolano era um componente valioso para a obtenção de tais lucros.

Por certo em Angola existia então entre os indígenas, como ainda existe hoje, mas em grau consideravelmente menor, a escravatura doméstica. Deve ela desaparecer totalmente em poucos anos, graças à nossa administração. Os representantes das antigas raças guerreiras dominadoras, que invadiram as regiões ao sul do equador, pouco se entregavam ao trabalho: – as guerras e as razias de cereais, de gados, de mulheres e de escravos tinham como consequência fatal a ociosidade de muitos. Mas a grande maioria trabalhava para se alimentar, para se adornar, para se vestir, para comprar álcool, armas, pólvora, contaria e panos. Os serviços mais pesados e os mais difíceis, como o de desbravar o terreno, cortando e arrancando a vegetação arbórea, a apanha de cêra, o transporte de pesadas cargas, a protecção das cearas contra os animais, os cuidados com os gados e tantos outros trabalhos pertenciam aos homens. À mulher cabiam os serviços mais leves da sementeira e da colheita. – Não trabalham em demasia as mulheres de muitas das nossas aldeias metropolitanas...¹¹¹

Para Norton de Matos, Angola passou um por uma modificação significativa após a interferência da administração portuguesa, nem outra coisa seria de esperar de quem teve uma significativa carreira como administrador colonial, tendo mesmo sido governador daquela província durante a Primeira República. Os nativos aos poucos absorviam o verdadeiro sentido do trabalho e com isso foram deixados de lado certos costumes primitivos. Ainda era preciso uma educação na valorização do trabalho para que o autóctone fosse motivado a desenvolver um exercício para seu próprio sustento, com medidas para que o trabalho fosse menos violento, para que comesçassem a pagar impostos, a abrir novas estradas e, acima de tudo, potenciar a sua vocação para a agricultura, pois esta era a principal fonte de renda.

Em 1934 foi publicado no *Boletim* um artigo sobre “As plantações dos cafezeiros e a colaboração agrícola dos indígenas”, que trata da cultura agrícola dos indígenas no Congo belga, ou seja, num território africano colonial não português, o que era comum neste

¹¹⁰ MATOS, Norton de – “O indígena como elemento de trabalho”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 100 Outubro de 1933, p. 229.

¹¹¹ MATOS, Norton de – “O indígena como elemento de trabalho”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 100, Outubro de 1933, p. 230.

periódico, que assim dava exemplos de outras realidades coloniais africanas. O artigo chama a atenção para o fato de o indígena, acostumado à terra, conseguir explorar melhor o solo e os alimentos que esta poderia oferecer do que o colono europeu. Os produtos agrícolas lá cultivados eram a mandioca, o amendoim, o milho e, principalmente, o café. Assim, era mais vantajoso para a economia que o colono comprasse os produtos indígenas e, em seguida, transformá-los e aperfeiçoá-los com a intenção de vendê-los.

Mas seria um erro generalizar e deixar sistematicamente ao indígena o cuidado de explorar todos os gêneros de cultura. Há, com efeito, essências muito interessantes, no ponto de vista económico, às quais o clima e o solo do Congo são favoráveis, mas cuja cultura é de tal forma delicada que o indígena, entregue a si mesmo, no seu estado actual de civilização, não saberia levá-la a bom termo e para qual, praticamente, a vigilância exercida pelo Estado seria ineficaz.¹¹²

Exemplo disto mesmo era a cultura do café. Torna-se claro que o colono tinha como preocupação orientar o indígena na sua forma de trabalho, pelo que seria inapropriado deixar tudo nas mãos dos próprios nativos. Sendo o Congo uma terra rica e favorável para o cultivo, era preciso a intervenção do colono para que fosse eficaz o papel praticado pelo Estado.

Nas plantações indígenas, o manuseio da terra que os nativos praticavam era deficiente, pois não tinham a prudência necessária e isso interferia de forma direta na qualidade do café.

Este sistema, só pode ter como resultado a produção em grande quantidade em detrimento da qualidade. Ora, qualquer que seja o sistema empregado, jámais poderemos concorrer pela quantidade, mesmo quando os “stocks” que actualmente haja no mercado forem esgotados, com formidáveis produtores como o Brasil, que, graças sem dúvida a um solo e a um clima propícios, mas devido, sobretudo, a uma população indígena muito mais civilizada do que a nossa, consegue facilmente aliar nas suas produções a quantidade e qualidade.¹¹³

Os produtores de café tinham como prioridade preservar a qualidade, pois este seria um dos melhores produtos fornecidos pelo Congo.

Só poderemos, portanto, levar e manter o café congelado no mercado pela qualidade e para isso, devemos prescrever as plantações pelos indígenas, pelo menos enquanto eles não atingirem um estado suficiente de civilização que lhes permita conduzir essa empresa tão difícil como uma plantação de

¹¹² “As plantações dos cafezeiros e a colaboração agrícola dos indígenas”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 105, Março de 1934, p. 184.

¹¹³ “As plantações dos cafezeiros e a colaboração agrícola dos indígenas”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 105, Março de 1934, p. 186.

cafézeiros se se tornar necessária uma vigilância de todo o momento, praticamente impossível de exercer.¹¹⁴

Diante disso, entende-se que as análises a respeito dos nativos africanos, independentemente da nacionalidade do colonizador branco – português, inglês ou belga –, insistiam no seu primitivismo. Assim, portanto, há nas observações dos colonizadores europeus uma tendência à uniformização da cultura, das práticas e do comportamento dos africanos, pelo que o colono entendia que sua intervenção civilizadora na dinâmica das colônias africanas era fundamental para a melhoria de vida dos povos autóctones e para o sucesso da exploração colonial.

No *Boletim* de Maio de 1934 foi publicado um artigo que anteriormente tinha sido editado na revista *L'Essor du Congo*, da autoria de Sirius, chamado “O colono «camponês negro»”, este texto analisa a figura do colonizador como aquele que dá oportunidades e mesmo possibilidades para trabalhar, plantar e educar o nativo com o intuito de obter bons resultados.

Se o negro tem suficientemente demonstrado que não é por si próprio perfectível, igualmente tem mostrado que pode vencer a dificuldade se fôr bem dirigido e tiver diante dos olhos o exemplo concreto do que é justo esperar dêle.

Ninguém se acha mais qualificado para lhe fornecer êste exemplo do que o colono europeu que trabalha e há longos anos se fixou na colônia. Êsse colono, por pouco sério que seja, é o verdadeiro educador do negro. É êle que o ensina a trabalhar, a escolher as melhores terras, a plantar os produtos mais convenientes ao solo cultivado, a obter enfim bons resultados que tornem interessante o trabalho.¹¹⁵

Segundo o autor, o nativo demonstrava dificuldades e isso afetava diretamente o seu desenvolvimento em relação ao trabalho. O colono tinha como dever auxiliar o indígena, ensinando-o a trabalhar, a plantar e cultivar nas melhores terras, tornando-o assim um ser que futuramente viesse a suprir suas necessidades, e isso só poderia se concretizar mediante a orientação do colono.

Para que os povos autóctones pudessem atingir certos patamares era preciso deixar de lado todo o seu primitivismo e andar de mãos dadas com o colonizador. Só ele poderia salvar o nativo da vida precária que levava, mesmo que fosse necessário algum constrangimento com o intuito de conduzi-los em vias do progresso.

¹¹⁴ “As plantações dos cafézeiros e a colaboração agrícola dos indígenas”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 105, Março de 1934, p. 186.

¹¹⁵ SIRIUS – “O colono «camponês negro»”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 107, Maio de 1934, p. 298.

Não há no Congo apenas exploradores do negro. Também na colónia não faltam homens honestos, corajosos, que dia a dia, sem barulho nem reclame, trabalham, ensinando os negros a cultivar o seu próprio solo, e se dedicam à obra mais eficaz de civilização: aquela que se baseia na educação do negro, conforme as faculdades que possui.¹¹⁶

Em Outubro de 1934 foi publicado no *Boletim*, na “Secção Estrangeira”, um artigo editado nesse ano no periódico *Congo*, de Bruxelas, pelo professor Edmond Leplae, denominado, “O negro africano e a posse individual do solo”, que expõe o indígena como um bom homem trabalhador da terra e que conhecia todos os tipos de solo, mas existia um grande obstáculo para que alcançasse o progresso: esse impedimento era o desleixo do nativo. Este artigo esclarece sobre a prática tradicional da propriedade coletiva entre os nativos do Congo belga e a perturbação causada pela introdução da propriedade individual pelo colono, advogando que um dos recursos do método colonizador seria conceder parcelas de terra aos nativos para assim estimular o gosto pelo trabalho e pela propriedade individual, mas este processo teria de ser gradual, ou seja, feito por etapas, com a finalidade de permitir o melhoramento material e moral do autóctone, isto é, “um avanço no caminho da civilização¹¹⁷”.

Também na “Secção Estrangeira”, foi divulgada em Junho de 1935 sob o título, “O trabalho dos Negros”, uma carta que continha instruções dirigidas por Tschoffen, que tinha sido Ministro das Colónias no último gabinete belga, ao Governador do Congo Belga, no momento em que esse funcionário tomou conta do seu cargo. Em um dos pontos da carta, Tschoffen examina a condição do trabalho indígena, ressaltando as suas características de indolência e preguiça, pelo que deviam ser constrangidos ao trabalho, pois respeitar a liberdade do indígena era um “pretexto falacioso”:

O negro é naturalmente indolente. É preciso arrancá-lo à sua inércia, sem o trabalho é impossível melhorar a condição material do indígena; o trabalho constitui também um dos factores mais eficazes de educação, de elevação moral. O povo colonizador faltaria, pois, ao seu dever se, sob o pretexto, de resto falacioso, de respeitar a liberdade do indígena, reconhecer aos negros, adultos e válidos, o direito de viver, ou antes de vegetar, na preguiça, deixando às mulheres o cuidado de trabalhar para eles¹¹⁸.

¹¹⁶ SIRIUS – “O colono «câmpones negro»”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 107, Maio de 1934, p. 299.

¹¹⁷ LEPLAE, Edmond – “O negro africano e a posse individual do solo”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 112, Outubro de 1934, p. 258.

¹¹⁸ TSCHOFFEN – “O trabalho dos negros”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 120, Junho de 1935, p. 129.

Em Julho de 1936, o *Boletim* publica o discurso proferido pelo advogado Marques Mano na Sessão Inaugural da Conferência Económica do Império, que contou com a presença do Presidente da República. Este longo discurso de 12 páginas, sob o título “A questão africana e o sentido da colonização portuguesa”, enaltece todo o trabalho dos portugueses em relação às suas colônias, com particular ênfase na política de Oliveira Salazar, numa altura em que, como o próprio conferencista refere, a opinião internacional comentava desfavoravelmente o pouco investimento, designadamente demográfico, que Portugal fazia no seu Império colonial. Um dos subpontos deste discurso, “O branco e o negro na visão económica”, respondia a essas críticas, explicando a sua filosofia relativamente ao esforço de povoação das colônias, diverso, aliás, de outras potências coloniais europeias, mais industrializadas.

Para o autor, as colônias portuguesas na África eram repletas de riquezas, mas a incapacidade do nativo colocava em risco todas as possibilidades geradoras de fonte de renda. O gosto pelo trabalho seria uma das dívidas de gratidão do negro para com o colono. Marques Mano não tinha dúvidas quanto ao papel dos negros face ao trabalho e dos brancos na supervisão e direção do mesmo:

Assim, à raça negra pertence forçosamente o exclusivo da mão de obra: à raça branca o predomínio nas funções de direção; e ambas o desempenho das actividades intermediárias. É a mão de obra que ocupa a massa da população de todos os países; na organização económica africana, ainda tão simples, as funções de direcção cabem a uma percentagem ínfima de habitantes¹¹⁹.

Nos artigos analisados do *Boletim* encontram-se discursos que nos remetem para o indígena como um personagem protagonista de todas as actividades desenvolvidas pelo colonizador português, levando em consideração seus espaços associados ao trabalho que foi produzido pelos nativos nas colônias.

Antes de analisar o próximo artigo, fazemos um parêntese para evidenciar as observações de João Freire em sua obra *Moçambique há um século, visto pelos colonizadores: campanhas militares, ocupação do território, conhecimento dos povos (1895-1910)*, onde afirma que um dos problemas mais difíceis e ao mesmo tempo cuja resolução mais insistentemente se impunha na África era, sem dúvida, o que resultava da necessidade de aproveitar o trabalho do indígena e da dificuldade que lhe antepunham os hábitos de indolência comuns a todos os nativos. Assim, entende-se que o trabalho agrícola indígena era

¹¹⁹ MANO, Marques – “O branco e o negro na visão económica de África”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 133, Julho de 1936, p. 52.

barato. Nas regiões em que se poderia ter um maior aproveitamento para a agricultura o trabalho das mulheres era mais produtivo que o dos homens.

O fator climático da província de Moçambique com exceção de alguns pontos em Manica e Lourenço Marques tornam impossível o aproveitar pelo emigrante europeu, não só como operário agrícola, mas também em serviços violentos aos quais não possuíam bom êxito naquele clima. Para estes, portanto, é indispensável o indígena, cabendo ao europeu o papel apenas de dirigente. (FREIRE, 2009: 124)

Na época dos Descobrimentos o problema não fora resolvido com o estabelecimento da escravatura. Dessa maneira foi conservada em Moçambique a escravatura no estado primitivo e o tráfico de negros com todos os seus inconvenientes trouxe uma reflexão mais aprofundada no que se refere aos trabalhos executados pelos nativos desses tempos pretéritos. Assim vem a possibilitar, mesmo que longinquamente, entender os problemas enfrentados pelos nativos e também identificar os benefícios por meio do contato entre os nativos e os colonos em relação ao trabalho.

Sabe-se que o povoamento na África progrediu de forma lenta, também devido ao clima considerado muito quente e inapropriado aos colonos europeus. Para exemplificar isso, em 1938 o *Boletim* publica um artigo chamado “A condição indígena”, da revista parisiense *Les Annales Coloniales*, da autoria de Henri Fontaines, no qual o autor faz um balanço sobre a valorização do trabalho indígena na agricultura, visto que a maior riqueza da África era o seu solo e que naquela altura o continente africano sofria uma grande transformação, pois a população africana progredia lentamente e as taxas de mortalidade cresciam.

Para o autor, as transformações econômicas estavam relacionadas com as condições do trabalho dos nativos, pois o aumento da população indígena só contribuía para o desenvolvimento do progresso econômico, fato esse relacionado ao melhoramento da situação dos indígenas.

Em 1940, o *Boletim* publicou um artigo denominado “Valorização do indígena”, do jornal *Diário de Luanda*, que enaltece a figura do indígena como aquele que trabalha nas propriedades dos europeus, residindo a riqueza de um povo na densidade de sua população, no aproveitamento das suas possibilidades e valorização das suas atividades; em bom rigor, este aproveitamento do território e valorização das atividades significava para o autor a utilização da mão de obra autóctone na agricultura, quer por conta própria, quer, sobretudo, nas propriedades dos colonos:

Na verdade, o indígena, quanto à sua actividade, pode analisar-se em três aspectos, que influem na economia dum território colonial: colaborador na vida económica da colónia; consumidor de produtos metropolitanos e como contribuinte.

A nossa acção civilizadora tem tido como objectivo importante a colaboração do indígena na vida económica de Angola, para o que em algumas regiões tem sido atraído aos trabalhos agrícolas, por sua própria conta, distribuindo-lhe semente e alfaías agrícolas, os serviços técnicos do Estado, que o orientam, obtendo-se com isso importantes resultados, verificados no aumento da exportação de alguns géneros; ou por conta de europeus, como trabalhadores agrícolas, nas grandes propriedades. Mas o indígena que exerce sua actividade nas propriedades de europeus é ainda muito atrasado, beneficiando em todos os aspectos dêsse contacto com o europeu, adquirindo hábitos de trabalho, civilizando-se.

Com o adiantamento do seu grau de civilização, o indígena, além de tornar-se valoroso elemento da sociedade, sente novas necessidades, que procura satisfazer, tornando-se por isso um consumidor de produtos metropolitanos, contribuindo, de modo indirecto, para o desenvolvimento industrial de Portugal e para a ocupação de muitos braços.¹²⁰

Desta forma, segundo o referido texto, o indígena estava aumentando o seu grau de civilização, isso decorria por conta dos seus novos hábitos de trabalho, assim transformando-se em trabalhador e, seguidamente, em consumidor, isto é, um elemento fundamental que muito beneficiaria a economia de Angola. A valorização do indígena feita pelo colono, na ótica defendida, permitira novos caminhos e alternativas de elevar e educar o povo autóctone nas colónias portuguesas em África, assim propiciando ao nativo uma saída do estado de barbárie em que vivia.

Segundo Bárbara Direito, em sua obra, *Terra e africanos no pensamento colonial português, c.1920-c.1945*, a relação da terra e o do trabalho indígena no pensamento colonial europeu fomentava a construção de uma sociedade e de uma economia colonial na tentativa de explorar todos os recursos plausíveis, sobretudo agrícolas; para isso, era necessário proporcionar as populações mais avançadas medidas eficazes e rápidas para que cada vez mais pudessem prosperar.

Para as populações africanas, julgadas incapazes de compreender o conceito de propriedade individual, em princípio impedidas de transacionar terrenos devido à sua suposta inerente “vulnerabilidade”, previam-se naqueles regimes fundiários meras medidas de “proteção” dos espaços que utilizassem habitualmente. Previam-se também que nos espaços que lhes fossem reservados poderiam continuar a reger-se pelos seus “usos e costumes”, em particular aqueles que organizavam o acesso à terra. (DIREITO, 2014: 771)

¹²⁰ “Valorização do indígena”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. N° 179, Maio de 1940, p. 120.

Entende-se que as populações africanas, em sua maioria, eram consideradas pelos colonos como inábeis no que se refere ao conceito de propriedade individual, pois mesmo sendo conhecedoras das terras ainda não estavam capacitadas para o melhoramento agrícola em suas colônias. O colono deveria instruir o nativo para que esse pudesse organizar o acesso a terra e escolher os melhores alimentos. As medidas de proteção dos espaços também foram levadas em consideração, visto que era nesses espaços que o contato entre nativos e colonos era mais intenso.

Em 1941 é publicado na “Secção Estrangeira” do *Boletim* um artigo (que previamente foi divulgado pela *Rivista delle Colonie*, de Roma) do autor Leo Magnino, intitulado “A política indígena e o trabalho dos nativos nas colónias portuguesas”, que diz respeito aos portugueses que durante todo o processo de colonização procuraram que prevalecesse a política de assimilação, assegurando a colaboração dos nativos em relação ao trabalho, sendo este um dos principais fatores de consolidação da soberania portuguesa nos territórios descobertos e conquistados. E tal só foi possível através da real adaptação do nativo ao ambiente de trabalho.

Para Leo Magnino, ficava claro que os princípios fundamentais do Ato Colonial estabeleceram a remuneração obrigatória do trabalho no que diz respeito à população indígena. Assim, foram fixados, mediante decretos especiais dos governos coloniais, as condições exigidas aos indígenas em relação aos europeus.

Dêste modo, por exemplo, será interessante notar quem em Angola, é concedida a qualidade de “assimilado” aos indígenas que tenham abandonado completamente os usos e costumes da raça negra, saibam falar, ler e escrever correntemente a língua portuguesa, tenham adoptado a monogamia e, enfim, exerçam uma profissão, uma arte ou um ofício compatíveis com a civilização europeia, ou então possuam uma renda tal que possa assegurar os seus meios de subsistência e da própria família.¹²¹

Segundo o autor, o “assimilado” apresentava características semelhantes à dos europeus, na língua, na cultura, no trabalho, sendo preciso que o indígena abandonasse certas atitudes que só por meio da educação veiculada pelo colono poderia alcançar. Ter um ofício era de suma importância, pois coroava todo o esforço feito pelo colonizador. Os indígenas que não possuíam tais características eram considerados contrários à norma estabelecida pelos colonos; assim, ficariam submetidos ao regime prescrito pelo Estado que tinha como papel vigiar e fazer cumprir os contratos de trabalhos dos indígenas.

¹²¹ MAGNINO, Leo – “A política indígena e o trabalho dos nativos nas colónias portuguesas”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 190, Abril de 1941, p. 125.

Para o recrutamento da mão de obra indígena é necessária uma autorização especial; dela estão apenas dispensados aqueles que admitem indígenas ao seu serviço doméstico; os cultivadores, os industriais ou os comerciantes que, normalmente, não empregam mais de trinta trabalhadores; os viajantes que tomam ao seu serviço indígenas para trabalhadores especiais e, enfim, os serviços públicos e administrativos, que admitem indígenas.

As autorizações para o recrutamento da mão de obra indígena, estritamente pessoais, proíbem os beneficiários de proceder ao recrutamento da mão de obra em regiões diferentes daquela onde foi concedida a licença; de transportar os indígenas para outra região sem estipulação preventiva de um contrato especial; de utilizar a mão de obra indígena para fins diversos daqueles para os quais fôra recrutada; de recrutar mão de obra por conta de terceiros; de vender a crédito aos indígenas com fim de obter o reembolso sob a forma de prestações manuais; de usar a fraude ou a violência para obrigar os indígenas a aceitar os contratos de trabalho.¹²²

Para o autor, o recrutamento da mão de obra indígena estaria organizado como medida de proteção ao indígena diante de alguns excessos cometido pelos colonos. Essa ação permitia ao nativo mais direitos em relação ao trabalho que viesse a ser realizado. Magnino faz também uma análise minuciosa sobre as condições de trabalho dos indígenas, assinalando um avanço mediante as transformações sofridas pelo contato com o colono. Assim, o autor evidencia em seu artigo o papel de cada nativo dentro do seu processo formador, fosse ele homem ou mulher, a duração das horas de trabalho diárias, os salários contratuais, cada imposto pago anualmente pelo trabalhador.

O regime de contrato de trabalho, como se vê, baseia-se na liberdade individual e no direito a um salário justo e assistência, enquanto a intervenção da autoridade pública está restringida à vigilância da exacta aplicação da lei.¹²³

Magnino afirma que dentro do contexto postulado pelo colono era necessária a colaboração das principais manobras de colonização como da política por meio do Ato Colonial, designadamente a ação dos missionários, visto que cada um propiciou o olhar do nativo perante o trabalho que deveria ser executado nas colônias portuguesas da África. O papel da administração colonial em relação ao trabalho indígena permitiu ao nativo sair do primitivismo em que se encontrava, proporcionando medidas de trabalho mais adequadas. O nativo africano passou a se mobilizar mais no que se refere ao trabalho e isso foi possível

¹²² MAGNINO, Leo – “A política indígena e o trabalho dos nativos nas colônias portuguesas”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 190, Abril de 1941, p. 126.

¹²³ MAGNINO, Leo – “A política indígena e o trabalho dos nativos nas colônias portuguesas”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 190, Abril de 1941, p. 127-128.

devido à ajuda do colonizador, como conclui este artigo extremamente elogioso da política colonial portuguesa.

Os artigos publicados no *Boletim* entre 1933 e 1945 que remetem para a relação do povo autóctone africano com o trabalho apresentam uma síntese de informações que vão muito mais além do tipo de trabalho que era realizado pelos nativos, ou seja, a maioria dos artigos evidencia os meios que o colonizador utilizou, elaborando assim uma política, uma organização que tinha como intuito facultar ao indígena novas possibilidades para assegurar a subsistência.

Em 1942, o *Boletim* divulgou um artigo (anteriormente publicado no jornal *O Comércio*, de Luanda), de Maurício Gomes, intitulado “Agricultura indígena no Ambrizete”, que evidenciava o atraso e rudimentarismo do trabalho agrícola do nativo dessa região de Angola.

O indígena, aferrado a processos rudimentares, sem ambições que estimulem, – por falta de mais prementes necessidades, não se resolve, de boa-mente, a aplicar-se ao trabalho.

Este problema local interessará porventura àqueles que se dedicam ao estudo dos problemas económicos da Colónia do seu *Problema Económico*, que é o somatório dos pequenos problemas locais.

A agricultura é constituída, neste concelho, principalmente por algodão, mandioca, batata doce, feijão, milho, gergelim, macunde, café, palmeiras de dem-dem, etc., cultivando-se também, embora pouco, a laranjeira e o mamoeiro.¹²⁴

De acordo com Maurício Gomes, os trabalhos que os indígenas realizavam em Ambrizete tinham pequena rentabilidade, a sua produção poderia ser muito maior se não fosse a escassez de chuvas, mas sobretudo a “preguicite” do indígena; todavia, acreditava que o “carinho” e a “atenção” dispensados pelas autoridades administrativas para fomentar o trabalho agrícola, como a disponibilização aos indígenas de sementes de café, de amendoim e de gergelim, permitiriam uma melhor safra no ano seguinte:

A melhoria económica que esta política de franca protecção deixa entrever terá na vida do indígena uma útil influência. Ele poderá pagar os seus impostos com muito mais facilidade, dando além disso margem a que as autoridades administrativas encaminhem a sua vida para melhores rumos, fazendo-os construir casas mais amplas e higiénicas, obrigando-os a andar vestidos de maneira mais conveniente, etc.¹²⁵

¹²⁴ GOMES, Maurício F. – “Agricultura indígena no Ambrizete”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 205, Julho de 1942, p. 146.

¹²⁵ GOMES, Maurício F. – “Agricultura indígena no Ambrizete”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 205, Julho de 1942, p. 147.

As intenções das autoridades coloniais portuguesas para como o nativo revelavam a natureza do projeto colonial lusitano em Ambrizete. Havia um interesse manifesto para a adequação do modo de vida indígena às práticas aceitáveis aos olhos do colonizador português, sugerindo aos povos autóctones desse lugar modos de viver e se relacionar com os seus e com os estrangeiros.

Em Março de 1943, o *Boletim* publica um discurso proferido na Conferência Anual dos Intendentes e Administradores na capital Angolana, denominado “O problema da mão de obra na província de Luanda”, realizado pelo então Governador da província de Luanda, Dr. José Ferreira, acerca do problema da mão de obra nesta província. Não muito diferente das outras colônias portuguesas em África, Angola era essencialmente agrícola. O trabalho indígena foi um dos principais elementos para sobrevivência nestas terras, isso tudo só era possível devido aos esforços das raças indígenas que habitavam aquela região, como fica claro pelas análises obtidas no *Boletim*.

Palavras do Dr. José Ferreira: “Somos, assim, colocados perante o complexo e cada vez mais delicado problema de toda a Colónia: «o problema da mão de obra»”¹²⁶. Sua atenção era justificada pelo fato do número dos trabalhadores indígenas ter caído bastante devido à guerra e à emigração dos nativos, sendo insuficiente para garantir as necessidades de produção.

Assim, se o número de indígenas em condições de trabalhar já não chegava antes desse tão grande cataclismo [II Guerra Mundial], presentemente, pelas razões que ficam apontadas, muito pior.

Mas não podemos cruzar os braços; temos que o solucionar em ordem e aproveitar os poucos braços de que dispomos o melhor possível.¹²⁷

A redução do número de trabalhos indígenas tornou-se um grande impasse, pois o trabalho braçal indígena era um elemento primordial em favor do desenvolvimento agrícola colonial. Para mudar esta situação eram necessárias estratégias precisas para atrair o indígena para essas atividades, pois a região era propícia apenas à agricultura. Era fundamental uma organização fixada pelo Estado na intenção de proporcionar um maior aproveitamento e racionalização da população nativa para essas atividades. Para obtenção dessa meta, o artigo defendia a revisão dos contratos de trabalho, planos de construções para que o indígena se sentisse amparado e para que pudesse ter suas habitações próximas aos seus locais de

¹²⁶ FERREIRA, José – “O problema da mão de obra na província de Luanda”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 213, Março de 1943, p. 120.

¹²⁷ FERREIRA, José – “O problema da mão de obra na província de Luanda”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 213, Março de 1943, p. 120-121.

trabalho, assistência médica gratuita nesses aglomerados, existência de farmácias, etc., enfim, medidas inspiradas em soluções adotadas no Congo belga.

Também era preciso levar em consideração o posicionamento do próprio agricultor nativo, pois somente ele conhecia a terra e assim poderia selecionar melhor os alimentos que deveria adotar na questão do plantio e as técnicas de colheita. Os nativos sabiam qual era a melhor época para a plantação e colheita. No caso da cana-de-açúcar, o artigo esclarece de forma minuciosa todos os procedimentos que poderiam ser realizados no seu processo de plantação e colheita. Nos diversos terrenos os nativos plantavam vários tipos de cana, isso dependia do fator climático e da fertilidade do solo. Diante disso foram analisados dois tipos de processos para o plantio da cana:

Parece haver motivo justificado para hesitações, porque, se o primeiro processo é muito recomendável porque dá origem a pés mais robustos e vigorosos, implica necessariamente a inutilização para o fabrico de uma certa parte da produção, embora relativamente produzida.

O segundo processo evita este inconveniente, mas somos de opinião de que os pés de cana originados dos olhos ou nós da parte terminal de cada caule, que não são, evidentemente, tão bem formados e constituídos como os da base, não podem ter o mesmo vigor e a mesma robustez iniciais, e por consequência também as mesmas faculdades produtoras dos pés bem nascidos e bem criados.

Por outro lado, há ainda que atender a uma outra circunstância digna de ser tomada em linha de conta. Assim, ao passo que o primeiro processo permite fazer plantações em qualquer época, com o segundo não se dá o mesmo, visto que só é possível fazer plantações quando a cana tem atingido o seu completo desenvolvimento.

O próprio agricultor, pela sua experiência, melhor que qualquer outra pessoa, pode avaliar da conveniência de adoptar um ou outro destes dois métodos.

Não queremos, todavia, deixar de dizer que, pela nossa parte, nos inclinamos abertamente a favor do primeiro dos processos, por nos parecer aquêle a que deve ser dada a preferência.¹²⁸

O discurso salienta a importância da mão de obra indígena e que seu trabalho era um bom auxílio para o desenvolvimento na província de Luanda; o problema da falta de mão de obra deveria ser suprido, pois era o nativo que mais conhecia seu solo cabendo a ele todo o esforço braçal. Era dever do colono apresentar possibilidades e atrativos para motivar o indígena ao trabalho. Assim, o próprio nativo tomava gosto pelo trabalho e com isso o colonizador concretizava o real sentido que o autóctone teria que ter em relação ao trabalho nas colônias portuguesas em África.

¹²⁸ FERREIRA, José – “O problema da mão de obra na província de Luanda”. *Boletim Geral das Colónias*. Nº 213, Março de 1943, p. 126.

Este estudo permite e requer uma análise integrada das posições coloniais favorecendo um diálogo com a história das colonizações nas colônias portuguesas em África. Mais do que meramente sinalizar os posicionamentos dos nativos referentes ao trabalho no *Boletim Geral das Colónias*, este capítulo tenta explorar de que forma foi percebida a imagem do nativo, o tratamento e a circulação da informação frente ao trabalho produzido nas colônias africanas de Portugal. Evidencia também a importância do contato entre os colonos e os nativos na tentativa de educar e apresentar ao indígena mudanças positivas no que se refere as condições de trabalho realizados pelos povos autóctones nas colônias portuguesas. A reflexão principal que se pode fazer a partir dos artigos explorados no *Boletim* sobre o trabalho dos autóctones é que a maioria desses nativos era vistos como mão de obra barata para a produção agropecuária.

6- OS NATIVOS E A RELIGIÃO CRISTÃ

O *Boletim Geral das Colónias*, entre 1933 e 1945, fornece informações sobre as missões católicas realizadas nos domínios ultramarinos portugueses de África. Na maioria dos artigos, os indígenas são considerados hostis, difíceis de controlar ou disciplinar. Essa situação justificava a necessidade de orientar os indígenas nos rumos da civilização, deixando de lado tais características. O nativo teria que seguir um caminho que os afastasse do seu primitivismo, grosseiro e violento, mas também o que representava a perda de sua ingenuidade infantil, recorrentemente atribuída aos povos autóctones. A relação da metrópole com os territórios ultramarinos colonizados implicava a negação do princípio da autonomia; impunha-se a missão de converter, ensinar e proteger o indígena, mas sobretudo construir e assegurar a unidade do Império. As missões religiosas no Ultramar foram instrumentos de civilização e de grande influência na formação dos nativos.

Em 1933, o *Boletim* publica um artigo sem autoria, chamado “A obra das missões católicas no Planalto de Benguela”, que evidencia a construção e capelas como artifício da ação civilizadora e evangelizadora dos missionários portugueses: “Os pretos aprendem a amar e venerar Portugal, estudam a sua história gloriosa, conhecem os princípios de disciplina e de acatamento da autoridade”¹²⁹. A circunscrição religiosa do interior de Benguela era a mais próspera e progressiva dos Padres do Espírito Santo. As medidas de evangelização tinham como pretensão moldar o nativo de acordo com os preceitos portugueses; por meio das missões católicas, o nativo passava a olhar o colonizador como uma figura heroica que enfrentava todas as adversidades na intenção de converter a África.

A presença dos missionários sofreu grandes impasses nas colônias portuguesas de África, pois, perante um povo com atribuições religiosas tão diversas, não foi tarefa fácil apresentar a religião católica e fazer dela o seu credo. Todas as dificuldades sentidas pelos missionários, entre as quais as perseguições, não enfraqueceram o que seria uma das principais obras dos colonizadores portugueses. Pelo contrário. Segundo este texto, tê-los-á incentivado, cada vez mais, a doutrinar os povos autóctones presentes nas colônias portuguesas em África.

No *Boletim* de Novembro de 1933, foi analisado o artigo “Acção Civilizadora das missões católicas em Angola” (que anteriormente foram publicado no jornal *A Voz*, de Lisboa), da autoria do missionário A. Baptista. Esse artigo traz uma reflexão sobre o trabalho

¹²⁹ “A obra das missões católicas no Planalto de Benguela”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 95, Maio de 1933, p. 208.

“memorável” realizado pelos missionários católicos em Angola, a mais importante possessão ultramarina por conta do seu comércio, indústria, rede de caminhos de ferro e portos. Daí que este texto advogasse a necessidade de apoiar todo o esforço missionário:

Havemos de concordar que êsses centros de civilização cristã e lusíada, muito embora importantes, não bastam a tantas e a tão instantes necessidades e que urge portanto auxiliar e apoiar quanto em nós caiba as nossas queridas Missões, favorecendo as vocações missionárias e socorrendo pecuniariamente as suas casas de formação na Metrópole.¹³⁰

A conversão religiosa é parte da transformação do nativo, sendo por meio dessa vertente que o indígena libertaria e a sua alma se “branquearia”. Assim, a religião serviu de ponte para o caminho indispensável de aspiração a um novo nível de civilização.

A análise do Padre J. Alves Correia, Procurador Geral das Missões do Espírito Santo, que foi publicada no *Boletim* em Dezembro de 1933, elucida que a ação missionária no Ultramar se fazia em estreita colaboração com a progressiva e crescente colonização, pelo que defendia que era preciso mandar cada vez mais colonos para as províncias ultramarinas portuguesas, consideradas unas e indivisíveis, já que o seu não envio comprometeria todos os direitos de exploração e privilégios que essas colônias poderiam oferecer.

Não! Nem o amor mais carinhoso pelo indígena pode fazer indesejável aos missionários a vinda de colonos portugueses para o interior africano. E, até, se o missionário é português ou enquadrado com lealdade, abnegação e entusiasmo nas missões portuguesas, quais as descreve o Estatuto das Missões Católicas Portuguesas de 13 de Outubro de 1926 e como as tinha esboçado a legislação republicana de 1919 e de 1922, não poderá deixar de acolher com alegria elementos vindos da Metrópole para reforçarem a Cidade nova, que as missões andam a criar com as suas escolas e oficinas, de onde os indígenas saem armados para o trabalho e para a vida social europeia e portuguesa.¹³¹

Inclusive, este texto evidencia como os missionários auxiliavam os colonos na sua instalação nesses territórios:

Foi sempre uma das miragens do nosso contemporâneo sonho missionário – têmo-lo já dito e escrito algumas vezes – poder oferecer amparo fraternal,

¹³⁰ BAPTISTA, A. – “Acção Civilizadora das missões católicas em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 101, Novembro de 1933, p. 194.

¹³¹ CORREIA, J. Alves – “A colonização portuguesa e acção missionária no Ultramar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 102, Dezembro de 1933, p. 9.

bom conselheiro e amigo, a famílias portuguesas, vindas das Metrópole para fixarem na extensão africana núcleos de população do nosso sangue.¹³²

As missões católicas foram um dos importantes instrumentos de assimilação, pois o missionário português estaria disposto a moldar a realidade a que o nativo estava acostumado aos princípios vindos da Metrópole. Com efeito, em 13 de Outubro de 1926 fora decretado o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor¹³³ pelo Ministro das Colónias João Belo, que considerava que a presença missionária religiosa era um dos meios indispensáveis para o progresso das populações indígenas, propondo aos missionários portugueses um programa de educação que elevasse a vida do ser humano, não fazendo dele apenas um cristão artificial e ilusório. Esse Estatuto continuava vigente nos anos de 1933-1945, período de recorte temporal desta pesquisa.

De acordo com a autora Maria Odete Soares Martins, em sua obra *O pensamento missionário do Padre Joaquim Alves Correia*¹³⁴, este eclesiástico chamou a atenção para o fato de se comparar a obra das missões nacionais e das missões estrangeiras em Angola, entre 1934 e 1938. O Padre Alves Correia defendia e reconhecia que, mesmo com todos os contratempos, a obra missionária persistia devido ao papel incansável de alguns missionários, tanto protestantes como católicos, embora tivessem tipos de atuações diferentes, não deixando até de elogiar os primeiros.

A sua reflexão missionológica partia muitas vezes da própria experiência vivida na Nigéria, onde existiam missões católicas, de padres franceses e irlandeses, e missões protestantes inglesas. Em jeito de crítica, mas também com objectivo de definir prioridades no método missionário, Joaquim Alves Correia assinalava que as missões católicas inicialmente apenas se

¹³² CORREIA, J. Alves – “A colonização portuguesa e acção missionária no Ultramar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 102, Dezembro de 1933, p. 9.

¹³³ O Estatuto Orgânico das Missões (13 de Outubro de 1926) “definia com precisão e nitidez a posição do missionário, cuja colaboração o Estado utiliza e retribui, cuja preparação em colégios adequados subsidia, cujo tempo de serviço paga, cuja acção favorece, a cujas obras estabelece dotações, mas sem de modo algum se imiscuir na sua subordinação hierárquica, nem na disciplina interna da sua Igreja. – As missões católicas portuguesas, reza o art. 5.º, constituem pessoas morais, com capacidade jurídica, e são legitimamente representadas pelos prelados e seus delegados, que são os vigários gerais, os superiores distritais de missões, os superiores destas, os párocos e quaisquer procuradores, com os poderes que os prelados lhes conferirem. Nas disposições gerais vem ainda insistir-se, no artigo 44.º, na subordinação incondicional do missionário ao seu chefe hierárquico e canónico: – «Ao pessoal missionário não é permitido aceitar qualquer comissão de serviço ou encargo alheio ao serviço das missões, sem especial autorização do director das missões»”. (CORREIA, J. Alves – “As missões perante a Lei republicana”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º. 55, Janeiro de 1930, p. 15-16)

¹³⁴ Padre Alves Correia – Nasceu em 5 de Maio de 1886 e faleceu em 1 de Junho de 1951. Foi colaborador de revistas, entre elas *Lumen* e *Seara Nova*, foi fundador do jornal *Era Nova* e publicou várias obras. As suas relações com o Estado Novo tornaram-se bastante tensas após ter escrito algumas obras consideradas como incómodas por certos sectores eclesiais e políticos, designadamente *A Largueza do Reino de Deus* (1931), *De Que Espírito Somos* (1933), *Vida Mais Alta* (1941); depois da publicação de um artigo no jornal *República*, em 1945, intitulado “O Mal e a Caramunha”, foi forçado ao exílio em 1946.

preocupavam em ensinar o catecismo para fazerem o baptismo enquanto as protestantes inglesas trabalhavam devagar e só baptizavam quando o ideal do trabalho tivesse penetrado e cada baptizado pagasse um tributo em dinheiro para a sua Igreja, sinal de actividade e sacrifício. (MARTINS, 2008: 294)

O Padre Joaquim Alves Correia foi uma figura de destaque na sociedade portuguesa durante a primeira metade do século XX, tornando-se um dos protagonistas dos primórdios da dissidência católica em relação ao Estado Novo. O seu trabalho como missionário na Nigéria foi inovador, não apenas pela relação estabelecida com os povos africanos, mas sobretudo pela metodologia utilizada para missionar. Sublinhou a importância da formação de missionários católicos portugueses capazes de concorrerem com os das missões estrangeiras, pois estas, não obstante as suas qualidades, exerciam uma ação desnacionalizadora.

A sua visão estava próxima da Primeira República e do seu Instituto de Missões Coloniais, que publicou entre 1920 e 1925 o *Boletim das Missões Civilizadoras*, pelo que não surpreende a sua menção ao general republicano que se tornara o primeiro Alto-Comissário de Angola:

O primeiro Alto Comissário da República em Angola, o General Nórton de Matos, sonhava, também êle, com aldeias portuguesas, aldeias como as do seu Minho ridente, rompendo das matas virgens, asas brancas de Portugal, dominadas por campanários graciosos. Para o missionário, o grande sonho que o General principiou a realizar com as aldeias-modêlo, destinadas aos pescadores poveiros, continua ainda a ser o sonho doirado de um futuro de grandeza e paz.¹³⁵

De acordo com o artigo, Norton de Matos promovera a aculturação dos autóctones, defendendo melhores condições de trabalho, melhores condições de saúde, melhores condições de instrução religiosa, tendo mandado construir as primeiras escolas oficiais e missões laicas. Não estava apenas preso à promulgação das leis favoráveis aos indígenas, mas estava disposto a executar cada uma delas.

¹³⁵CORREIA, J. Alves – “A colonização portuguesa e acção missionária no Ultramar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 102, Dezembro de 1933, p. 10.

Figura 10: Missão Católica do munhino – A festa Minhota em plena África



Fonte: *Boletim Geral das Colónias*, nº 102, Dezembro de 1933, p. 8.

O Padre Alves Correia, que de forma clara manifestava a sua discordância com o modelo das reduções jesuíticas na América do Sul, contrapunha a esse paradigma de “tutoria gigantesca” sob o domínio de uma ordem religiosa, a “cristianização das almas num ambiente aberto, em que a Nação se ocupe do profano e do interesse temporal”¹³⁶. Complementarmente a esta defesa de separação das esferas espiritual e temporal, insistia na colonização feita por portugueses e não por colonos de outras nacionalidades. Por isso criticava a influência que os ingleses tinham ganho em Moçambique, através da atividade econômica, da língua e até da moeda, enquanto em Angola se via “com tristeza famílias alemãs e italianas tomarem assento no sertão”¹³⁷. Isto eram situações que, a seu ver, faziam “sombra à nacionalidade”, pelo que considerava desolador para “todos os patriotas, missionários ou leigos, abrir o campo à inundação pacífica do sangue estrangeiro, mais eficaz e mais duradouro conquistador que tôdas as armas das nações”¹³⁸.

No ano de 1934 o *Boletim* publicou um texto do Padre António Brásio sobre as “Missões Protestantes em Angola”, que evidenciava o impacto causado por tais missões nessa colônia, as quais eram maioritariamente compostas por estrangeiros, representantes do

¹³⁶ CORREIA, J. Alves – “A colonização portuguesa e acção missionária no Ultramar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 102, Dezembro de 1933, p. 10.

¹³⁷ CORREIA, J. Alves – “A colonização portuguesa e acção missionária no Ultramar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 102, Dezembro de 1933, p. 10.

¹³⁸ CORREIA, J. Alves – “A colonização portuguesa e acção missionária no Ultramar”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 102, Dezembro de 1933, p. 15.

“capitalismo” e do “imperialismo”, pelo que o missionário português deveria proteger o nativo angolano dessas intervenções: “As colónias portuguesas nada lucraram com a entrada do protestantismo no seu seio, pelo lado patriótico e civilizador. É possível até que tenham perdido”¹³⁹.

A religião era um dos traços mais fortes perpetuados nas colônias portuguesas, laço esse que, a seu ver, fora ameaçado pela ação dos missionários protestantes que se movimentavam nos territórios ultramarinos sob tutela portuguesa. As preocupações apresentadas por este eclesiástico incidiam em duas vertentes fundamentais: a cultural e a religiosa. Os protestantes estrangeiros comprometiam o destino da língua portuguesa nas colônias lusas em que atuavam, bem como combatiam insistentemente o método educador e civilizador imposto pelos missionários portugueses, pondo decorrentemente em xeque nessas paragens o próprio catolicismo, isto porque todas as atitudes praticadas contra a doutrina cristã defendida pelos missionários portugueses teriam que ser combatidas. Mesmo que muitas vezes fosse preciso agir de forma severa era primordial preservar os preceitos religiosos da “Pátria-Mãe”. Fica claro que somente o missionário português saberia evangelizar os nativos que habitavam as colônias portuguesas.

¹³⁹ BRÁSIO, António – “Missões Protestantes em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 105, Março de 1934, p. 3.

Figura 11: Missões do Espírito Santo – Angola



Fonte: *Boletim Geral das Colónias*, nº 105, Março de 1934, p. 5.

A imagem 11 apresenta a figura do monsenhor Luís Keiling que foi um importante missionário, pioneiro da evangelização e da civilização portuguesa em Angola, ao lado de alguns colaboradores. Tinham como missão apresentar ao nativo o único caminho que levava à salvação eterna. Isso só seria possível por meio da evangelização, da educação, da língua, ou seja, todos os elementos considerados indiscutíveis para a formação de uma nova sociedade nas colônias portuguesas em África.

Diante dos argumentos expostos e analisados pelo Padre António Brásio, as escolas missionárias foram um dos instrumentos mais bem elaborados pelos missionários portugueses. Nessas escolas se ensinava a língua portuguesa, os principais dogmas religiosos e os indígenas foram aos poucos sendo orientados para a religião cristã. Essa mudança foi significativa para que o objetivo do colono de civilizar se concretizasse. A ação dissolvente do protestantismo veiculado por americanos ou ingleses não apagara as reais intenções dos missionários portugueses e o seu zelo para com o nativo, ensinando-lhe da melhor maneira os elementos essenciais da doutrina cristã.

Figura 12: Escola rural em Caconda – Angola



Fonte: *Boletim Geral das Colónias*, nº 105, Março de 1934, p. 9.

Mas para o Padre António Brásio, as intervenções dos missionários protestantes em Angola de certa forma prejudicavam o esforço por parte dos missionários portugueses. Era preciso enfraquecer a ação “desorganizadora” do protestantismo, “tirando-lhes o ambiente e o campo”, para assim reforçar as missões católicas, que, todavia, precisavam aprimorar a formação e entusiasmo dos seus missionários, e careciam sobretudo de apoio econômico:

Mas, para isso, é preciso que os portugueses deem abaixo a retórica, se decidam a abraçar a vida missionária com amor e coragem, se resolvam a auxiliar pecunariamente as Missões Católicas, a criar-lhes ambiente entre nós. Depois, mas só depois, (e quando chegar este depois já será supérfluo) teremos direito de barafustar e de gritar aos protestantes, herejes, desnacionalizadores, mas activos e dedicados, como a corvos daninhos que nos invadissem o milho. Fazê-lo antes? Não, que é vergonhoso!.¹⁴⁰

Os missionários portugueses deveriam abraçar a vida missionária com amor, dedicação e coragem na tentativa de atrair o nativo de forma harmoniosa; teriam de agir de maneira diferente das missões dos protestantes, que os portugueses viam como hereges, mas eficazes no seu interesse de manipular o nativo por meio da religião.

Em Novembro do mesmo ano, o *Boletim* publicou outro texto do Padre António Brásio, intitulado “Missões do Espírito Santo em Angola”, que era o resumo de uma conferência

¹⁴⁰ BRÁSIO, António – “Missões Protestantes em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 105, Março de 1934, p. 17.

realizada no Círculo de Operários Católicos do Porto, em Janeiro de 1933. Aí começava por fazer um resumo da ação perniciosa das missões protestantes luteranas durante a Primeira Guerra Mundial, depois substituídas pelas missões do Espírito Santo, que já antes do conflito aí trabalhavam, designadamente após 1910, “protegidas com patriótico e religioso carinho pelas autoridades republicanas”¹⁴¹. Defendendo que as missões do Espírito Santo não se limitavam apenas a “uma simples catequese de povos”, expunha que se poderiam obter resultados admiráveis e duradouros, procedendo a uma transformação integral dos indígenas:

A raça preta, se não é uma raça maldita, como o provámos já, é uma raça degradada e moralmente inferior às demais raças. Por outro lado, ou por isso mesmo, a sua constituição social, costumes, todo o seu modo de viver, conserva os pretos tão afastados dos princípios do credo e da moral cristã, que urge reformá-los primeiro socialmente em... homens decentes e dignos. Esta transformação, para lograr eficácia, não deve preceder, nem tampouco ser subsequente ao trabalho de renovação cristã; os dois trabalhos devem dar-se as mãos e avançar simultaneamente e de comum acordo. Assim, as nossas missões, por princípio, não são somente focos de instrução religiosa, mas também esplêndidos centros de civilização cristã.¹⁴²

A transformação dos povos autóctones rumo à civilização cristã dependia dos ensinamentos dos missionários, que antes da catequese propriamente dita lhes incutiam “o exemplo vivo do trabalho” “o desejo e o amor da higiene, do asseio, do arranjo doméstico” a aplicação ao “trabalho agrícola e industrial”¹⁴³.

¹⁴¹ BRÁSIO, António – “Missões do Espírito Santo em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 113, Março de 1934, p. 52.

¹⁴² BRÁSIO, António – “Missões do Espírito Santo em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 113, Novembro de 1934, p. 56.

¹⁴³ BRÁSIO, António – “Missões Protestantes em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 113, Novembro de 1934, p. 56.

Figura 13: Missões do Espírito Santo em Angola – Padre Goepp e seus doentes



Fonte: *Boletim Geral das Colónias*, nº 113, Novembro de 1934, p. 58.

Segundo o Padre António Brázio, as missões católicas em Angola tinham como principal característica atrair os nativos por meio da ternura e da ajuda, prestando seus serviços sem segundas intenções; assim o nativo entendia que a instrução do missionário só tinha vantagens, ensinando seus filhos a ler, falar e escrever a língua do Império – o português. Dessa maneira, os nativos se sentiam seguros em relação aos missionários, deixavam de os temer para os ver como “os *brancos de Deus*” e essa relação facilitava as lições do catolicismo.

A figura 13 retrata bem um dos tipos de cuidado que os missionários tinham para com os autóctones, que era a assistência médica, fato que levava o nativo a confiar nos missionários e a vê-los como almas bondosas enviadas por Deus para os ajudar a sair da barbárie em que viviam. Os nativos que beneficiavam das ações desenvolvidas pelos missionários tinham mais oportunidades de trabalho, pois eram considerados bons cristãos e preparados para ingressar na sociedade colonial.

No ano de 1936 ganha destaque um artigo que foi publicado em Novembro no *Boletim* referente aos autóctones e à religião, intitulado “Missões Católicas”, da autoria de Silvano Manso, que havia sido publicado no periódico de Lisboa *O Jornal do Comércio e das Colónias*, no mês anterior. Na mesma toada dos textos anteriormente citados, as suas observações ponderavam acerca das ações praticadas pelos missionários portugueses, vistos como benfeitores dos nativos. E que mesmo com todas as dificuldades sentidas e vividas foi

possível honrar a Pátria ao evangelizar a maior quantidade possível de nativos. O missionário português era considerado o melhor indivíduo para colonizar, educar e catequizar as possessões ultramarinas portuguesas em África.

O autor pretende também elucidar sobre o real significado das palavras “missões” e “missionários” em seu artigo. Pautando as diferenças que foram sendo levantadas e que estas palavras foram vulgarizadas nos meios coloniais, para alguns leitores na Metrópole eram vistas com preconceito. O missionário apresentado na literatura “pseudo-cristã”, por exemplo, era visto como um homem “fanático”, “rude”, “dominado pelo medo”, “péssimo pregador”. Assim, a missão não tinha apenas a intenção de distribuir sacramentos, dar ou receber esmolas, mas, sobretudo, de civilizar os nativos através da escola e do trabalho, incutindo-lhes por essa via o amor à pátria:

Mais adiantados, mas sem a compreensão plena da “missão católica”, tal qual ela está funcionando em tôdas as colónias portuguesas no momento actual, são aqueles que estabelecem uma equação perfeita entre ela e a escola posta ao alcance dos indígenas, escola para ambos os sexos, escola não só para letras, mas também para artes e ofícios, escola que mobila a inteligência pelo ensino e prende a vontade à Pátria que a escola ou a “missão” representa.¹⁴⁴

As missões católicas nas colônias portuguesas em África tentavam assegurar todos os elementos necessários que contemplassem uma perfeita sintonia entre ela e a escola, proporcionando ao indígena educação de qualidade, tornando a escola acessível tanto para os homens quanto para as mulheres. Além disso, não devia moldar o indígena por apenas um viés educador, mas entendiam que a escola devia estimular qualquer tipo de atividade praticada pelo nativo; para isso, a escola e a missão católica deveriam caminhar juntas.

Silvano Manso entende que o nativo só passava a ser civilizado quando absorvesse de forma completa o espírito das missões religiosas, pois mesmo que o nativo se tivesse aprimorado com hábitos exteriores (por exemplo, dos vestuários), nada valia se ele não tivesse adquirido a verdadeira essência da civilização, o que só era alcançado após a interferência e assimilação da religião: “A missão é toda a civilização portuguesa”.

Porque a “missão” não é a igreja, nem a casa-residência, nem a escola, nem a oficina, nem o campo, nem a fábrica, nem o tribunal, nem a família: não é nada disto, porque é tudo isto e é muito mais. A “missão” é toda a civilização portuguesa, em tôdas as suas modalidades e desprovida de qualquer dos seus excessos, no que ela tem de mais utilitariamente

¹⁴⁴ MANSO, Silvano – “Missões Católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 137, Novembro de 1936, p. 162.

proveitoso, ao mesmo tempo lição de coisas para os olhos que não vêem senão o material e incentivo efficacíssimo para o espírito que procura as causas de proceder do missionário, sempre tão diverso do proceder dos outros mentores – e tão legítimos – do indígena, a infiltrar-se persistentemente na alma ingênua, embora desconfiada, do filho das selvas.¹⁴⁵

A missão portuguesa, em todas as suas variantes, era indispensável para que as populações autóctones nas colônias atingissem a desejada civilização. Por isso o autor afirma claramente que o missionário católico “é o melhor obreiro da colonização nas possessões ultramarinas”¹⁴⁶.

O papel do missionário era justamente o de entrar na consciência e na índole do nativo, na casa ou na família, com a intenção de torná-lo mais homem, mais cristão, mais pai, mais trabalhador, sempre procurando operar de forma amistosa na vida de cada um. É nítida neste texto a intenção de apresentar a missionação como o esteio maior da colonização, isto é, a esfera espiritual a servir a temporal:

A “missão” católica actual, tal qual se tem organizado em Angola e em Moçambique, por exemplo, é um centro de vida plenamente portuguesa, estabelecida no meio das tribos africanas, para, à semelhança do fermento evangélico fazer levedar tôda a massa daquelas populações, a fim de se oferecer à Pátria, qual pão alvíssimo que, infundido e transubstanciado nelas, se tornará forte e grande.¹⁴⁷

A obra exercida pelas missões portuguesas era considerada diferente em relação às das missões protestantes, pois suas ações transformavam o nativo de dentro para fora, tornando-o capaz de pensar e querer como “pensam e querem os bons filhos de Portugal”.

Em 1937, o *Boletim* publica um artigo de Tastevin (anteriormente publicado pela jornal parisiense *La Géographie*), denominado “Missões Católicas de Angola”, em que o autor descreve toda sua experiência durante a viagem feita para Angola, retratando a vida pastoral e religiosa, narrando os principais aspectos das tribos com que se deparava.

A sua visão era bastante otimista. Considerava que, em Angola, grande parte dos nativos já estava adaptada aos costumes do colono, de certa forma entendiam o valor do trabalho, da educação, e a conversão total do território angolano era apenas uma questão de tempo.

¹⁴⁵ MANSO, Silvano – “Missões Católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 137, Novembro de 1936, p. 162.

¹⁴⁶ MANSO, Silvano – “Missões Católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 137, Novembro de 1936, p. 162.

¹⁴⁷ MANSO, Silvano – “Missões Católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 137, Novembro de 1936, p. 164.

Em todo caso ela exige dos missionários um esforço formidável, visto o pequeno número de habitantes e a grande extensão de territórios. Isto apesar-das numerosas e boas estradas de que Angola está provida. Cada missionário católico tem a seu cargo uma centena de escolas divididas em média por um raio de 50 a 100 quilómetros, segundo a densidade da população. Estas escolas estão a cargo de catequistas-professores, que recebem uma formação adequada, que se reforça cada ano por um mês de estágio e estudo nas escolas secundárias de cada grande divisão eclesiástica.¹⁴⁸

A visão de Tastevin nesse artigo não difere muito das análises dos autores anteriormente apresentados, ao realçar a enorme importância que as missões católicas tiveram nas colônias portuguesas de África em matéria de organização, evangelização e civilização dos povos autóctones. Sublinha que as alianças entre as missões católicas e as escolas foram necessárias para o desenvolvimento em Angola e que as escolas permitiam apresentar ao indígena novos caminhos, introduziam de forma pacífica a língua portuguesa em detrimento das línguas locais, assim caracterizando ainda mais essa colônia portuguesa. A seu ver, os missionários encarregados dessa catequização estavam aptos para a função: eram bem treinados, tinham recebido uma formação adequada e, com a prática, o seu contato com o nativo fortalecia muito mais o desejo de elevar a vida desses povos.

Em Fevereiro de 1937, o *Boletim* divulga um artigo sem autoria, intitulado “Acção colonizadora das missões católicas”, publicado no diário *O Comércio do Porto* em Dezembro do ano anterior, que anunciava a realização nos dias 2 e 3 desse mês de 1936 do IV Congresso Missionário da Obra Pontifícia da Propagação da Fé, sob a direção do Bispo do Porto, D. António de Castro Meireles, juntamente com prelados diocesanos ultramarinos. A dimensão política desse congresso está patente neste texto, que assim apresenta os seus objetivos em consonância com a ideologia do regime:

... pode legitimamente concluir-se que o referido Congresso há-de constituir um acontecimento de vulto, dando margem a que os sentimentos cristãos e nacionalistas dos portugueses e dos congressistas se traduzam, praticamente por afirmações do mais sã patriotismo que, para o ser verdadeiramente, deve andar sempre aliado à fé religiosa, que o alenta e sublima.¹⁴⁹

Portugal foi um dos grandes incentivadores da civilização cristã em seus territórios ultramarinos, o português, plenos de patriotismo e cristianismo, desejavam espalhar a fé no mundo e, assim, seu Império conquistava cada vez mais almas impuras e novos domínios para

¹⁴⁸ S. S., TASTEVIN – “Missões Católicas de Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 139, Janeiro de 1937, p. 200.

¹⁴⁹ “Acção colonizadora das missões católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 140, Fevereiro de 1937, p. 158.

sua Pátria. A perspectiva nacionalista do autor apresenta a grandeza de Portugal assente numa mitologia de heróis e santos destacando também homens ilustres que contribuíram de forma significativa para o sentimento patriótico do povo lusíada. A bandeira da Pátria e a Cruz gloriosa de Cristo simbolizavam as batalhas na terra e no mar, a história da nação que os navegantes portugueses escreveriam ao desconhecido, e a Cruz nas mãos dos missionários, assegurou de forma satisfatória a história gloriosa dos seus descobrimentos e, sobretudo, seu esforço colonizador.

A obra das Missões é grandemente notável e duplamente patriótica porque visa a educar simultaneamente os indígenas nos nobres sentimentos da religião e do patriotismo, tornando-os portugueses pelo coração e pela inteligência e fazendo despertar neles a noção correspondente dos seus direitos e deveres cívicos. Mas para que a obra das Missões possa resultar frutuosa e eficaz e influir de algum modo na continuidade histórica da nossa função colonizadora, é mister e urgente que além do sentimento religioso haja também, a inspirá-las o sentimento nacionalista que, verdadeiramente, só as Missões portuguesas podem ter, em manifesto contraste com a obra desnacionalizante das missões estrangeiras que buscam disfarçadamente, quando não o fazem com o maior descaro subtrair o gentio à influencia dos nossos costumes, às verdades da nossa religião e até ao conhecimento do nosso próprio idioma¹⁵⁰.

O discurso patriótico e nacionalista do artigo sugere que caberia apenas ao colonizador português não apenas o direito de civilizar povos, mas também de enaltecer seu valor histórico e a importância geográfica dos seus descobrimentos. O povo português refletia uma grandiosa beleza moral, tanto missionária quanto marítima e militar. As ações dos portugueses não se deveriam restringir apenas à religiosidade, mas sobretudo a um sentimento nacionalista. Este texto não deixa dúvidas quanto à intenção estadonovista em inculcar uma visão imperialista de forte cunho nacionalista, em que inclusive se condenam as missões não portuguesas, considerando que só estas podiam servir a religião e o Estado. Somente os missionários portugueses poderiam exercer de forma pertinente a ação educativa de suas colônias que deveriam ser defendidas contra a concorrência das missões estrangeiras que, “à margem e à sombra do seu apostolado, estão fazendo nas nossas possessões africanas uma obra nefasta, do mais franco e provocador anti-nacionalismo”¹⁵¹.

O autor fortalece e acredita que a obra das Missões Católicas deveria ter o sentimento nacionalista associado tanto aos moldes da educação indígena quanto à religião e ao patriotismo.

¹⁵⁰ “Acção colonizadora das missões católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 140, Fevereiro de 1937, p. 159.

¹⁵¹ “Acção colonizadora das missões católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 140, Fevereiro de 1937, p. 159.

Em 1939 o *Boletim* apresenta uma crônica do Padre Gustavo de Almeida, enviado especial do jornal *As Novidades* para acompanhar a viagem do Presidente da República, Óscar Carmona, aos territórios ultramarinos, crônica que aqui assume o título “Impressões da viagem presidencial às colônias”. Numa das partes dessa crônica – “Negreiros de ontem, negreiros de hoje” – faz questão de esclarecer, não sem erro histórico, que a escravidão praticada pelos portugueses se fez sem aprovação das leis do país, e afirma categoricamente: “Na história da Igreja Católica, a abolição da escravidão, sem mais e sem menos, é, certamente, uma das suas maiores glórias. Perante Deus não há escravos nem homens livres; há apenas almas resgatadas ou a resgatar”¹⁵². Na sua ótica, o papel da Igreja Católica no tráfico negreiro foi exclusivamente espiritual: “Sempre que estavam naus para partir, o bispo, ou representante seu, vinha sentar-se ali e, um por um, indagava se era batizado e tinha sido instruído nas Verdades do cristianismo”¹⁵³. Ou seja, a Igreja não fomentara esse tráfico, antes tentara mitigar a dor dos escravizados, tratando-os com respeito e dignidade, defendendo sempre que os africanos tinham uma alma.

O fato de ser um escravo doutrinado segundo os dogmas da religião cristã servia como uma defesa em relação à crueldade que campeava no tráfico dos negros. Assim, a mentalidade de ver o outro (entenda-se, o negro) como irmão teria que ser a base central do processo de colonização praticado pelo português; o colono português cristão deveria ver com bons olhos os nativos que habitavam suas colônias, ajudando-os a alcançarem elevados níveis de vida espiritual e moral. Assim, todo o português que adentrasse no continente africano deveria, antes de qualquer outra coisa, ouvir, aprender, exercer a bondade e o amor que deveriam ser espalhado nos seus territórios ultramarinos, atitude que devia ser seguida na atualidade, pois quem não o fizesse encarnava a figura dos “negreiros de hoje”: “Este pensamento tem de ser pregado – oportuna e importunamente aos portugueses de hoje que, de alguma forma, se interessem ou tratem da nossa África. Isto só é civilizar – isto só é colonizar”¹⁵⁴.

Como já foi visto, os anos de 1933-1945 foram importantes para Portugal e seus territórios ultramarinos, sendo este o período de instauração e consolidação do Estado Novo, tornando-se o próprio *Boletim Geral das Colônias* um instrumento de propaganda do novo regime político. Ainda no ano de 1939 destaca-se um artigo sem autoria, intitulado “O Estado Novo e as Missões Católica de Moçambique”, que apresenta a afirmação da espiritualidade no

¹⁵² ALMEIDA, Gustavo. – “Negreiros de ontem, negreiros de hoje”. *Boletim Geral das Colônias*. N.º 163, Janeiro de 1939, p. 242.

¹⁵³ ALMEIDA, Gustavo. – “Negreiros de ontem, negreiros de hoje”. *Boletim Geral das Colônias*. N.º 163, Janeiro de 1939, p. 242.

¹⁵⁴ ALMEIDA, Gustavo. – “Negreiros de ontem, negreiros de hoje”. *Boletim Geral das Colônias*. N.º 163, Janeiro de 1939, p. 243.

Estado Novo como proteção à obra missionária católica dos portugueses, tendo sobretudo por base a Carta Orgânica do Império Colonial Português, de 1933, que aprovava a reforma administrativa ultramarina, estabelecendo ainda as suas relações e atitudes para com as Missões, os missionários e as atividades missionárias. Esse documento aperfeiçoava a legislação do Ministro republicano João Belo, a que faltara “a universalidade e a firmeza de um acôrdo com a Santa Sé, a potência espiritual a quem as missões e as questões missionárias estão directamente sujeitas e de quem os missionários dependem”¹⁵⁵.

De acordo com este artigo, os missionários tinham ampla movimentação nesses territórios para combater o espírito de rebelião ou de autonomia que o nativo viesse a manifestar. “Lenta, mas constantemente vai progredindo a vida religiosa. Aumentam as missões, os missionários, as irmãs religiosas, os sacramentos, as escolas, os alunos e professores, os curativos feitos”¹⁵⁶.

As mudanças culturais, sociais e morais promovidas pelas relações entre os povos autóctones e as Missões Católicas nas colônias portuguesas africanas marcaram uma importante etapa na formação dos nativos. Essas missões católicas foram instrumento de civilização e de adaptação de um povo sustentado pelas diretrizes do Estado, possibilitando educação, saúde e evangelização de qualidade.

Em Dezembro de 1939, o *Boletim* publica o artigo do monsenhor M. Alves da Cunha, publicado no suplemento dedicado às colônias do jornal *O Século*, chamado “As missões católicas em Angola e a sua notável acção civilizadora”, que depois de pontuar que o Estatuto Orgânico das Missões fora promulgado pelo ministro João Belo, esclarecia que o Estado aceitava as missões católicas como instrumento de civilização e nacionalização das colônias. O Estado trata essas missões como instituições que proporcionavam soluções sólidas do domínio português, assimilação do nativo e expansão da língua portuguesa.

As missões católicas incumbe a honrosíssima mas difícil tarefa – espalhar, por meio da acção religiosa, a civilização cristã de uma raça atrasadíssima que hoje se encontra em franca evolução. Requer-se para eficácia desta acção um trabalho uniforme, visando constantemente um plano que se vá executando com persistência continuada e alargando cada vez mais sua esfera, por forma a poder atingir todos os povos angolanos.¹⁵⁷

¹⁵⁵ “O Estado Novo e as Missões Católica de Moçambique”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 169, Julho de 1939, p. 192.

¹⁵⁶ “O Estado Novo e as Missões Católica de Moçambique”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 169, Julho de 1939, p. 193.

¹⁵⁷ CUNHA, M. Alves da – “As missões católicas em Angola e a sua notável acção civilizadora”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 174, Dezembro de 1939, p. 129.

Pelos artigos analisados, é possível perceber que, o processo missionário coincide com a própria colonização, com destaque para os seguintes aspectos: a difícil missão de civilizar as raças atrasadas requerendo um trabalho uniforme, visar um plano que ao ser executado alargava cada vez mais as formas de poder para atingir todos os povos, dar-lhes a oportunidade de conhecer um território desconhecido, com riquezas ainda por descobrir e explorar.

Os missionários portugueses eram vistos como bons colaboradores no que se refere à influência e engrandecimento da Pátria. Os missionários, ao contribuírem para extirpar das sociedades tribais os velhos costumes e superstições, executavam um trabalho apostólico, mas também patriótico e nacional.

A influência cristã desenvolvida pelas Missões vai transformando o indígena, modificando-lhe os hábitos, nuns pontos mais do que noutros, consoante a maior actuação missionária, mas a modificação é sensível, e todos que conhecem a vida da selva o vão verificando por toda a parte. O preto vai tomando sentido da sua dignidade de homem, mesmo até o próprio padrão; nota-se um renascimento da consciência da dignidade humana nos meios indígenas. Afirma-se cada vez mais uma tendência para a elevação moral e social. Hoje desapareceram quasi por completo os costumes bárbaros: a escravidão, o costume selvagem de matar um homem sob a ridícula acusação de reter a chuva, de ter causado a morte de uma pessoa por intermédio dos espíritos, de fazer sacrifícios humanos na ocasião da morte de um soba.¹⁵⁸

Como já abordado em artigos anteriores, a vida e os hábitos dos indígenas sofreram grande mudança pelo contato direto com os missionários nas missões católicas. O nativo vai aceitando e compreendendo os novos padrões impostos pelos missionários, desaparecendo quase que por completo os seus costumes considerados primitivos e selvagens.

Segundo M. Alves da Cunha, o indígena que estava sob os cuidados e domínio dos missionários passava a aproveitar mais o trabalho, sendo direccionado a trabalhar para sustentar a sua família, pois antes da intervenção do colono a família indígena tinha apenas uma preocupação – a de procriação. O esforço das missões também se mostrava significativo em relação à sua função educadora: a língua portuguesa tornou-se a língua oficial e, dessa forma, tornou-se um veículo fundamental de difusão da civilização ocidental. Na evolução moral e material dos povos autóctones, o trabalho das missões agia sobre os dois gêneros. Para a população masculina, destacavam-se as escolas, as oficinas, as práticas agrícolas, todo um conjunto de atividades destinadas aos homens. Já as irmãs missionárias educavam as

¹⁵⁸ CUNHA, M. Alves da – “As missões católicas em Angola e a sua notável acção civilizadora”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 174, Dezembro de 1939, p. 130.

mulheres, inculcando-lhes o sentido da vida familiar, para a qual orientavam a sua preparação e formação. O governo contribuía de forma considerável para as missões católicas por meio de subsídios orçamentais, favorecendo desta maneira o apostolado e a ação nacionalizadora e civilizadora.

Em 1941, um artigo sobre as “Missões Católicas de Angola” expõe de forma abrangente os diferentes grupos e corporações missionárias que atuavam em Angola: “O pessoal eclesiástico compõe-se de 167 sacerdotes, sendo: 32 padres seculares, dos quais 8 nativos formados em Angola; 124 padres da Congregação do Espírito Santo; 11 padres beneditinos portugueses”¹⁵⁹.

Além disso, se concentrava em Angola uma pequena quantidade de professores leigos nas escolas missionárias, os catequistas trabalhavam nas escolas rurais, existiam três enfermeiras religiosas beneditinas, mais 41 irmãs indígenas formadas em Angola. “Funcionam actualmente em Angola 6 seminários, sendo dois maiores – um em Luanda e outro na Caala – e 4 menores, nas missões do Lucula (Cabinda), Bangala (Malanje), Vila Junqueira (Bié) e Jau (Huíla)”¹⁶⁰.

As missões ofereceriam um novo caminho, uma nova vida com vista a obter mais “progresso”, mas os seus efetivos não chegavam para desempenhar uma tarefa de tal envergadura:

Êste pessoal é considerado insuficiente e a expansão ultimamente dada com a reorganização eclesiástica do Ultramar português vem tornar ainda mais sensível a carência dos missionários, dos dois sexos, e auxiliares para manter o desígnio secular de Portugal em África: “fazer muita cristandade”¹⁶¹.

Em Angola era preciso muito mais pessoal que se dedicasse às missões católicas, visto que essa era a mais importante e maior colônia portuguesa em África; considerava-se que a maioria dos seus nativos já entendia o valor do trabalho, da evangelização, mas a vastidão do seu território reclamava um aumento da mão de obra missionária. Quanto mais numeroso fosse o pessoal preparado para a evangelização dos nativos em Angola, maior credibilidade as missões católicas alcançariam.

Em Outubro de 1941, o *Boletim* divulga um estudo do Padre Estemann sobre os missionários que atuavam nas colônias portuguesas em África, mais precisamente no sul angolano, destacando em seu texto as principais obras realizadas por um conjunto de

¹⁵⁹ “Missões católicas em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 190, Abril de 1941, p. 112.

¹⁶⁰ “Missões católicas em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 190, Abril de 1941, p. 112.

¹⁶¹ “Missões católicas em Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 190, Abril de 1941, p. 112.

missionários que poderiam fornecer informações exatas sobre a terra, seus habitantes, sua fauna e flora.

O Padre Carlos Duparquet¹⁶² foi um importante missionário que se destacou por seus interessantes trabalhos de exploração, pois tinha grande qualidade de observador; além disso, ele foi um explorador e escritor. Muitos outros missionários seguiram com a obra iniciada pelo Padre Duparquet. Alguns dos seus colaboradores contribuíram igualmente para a exploração geográfica das terras do sul de Angola. O posicionamento, o contato, a determinação, o cuidado de cada missionário em Angola possibilitou ao nativo uma maior compreensão da religião do Império.

¹⁶² Padre Carlos Duparquet – Fundador das Missões Católicas do Espírito Santo em Angola. Chegou a Moçâmedes em 1866, foi pároco de Capangombe. Depois teve que deixar Angola para trabalhar nas missões de Congregação na Costa Oriental, mas sempre tentou acompanhar de perto as regiões de Huíla.

Figura 14: Colaboradores das missões católicas



Fonte: *Boletim Geral das Colónias*, n° 196, Outubro de 1941, p. 9

Isso permite compreender a importância e a colocação que possibilitou ao indígena uma mudança positiva diante do contato entre os nativos e os colonos. A formação de eclesiásticos negros foi um objetivo do programa evangelizador português, pois dessa forma se potenciava a aculturação dos nativos.

Para o Padre Estremann todos os trabalhos realizados pelos missionários foram fundamentais tanto para os especialistas quanto para os padres que tinham como missão evangelizar.

É claro que, falando em missionários, eu não quero de maneira alguma insinuar que não houvesse também outros homens ilustres que se notabilizassem na exploração desta terra... Mas, apesar dos esforços heróicos para conseguir os resultados, apontados, devemos confessar que muito mais ainda resta a fazer. Estas regiões são tão grandes, e o seu conhecimento é ainda tão imperfeito!¹⁶³

Como já foi dito anteriormente, o território angolano era bastante vasto e isso dificultava a evangelização completa de todos os nativos que lá habitavam. Não foram apenas os missionários que se notabilizaram na exploração geográfica em Angola, outros também deixaram sua contribuição, mas mesmo assim não foi suficiente para fazer um estudo completo sobre essa colônia.

¹⁶³ESTERMANN, Carlos – “Contribuição dos missionários do Espírito Santo para a exploração científica do Sul de Angola”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 196, Outubro de 1941, p. 15.

Em Novembro de 1941, o *Boletim* divulga outro artigo do já citado Monsenhor Alves da Cunha, anteriormente publicado no jornal *Diário de Luanda*, que apontava as principais medidas que deveriam ser providenciadas pelas obras missionárias. A mensagem deste texto era idêntica à veiculada pelo texto deste autor publicado dois anos antes no *Boletim* e a que atrás se fez menção: as missões católicas eram instrumentos de civilização que exerciam grande influência nacional; o ensino destinado ao nativo deveria ser inteiramente confiado aos missionários e aos seus auxiliares, priorizando sempre o teor nacionalista e de moralização dos autóctones quanto à aquisição de hábitos e aptidões de trabalho.

Com o trabalho apostólico, conjuntamente com êle e por meio dêle e dos seus agentes, Portugal – desde o princípio da sua antiga epopeia missionária – fêz-se educador das populações nativas do seu Império. Êste nobre propósito de cuidar da civilização dessas populações e de as erguer até nós, encontra-se por tôda a parte como lema fundamental da nossa política colonial, para proteger e integrar na civilização cristã essas populações.¹⁶⁴

Não restam dúvidas sobre o contexto das missões católicas portuguesas, pois o papel do missionário era o de educar, evangelizar e transformar o nativo para que ele pudesse alcançar a civilização pautada na religião cristã e nos moldes do que era concebido para o Império. As dificuldades das missões católicas eram sentidas tanto pela resistência de algumas tribos, quanto pelo clima e adaptação ao meio, e, sobretudo, pela falta de pessoal para o vasto território, fazendo assim das missões de campo um problema incômodo para as missões.

Portugal confiou às antigas Missões a nobre tarefa da instrução e educação dos indígenas. O ensino tinha assim um carácter essencialmente religioso na acção civilizadora e humanitária exercida pelas Missões e seus missionários – pregoeiros da Fé e mensageiros do Portugal cristão – em invocação da Fé e do Império.¹⁶⁵

No ano de 1943, encontrámos mais três textos no *Boletim* sobre a matéria em análise. O artigo, intitulado “Acção missionária católica”, de José Bentes, trata as missões como uma espécie de postulado português, pois influenciavam de forma direta a vida do indígena. “Portugal, deixou bem gravados durante tôda sua gloriosa época de ocupação, sinais evidentes de espírito colonizador”¹⁶⁶.

¹⁶⁴ CUNHA, Monsenhor Alves da – “As missões católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 197, Novembro de 1941, p. 103.

¹⁶⁵ CUNHA, Monsenhor Alves da – “As missões católicas”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 197, Novembro de 1941, p. 103.

¹⁶⁶ BENTES, José – “Acção missionária católica”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 213, Março de 1943, p. 174.

Segundo o autor, Portugal não apenas se interessava por questões mercantilistas, mas também tinha outras finalidades como a difusão da fé e o levantamento moral e social dos povos autóctones, ao mesmo tempo que ocupava esses territórios e submetia os povos à sua soberania, colonizando e civilizando.

E assim temos vindo, através de centenas de anos, realizando uma obra de dupla finalidade – material e espiritual. Material, pelo desenvolvimento económico e comercial dos territórios ultramarinos; espiritual, pelo desenvolvimento moral das raças indígenas.¹⁶⁷

Advogava o autor que as missões católicas foram as mais bem-sucedidas obras dos portugueses, pois apresentaram os melhores resultados no tocante à educação e instrução do indígena. As missões católicas tinham-se desenvolvido desde o início da colonização, enquanto as protestantes se instalaram muito depois e apenas progrediram por conta do enfraquecimento da religião católica.

Dessa maneira, a missão católica tornava-se a mais importante pelo simples fato de propagar a religião e de civilizar o indígena sem qualquer intenção de benefício material.

O indígena educado na missão, desde criança, poderá desviar-se, mais tarde do caminho que lhe indicaram, poderá esquecer, por conveniência, que não deve roubar, mas não se esquece, de certo, de que é português, ainda mesmo que emigre para a colónia estrangeira.¹⁶⁸

Na visão do autor, as ações missionárias católicas proporcionaram múltiplos benefícios e vantagens aos nativos, além de elevar a vida precária a que estavam acostumados. Assim, nota-se que na maioria dos artigos, o processo de civilização e nacionalização imposta pelos portugueses foi aos poucos ganhando força, modificando os traços banais que caracterizavam os nativos.

Em Outubro de 1943, o *Boletim* publica um texto chamado “Missões católicas em África”, do Bispo de Gurza; tratava-se de uma palestra feita na Escola Superior Colonial que apresentava “conselhos práticos a futuros funcionários coloniais”. O autor faz uma longa resenha histórica sobre a implantação da religião católica nas colônias portuguesas em África, sendo a Cruz um dos principais símbolos de luta e resistência nos territórios ultramarinos, um dos elementos primordiais para a concretização das missões católicas. Apresentava os

¹⁶⁷ BENTES, José – “Acção missionária católica”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 213, Março de 1943, p. 174.

¹⁶⁸ BENTES, José – “Acção missionária católica”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 213, Março de 1943, p. 175.

portugueses que iam Além-mar como pessoas generosas que se sacrificavam ao deixar sua Pátria, sua família e se voluntariavam para levar aos nativos o evangelho e a civilização.

O missionário abre escolas e orfanatos onde ensina e educa, e muitas vezes sustenta as crianças abandonadas, abre asilos para velhos, hospitais e leprosarias para a humanidade que sofre, procura socorrer toda as misérias e avaliar todos os sofrimentos. Haveis de concordar portanto em que o Missionário merece a simpatia, a boa vontade, e até auxílio de todos aqueles que hão de trabalhar a seu lado. Vós, caros Alunos desta Escola Superior Colonial, destinais-vos e preparais-vos, com a frequência desta Escola, para serdes um dos funcionários do Estado nas nossas Colónias. Por isso não é fora de propósito que um homem, que passou bastantes anos da sua vida a trabalhar nas nossas Colónias, e que ainda hoje continua a trabalhar por elas, dedicando-se à formação especializada de missionários para a nossa África, vos dê alguns conselhos práticos para que sejais colaboradores do trabalho realizado pelos nossos missionários, vos recorde alguns deveres que nunca deveis esquecer enquanto permanecerdes nas Colónias.¹⁶⁹

As obras missionárias tinham modificado a rotina e as condições precárias em que o indígena vivia. Assim, os missionários teriam que ser vistos pelos nativos como pessoas boas, que operavam em nome de Deus e realizavam trabalhos para aliviar todos os sofrimentos e misérias que os povos autóctones enfrentavam.

O autor lista cinco importantes passos que deveriam ser seguidos quando tais missionários chegassem às colônias portuguesas: organização e valorização do trabalho, justiça, valorização dos nativos, dar ao indígena bons exemplos em sua vida social, moral e econômica e ação dedicada dos missionários.

O último artigo analisado sobre esta matéria foi publicado no *Boletim* em Novembro de 1943, denominado “A acção missionária da mulher”, do Padre J. Alves Correia, que havia sido publicado no jornal católico *Novidades* (Lisboa), órgão oficioso do regime. Como o título indica, evidenciava a ação das mulheres missionárias nas colônias portuguesas em África, ressaltando as suas virtudes de coragem, amor, dedicação, firmeza de ideal, enfim, seriedade de vocação:

Às missionárias, enfermeiras e mestras, que já trabalhavam ao lado das missionárias portuguesas – Franciscanas, Hospitaleiras e Franciscanas Missionárias de Maria, Irmãs de S. José de Cluny – vimos juntarem-se levas numerosas e frequentes de outras congregações de outras congregações femininas: Franciscanas de Calais, Irmãs da Apresentação, Irmãs de Santa Dorotea, Irmãs do Amor de Deus... Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-

¹⁶⁹ GURZA, Bispo de – “Missões católicas em África”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 220, Outubro de 1943, p. 204-205.

Verde, não têm sertões nem plagas tão distantes, nem tão inhóspitas, que aterrem os corações destas obreiras da luz e da caridade!¹⁷⁰

Considerava que as missionárias que se dedicavam às obras nas colônias portuguesas em África beneficiavam as filhas dos nativos, pois em sua maioria tinham uma postura diferente da dos missionários masculinos, que poderiam em certas situações não entender as mulheres e sua psicologia específica.

Todos os artigos apresentam certa coerência e afinidade, pois eles evidenciam a importância das missões católicas que foram sendo difundidas pelos missionários. A sua obra missionária estava caracterizada por dois pilares: a evangelização/catequização dos nativos e a evangelização no sentido de formar novos cristãos tendo por base cumprir o programa nacionalista do Estado Novo.

Assim, a relação entre a metrópole e os territórios colonizados envolvia a negação do princípio da autonomia; cabia à primeira a missão de converter, ensinar e proteger o indígena, e, para além de tudo, preservar a unidade do Império.

Os missionários portugueses tinham como principal objetivo criar uma sociedade com benefícios e qualidades da sociedade cristã europeia. Aliada a essa evangelização encontrava-se a educação, que também foi um dos essenciais legados desenvolvidos pelos missionários. Diante disso, a obra realizada pelos missionários católicos portugueses ultrapassou os elementos da evangelização, proporcionou também o desenvolvimento das populações, dotando-as de melhores condições de vida, trabalho, saúde, educação. Dessa maneira, o nativo deveria seguir um novo caminho que afastasse todo o seu primitivismo, visto como rude e imoral processo que representava também a perda de sua ingenuidade intrínseca.

¹⁷⁰ CORREIA, J. Alves – “A acção missionária da mulher”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 221, Novembro de 1943, p. 96.

Conclusão

Ao longo deste trabalho procurou-se demonstrar como os povos indígenas das colônias portuguesas em África foram representados na revista *Boletim Geral das Colónias* entre os anos de 1933 e 1945. A forma como as visões sobre os autóctones foram divulgadas, invariavelmente em conformidade com os interesses lusitanos, comprova que as relações entre colonizadores e colonizados se consolidaram gradualmente, ganhando esse contato cada vez mais expressão na esfera social, religiosa e política vivenciada nas colônias portuguesas de África. Por meio do *Boletim* nos foi permitido conhecer os debates, representações e ações sobre os modos de interação/dominação entre os colonizadores e os povos dos vários territórios ultramarinos.

As representações dos autóctones africanos nas páginas do *Boletim Geral das Colónias* visavam demonstrar que o indígena caminhava a passos largos para a civilização, num processo em que se salienta a ação do colonizador repleta de sacrifícios; a estes, os nativos deveriam agradecer por lhes terem dado a oportunidade de se emanciparem dos seus costumes e instituições ancestrais, marcadas pelo primitivismo, guerras incessantes, fraca exploração dos seus recursos naturais, entre outros aspectos. Nessa qualidade de ser “primitivo”, o indígena foi encarado como um objeto a ser moldado, atendendo às necessidades e vontades do colonizador.

As representações claramente têm seus propósitos. O *Boletim Geral das Colónias*, dada a sua natureza de instrumento de propaganda no contexto do Estado Novo, não tinha lugar para ingenuidades. Não era um espaço de teor meramente informativo, nem tão-pouco apenas de memória, o *Boletim* delineou estratégias que visavam veicular um certo olhar sobre as realidades coloniais. As possessões ultramarinas portuguesas são representadas no *Boletim Geral das Colónias* com propósitos específicos, porque a representação torna-se flexível para quem a constrói. Assim, o *Boletim* constitui um documento de grande relevância e significado pois utiliza textos de importantes personalidades portuguesas (e estrangeiras) de diferentes formações e quadrantes de ação para veicular leituras selecionadas da colonização, desde os primórdios da gesta expansionista – as origens são constantemente evocadas – até à época da sua produção, com destaque para o elogio da políticas colonial então em curso.

Como seria previsível, os autores que colaboraram nesta publicação periódica demonstram afinidades, muitas vezes profundas, com os ideais e emblemas propagados pelo regime estadonovista. Perfilham princípios fortemente nacionalistas, subjacentes ao

enaltecimento da pátria e da excelência da sua ação colonizadora, na assunção de nação imperial.

Os diferentes textos do *Boletim* estudados nesta pesquisa (alguns deles já anteriormente publicados em jornais e revistas portuguesas e estrangeiras) concorrem, sob aos seus distintos ângulos de análise, para produzir interpretações sobre a colonização portuguesa, seus domínios coloniais e respectivos povos autóctones. Na maioria dos casos, como vimos, o negro africano é visto como uma realidade homogênea, sem diferenciações culturais, linguísticas e geográficas. Alguns textos, embora poucos, publicados no *Boletim*, evidenciam já essa variedade; todavia esta estava longe de constituir uma das preocupações prioritárias da publicação, pelo que os estudos antropológicos do Padre Carlos Estermann, do Dr. José de Gonçalo de Santa Rita, professor da Escola Superior Colonial, e poucos mais, são realmente exceções.

O *Boletim Geral das Colónias* pretendia ser uma revista de leitura acessível, com informações selecionadas, ainda que de diferentes procedências, não esquecendo nunca o objetivo propagandístico de enaltecer a “mística do Império”, evidenciando os meios dessa construção (congressos, exposições, visitas oficiais, etc.).

À medida que cada capítulo foi sendo escrito, tornava-se nítida a postura adotada pelo *Boletim* em favor da divulgação das suas possessões ultramarinas. No primeiro capítulo, ao estudarmos a história da Agência Geral das Colónias e do próprio *Boletim* identificamos este organismo e a sua publicação periódica como instrumentos fundamentais de propaganda da política colonial, que entre as suas amplas funções visavam fornecer a Portugal e ao mundo uma nova visão do país, cujo território se espalhava, afinal, das margens do Atlântico ao Índico, como ensinava um artigo de Marcelo Caetano, publicado no *Boletim* em 1933. Urgia despertar o interesse – mas sobretudo legitimar – esse Portugal novo, apesar de ter séculos de história, esse Império com uma grande variedade e riqueza de regiões e populações. Assim, as páginas do *Boletim* formaram um conjunto significativo de registros em favor dos acontecimentos da vida colonial portuguesa, tornando-se um veículo de informação essencial nesse domínio.

O contexto histórico mundial entre 1933 e 1945, no qual se insere a primeira grande fase do Estado Novo e o fim da Segunda Guerra Mundial, não pode deixar de se refletir na política colonial do regime. Sobre os principais marcos legislativos do Estado Novo em matéria colonial se debruça o segundo capítulo, que pretendeu fazer um enquadramento sumário da política colonial do Estado Novo, assente na ideia do apelo do Império como fator de mobilização social. Todavia, às populações autóctones das colónias eram conferidas

características específicas, pautadas por sua inferioridade. O Estatuto do Indigenato definia os direitos, mas sobretudo os deveres dos indígenas das colônias portuguesas, a quem ficava vedado o direito de cidadania. Promulgada essa nova lei, ficavam estabelecidos três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos (cidadãos). No *Boletim* nos deparamos com artigos que identificavam a política de assimilação, que foi uma tentativa do Império Português em modificar a tradição cultural de um reduzido número de nativos das colônias, e, por meio da sua europeização, formar uma elite que colaborasse na obra dos colonizadores. Dessa maneira, essas ações demonstravam que a nação portuguesa sempre fora capaz de aculturar outros povos e de que ela teria até mesmo obrigação moral de assim agir. Para que o indígena alcançasse o título de assimilado era preciso todo um conjunto de requisitos como, por exemplo, saber ler e escrever, vestir e professar a mesma religião que os portugueses e manter padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus. Só assim poderiam usufruir de direitos que estariam vedados aos indígenas não assimilados.

No terceiro capítulo, ao estudarem-se as representações da colonização portuguesa, ressalta o fato de o Estado Novo, desde a sua implantação, ter procurado fortificar a vocação imperial de Portugal, selecionando leituras do passado para legitimar o presente. Dessa maneira, representou o nativo conforme os ditames da sua ideologia, seres primitivos que por meio da ação e do método colonizadores lentamente deixavam a vida de barbárie, premissa que justificava a permanente presença e domínio coloniais. As linhas ideológicas do Estado Novo viabilizaram ideias de cunho nacionalista com o intuito de exaltar a sua obra nas possessões ultramarinas. Torna-se claro que a capacidade colonizadora dos lusitanos, juntamente com o relacionamento harmonioso e singular que estabeleciam com os nativos, fazia deles colonizadores de excelência.

A visão colonial da época evidenciava o colonizado como uma obra a ser moldada, a ser polida e muitas vezes modificada. O trabalho, a educação, a língua, a conversão religiosa do indígena foram as medidas utilizadas com a intenção de possibilitar a evolução do indígena, mas sobretudo servir as estratégias gizadas por um dos últimos impérios coloniais do mundo ocidental. E Portugal, como país pioneiro que foi no que se refere à sua vocação imperial, alimentou ao longo de séculos essa cultura política de colonizador notável, situação que atingiu o seu apogeu no regime estadonovista. Assim, toda a matriz colonial da nação encaminhava-se para a teoria do “dom colonizador” inato dos portugueses, e toda a ação colonizadora estava subordinada à ideologia do regime.

Dentro do *Boletim*, as relações entre nativos e colonos pareciam estar diretamente ligadas ao controle e modificação das mentalidades dos povos autóctones; das representações

do negro africano trata pois o quarto capítulo. A alteridade ganha espaço no momento em que o dominador afirma os seus argumento para se impor em relação ao Outro. O fato é que o desinteresse pela realidade autóctone fosse ela social ou cultural, era latente. O Império português visava elevar a vida do nativo – por meio da oficialização da língua portuguesa, da educação a vários níveis, da promoção econômica, da religião cristã – mas era preciso certo distanciamento entre as duas realidades, ou seja, a relação entre nativo e colono não deveria ultrapassar os limites considerados necessários para o benefício de ambas as partes. O negro era um ser diferente, com designações muitas vezes pejorativas, com traços físico-psicológicos e características culturais distintas, senão opostas, dos colonizadores.

O posicionamento do colono no que corresponde ao comportamento do nativo perante o trabalho – vencidas as suas naturais características de indolência e mesmo preguiça – é objeto do quinto capítulo; se o trabalho elevava o nativo da barbárie rumo à civilização, também era consensual que sem a sua força de trabalho o progresso e evolução dos territórios coloniais ficava irremediavelmente comprometido. Aliás, são claras as representações do negro como mão de obra fundamental e insubstituível, mas também, e simultaneamente, como consumidor, requisitos fundamentais para o fomento econômico que o Império ambicionava.

O afã colonizador teve o contributo fundamental da evangelização e missionação dos nativos – “A missão é toda a civilização portuguesa”. Esta problemática é abordada no sexto capítulo, que reúne várias representações das missões católicas, apresentadas pela generalidade dos testemunhos dos seus responsáveis como formadoras de cristãos, mas igualmente de súbitos fiéis ao regime, após porfiados esforços no sentido de abater a sua hostilidade natural e aversão à disciplina. A ação dos missionários católicos não só no campo da religião, mas da educação em geral, da saúde, da adaptação ao trabalho é francamente elogiada e reconhecida, mas quanto ao papel das missões protestantes as opiniões dividem-se, sendo todavia maioritariamente apontados os seus efeitos perniciosos, de desnacionalização dos nativos das colônias portuguesas.

O colonizador avalia o Outro pelos padrões da sua civilização. O quadro civilizacional em que os indígenas estavam inseridos deveria ser combatido e substituído pelo dos colonizadores. A identidade dos povos autóctones sofre processos drásticos de transformação, sendo gradualmente desenhada pelo contato com o colonizador.

Contudo, o discurso colonial português articula-se por meio do contato harmonioso entre colonizador e colonizado, que converte o indígena num objeto privilegiado pelo elo que cria com o colonizador, revelando-se uma manobra positiva e de grande satisfação que tornou melhor a vida simples do colonizado.

Segundo as representações estudadas ao longo da pesquisa, a relação entre colonizador e colonizado possibilitou a subtração do segundo à barbárie, processo só possível pelo duro sacrifício do primeiro, cuja missão colonizadora lhe impunha “fardo” tão pesado. Segundo o discurso colonialista, tudo foi conduzido em função da alegria e da felicidade de proporcionar uma vida melhor aos povos coloniais.

Deste modo, o *Boletim* foi eficaz ao trazer todo esse aparato de informações valiosas, permitindo uma leitura e reinterpretação do passado, pelo que constitui uma fonte de investigação satisfatória e válida. Acredito que as palavras dizem mais do que possam significar e que lançamos nossos olhos para sondar a escuridão.

Este estudo procurou suprir as indagações preeminentes da pesquisa, responder às problemáticas inicialmente enunciadas. Mesmo assim, seria uma petulância afirmar que tudo ficou efetivamente esclarecido. A investigação contemplou os seus objetivos, proporcionou respostas e espera-se que tenha conseguido de fato suscitar mais questões. Tanto em seu significado quanto em sua memória, o contato entre colonizador e colonizado deve ser constantemente analisado e, acima de tudo, deve ser mais bem compreendido. As colônias portuguesas em África fazem, inquestionavelmente, parte da história portuguesa. Mas a sua memória pode ser resgatada... no *Boletim Geral das Colónias*, como em tantas outras fontes históricas.

Referências Bibliográficas:

- ALEXANDRE, Valentim, 1993. **Os sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português.** Porto: Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim, 1993. Ideologia Colonial. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.), 1996. **Dicionário de História do Estado Novo.** Lisboa: Bertrand Editora, vol. 1, p. 432-434.
- ALMEIDA, João de, 1932. **Nacionalismo e Estado Novo.** Lisboa. Bertrand (Irmãos) Ltda.
- BANTON, Michel, 1977. **A ideia de raça.** Lisboa: Edições 70.
- BARDIN, Laurence, 2007. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (org.), 1999-2000. **Dicionário de História de Portugal. Suplemento.** Porto: Figueirinhas. 3 volumes.
- BORGES, Maria Eliza Linhares, 2011. **História & Fotografia.** 3.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Coleção História &... Reflexões, 4).
- BOURDIEU, Pierre, 1997. **Razões Práticas. Sobre a teoria da acção.** Editora Celta, Oeiras.
- BRANDÃO, Pedro Ramos, 2004. **A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique (1960-1974).** Lisboa: Editorial Notícias.
- BURKE, Peter, 1992. **O mundo como teatro: Estudos de antropologia histórica.** Lisboa: Difel.
- CABECINHAS, Rosa; CUNHA, Luís, 2003. “Colonialismo, identidade nacional e representações do negro”. In *Estudos do século XX: colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais*. N° 3. Coimbra: Quarteto, p. 157-184
- CASTELO, Cláudia, 1999. “Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar”. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). **Dicionário de História de Portugal. Suplemento.** Lisboa/Porto: Figueirinhas, vol. VII, p. 62-63.
- CASTELO, Cláudia, 1999. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa.** Lisboa: Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2007. **Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole.** Porto: Afrontamento.
- COSTA, Nuno Silva, 2000. **Da barbárie a Civilização: Representações do Espaço Africano na propaganda colonial Portuguesa do primeiro quartel do Século XX.** Africana Studia. Issue 14, p. 297-311.

COUTO, Marcos Miguel Oliveira do, 2011. **Representações do Oriente em O Mundo Português (1934-1947)**. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

DIREITO, Bárbara, 2014. **Terra e africanos no pensamento colonial português, c. 1920 – c. 1945**. *Análise Social*, 213, XLIX (4.º), p. 768-793.

DORES, Hugo Gonçalves, 2015. **A Missão da República. Política, Religião e o Império Colonial Português**. Lisboa, Edições 70.

FERRO, Marc, 1996. **História das colonizações: das conquistas às independências dos sécs. XIX e XX**. Lisboa: Editora Estampa.

FREIRE, João, 2009. **Moçambique há um século, visto pelos colonizadores: campanhas militares, ocupação do território, conhecimento dos povos (1895-1910)**. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha.

GARCIA, José Luís Lima, 2011. **Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974**. (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

HALBWACHS, Maurice, 2006. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro.

HALL, Stuart, 2002. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa. 1974. **Portugal e o fim do colonialismo. Dimensões Internacionais**. Lisboa, Edições 70.

JESUS, José Duarte de, 2012. **A Guerra Secreta de Salazar em África**. Lisboa: Dom Quixote.

JÚNIOR, Manuel Rodrigues, 1945. **Aventura do Mato e colonização dirigida**. Lisboa. Estudo de Assuntos Coloniais.

LÉVI-STRAUSS, Claude, 2000. **Raça e história**. 6ª ed. Lisboa: Presença.

MADEIRA, Ana Isabel, 2003. **Sons, sentidos e silêncios da lusofonia : uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa**. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

MARRONI, Maria Luísa de Castro, 2008. **Os outros e a construção da escola colonial portuguesa no Boletim Geral das Colónias 1925-1951**. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

MARTINS, Maria Odete Soares, 2008. **O pensamento missionário do padre Joaquim Alves Correia (1886-1951)**. *Lusitânia Sacra*, 0076-1508, (2.º), p. 289-306.

MATOS, Patrícia Ferraz, 2006. **As cores do Império: representações raciais no Império Colonial Português**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- MAUAD, Ana Maria, 1996. **Através da imagem: fotografia e história – interfaces.** Tempo, Rio de Janeiro: Relume Dumará, Vol 1, p.73-98.
- MENESES, Maria Paula G., 2009. **O “indígena africano e o colono europeu”: a construção da diferença por processos legais.** Coimbra: Almedina.
- PAULO, João Carlos, 1996. “Exposições Coloniais”. IN ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.). **Dicionário de História do Estado Novo.** Lisboa: Bertrand Editora, vol. 1, p. 327-329.
- PAULO, João Carlos, 1996. “Agência Geral das Colónias/do Ultramar”. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.). **Dicionário de História do Estado Novo.** Lisboa: Bertrand Editora, vol. 1, p. 23-25.
- PAULO, João Carlos, 1996. “Ministério das Colónias/do Ultramar”. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.). **Dicionário de História do Estado Novo.** Lisboa: Bertrand Editora, vol. 2, p. 575-577.
- PROENÇA, Maria Cândida, 2008. **A questão colonial no Parlamento.** Lisboa: Dom Quixote.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, 2004. **Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo.** Porto: Edições Afrontamento.
- RIBEIRO, Orlando, 1981. **A colonização da Angola e seu fracasso.** Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- ROQUE, Ricardo, 2014. **Mimetismos coloniais no império português.** Lisboa. Vol. 18, p. 101-109.
- ROSAS, Fernando, 1996. “Estado Novo”. In ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.). **Dicionário de História do Estado Novo.** Lisboa: Bertrand Editora, vol. 1, p. 315-319.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2001. “**Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade,**” In RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (org.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos de identidade.* Porto: Edições Afrontamento, p 23-113.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula, 2006. **Identidades, colonizadores e colonizados: Portugal e Moçambique.** Relatório final do Projecto POCTI/41280/SOC/2001. Coimbra: CES.

SILVA, António Duarte. “Estatuto dos indígenas”. IN ROSAS, Fernando; BRANDÃO. J. M. de (org.), 1996. **Dicionário de História do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand Editora, vol. 1, pp. 220-322.

TORRES, Adelino, 1991. **O Império Português entre o real e o imaginário**. Lisboa: Escher.